

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Leandro Moraes Vidal

**URUGUAI: REVOLUÇÃO PASSIVA E DINÂMICA
HISTÓRICO-TERRITORIAL**

Dissertação submetida ao Curso de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano (DRU), da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Marcos Aurélio da Silva

Florianópolis, SC
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Vidal, Leandro Moraes

Uruguai: revolução passiva e histórico-territorial / Leandro Moraes

Vidal; orientador, Marcos Aurélio da Silva - Florianópolis, SC, 2013.
119p.

Dissertação (mestrado)- Universidade Federal de Santa Catarina,
Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em
Geografia.

Inclui referências

1. Geografia. 2. Formação socioespacial. 3. Crítica da economia
política. 4. Transição ao capitalismo. 5. Bloco histórico. I. da Silva,
Marcos Aurélio. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

Leandro Moraes Vidal

**URUGUAI: REVOLUÇÃO PASSIVA E DINÂMICA
HISTÓRICO-TERRITORIAL**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Geografia”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Florianópolis, 27 de março de 2013

Prof^a. Dra. Ruth Emilia Nogueira
Coordenadora do PPGG/UFSC

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Clécio Azevedo da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn
Universidade do Estado de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos amigos e amigas do Uruguai pela generosidade e paciência, em especial a Juan e Eduardo pelas conversas e material disponibilizado. E sobretudo a *los hermanos* López: Hector “Nano” e Sergio; Maurício e Santiago.

Ao meu orientador Marcos Aurélio da Silva.

Aos colegas Renata Rogowski Pozzo, Aurora Maria P. Barbosa, João “Jajá”, Bruno de Campos.

RESUMO

Constitui esta pesquisa uma contribuição ao estudo da transição ao capitalismo no Uruguai, em sua dimensão territorial. Do ponto de vista metodológico, a categoria marxista de formação social (equivalente à “formação sócio-espacial” dos geógrafos) constitui o eixo de uma análise deste tipo, ao adotar a própria unidade do movimento histórico como premissa para o estudo da sociedade. No caso da formação social uruguaia, procurou-se realizar uma análise de suas transformações histórico-territoriais a partir da categoria de *revolução passiva*, consagrada por Antonio Gramsci em seus estudos sobre o processo de unificação nacional italiano, mas pertinente a todos os casos nacionais em que a transição à ordem burguesa não se faz preceder de uma ruptura revolucionária, mas antes implica em lenta evolução, marcada por soluções de pacto e compromisso com o velho regime. Concebido em 1828, como solução diplomática diante dos conflitos que opunham os interesses do Brasil, da Argentina e das grandes potências imperialistas pelo controle estratégico do estuário do rio da Prata, o Estado uruguaio forjou sua existência no decorrer de um lento e contraditório processo de consolidação institucional. Essencialmente este processo consistiu no desenvolvimento de formas capitalistas modernas de produção, que evoluíram fortemente combinadas a formas sociais pré-capitalistas, notadamente o latifúndio pastoril. Relações sociais marcadas pelo autoritarismo, uma profunda desigualdade na produção da renda, a formação de um bloco agrário conservador através da mediação de intelectuais de tipo tradicional, imobilismo econômico e rigidez das formas políticas, são as marcas distintivas do predomínio do latifúndio em uma formação social: tais marcas constituem igualmente os elementos da *tese*, na dialética da revolução passiva uruguaia. Em nível territorial, estes elementos se traduziam em uma relação cidade-campo desequilibrada, desigualdade que o desenvolvimento da produção capitalista não fará senão aprofundar. À medida, contudo, em que as relações burguesas de produção encontram na sociedade uruguaia o caminho de seu desenvolvimento inexorável (na forma de síntese dialética com as formas pré-capitalistas, acordo e compromisso político com a velha ordem) elas geram os seus próprios elementos de antítese. No Uruguai, este segundo momento encontra sua fase aguda quando, na virada do século XX, uma nova composição demográfica e o esgotamento do modelo exclusivamente agroexportador dão forma a um novo bloco de forças sociais, representado pela pequena produção mercantil de origem europeia, a industrialização, a formação de uma

classe média urbana e a emergência da classe operária e do sindicalismo: elementos da antítese ao latifúndio pastoril. Através de uma periodização destas etapas, acredita-se que esta pesquisa tenha contribuído para demonstrar a pertinência e a viabilidade de se compreender a dialética da transição ao capitalismo no Uruguai à luz da reflexão gramsciana.

Palavras-chave: América Latina, Bloco histórico, Crítica da economia política, Formação socioespacial, Transição ao capitalismo.

ABSTRACT

This research is a contribution on study of transition to capitalism in Uruguay in their territorial dimension. From a methodological point of view, the Marxist category of social formation (equivalent to what geographer's call "socio-spatial formation") is the axis of such an analysis, by adopting the very unity of the historical movement as a premise for the study of society. In the case of the Uruguayan social formation, we tried to carry out an analysis of its historical and territorial transformations from the category of passive revolution, consecrated by Antonio Gramsci in his studies on the process of Italian national unification, but relevant to all national cases where transition to the bourgeois order doesn't marks a revolutionary rupture, but rather implies in a slow evolution, with compromise solutions and committed to the old regime. Conceived in 1828 as a diplomatic solution after the conflicts that opposed the interests of Brazil, Argentina and the major imperialist powers for the strategic control of the estuary of the River Plate, the Uruguayan State has forged its existence during a slow and inconsistent process of institutional consolidation. Essentially this process has consisted in the development of modern capitalist forms of production which have evolved strongly combined with pre-capitalist social forms, notably cattle farms owned by great landlords. Social relations marked by authoritarianism, deep inequality in the production of income, the formation of a conservative agrarian bloc through the mediation of traditional intellectual, economic stagnation and rigidity of political forms, are the hallmarks of the dominance of the *latifundia* in a social formation: such marks are also elements of the thesis, in the dialectic of the Uruguayan passive revolution. At territorial level, these elements are translated into an unbalanced relationship between town and countryside, an inequality that the development of capitalist production will deepen. However, as the bourgeois relations of production found in Uruguayan society the way of his necessary development (in the form of dialectical synthesis with pre-capitalist forms, agreement and political commitment to the old order) they generate their own elements of antithesis. In Uruguay, the second moment find his acutest level when, at the turn of the twentieth century, a new demographic composition and the depletion of the exclusive agro-export model causes a new bloc of social forces, represented by the petty commodity production of European origin, industrialization, the formation of an urban middle class and the emergence of the working class and trade unionism: elements of the antithesis to the cattle

latifundia. Through a periodization of these steps, it is believed that this research has contributed to demonstrate the relevance and viability of understanding the dialectic of transition to capitalism in Uruguay in the light of Gramscian thought.

Keywords: Latin America, Historic Bloc, Critique of Political Economy, Socio-spatial Formation, Transition to Capitalism.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Origem e atuação dos principais grupos empresariais uruguaios.....	77
Tabela 2. Declínio dos investimentos na economia uruguaia entre 1981 e 1986.	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 FORMAÇÃO SOCIAL URUGUAIA E “REVOLUÇÃO PASSIVA”: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	19
1.1 O URUGUAI E A CATEGORIA DE FORMAÇÃO SOCIAL.....	19
1.2 A TRANSIÇÃO AO CAPITALISMO NO URUGUAI CONSIDERADA COMO “REVOLUÇÃO PASSIVA”.....	28
2 FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO SOCIAL URUGUAIA E ORIGEM PRÉ-CAPITALISTA DO LATIFÚNDIO PASTORIL..	39
2.1 ECONOMIA, SOCIEDADE E TERRITÓRIO NO PERÍODO COLONIAL.....	39
2.2 PROBLEMAS DA CARACTERIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NA BANDA ORIENTAL.....	51
2.3 ARTIGAS, AS GUERRAS PELA INDEPENDÊNCIA E A CRIAÇÃO DA REPÚBLICA ORIENTAL.....	68
3 TRANSIÇÃO AO CAPITALISMO E DINÂMICA DO TERRITÓRIO NA FORMAÇÃO SOCIAL URUGUAIA.....	75
3.1 DO LATIFÚNDIO COLONIAL À EMPRESA AGRÍCOLA: MODERNIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MODELO AGROEXPORTADOR.....	75
3.2 MODERNIZAÇÃO E RUPTURA COM O MODELO AGROEXPORTADOR: INDUSTRIALIZAÇÃO, <i>BATTILISMO</i> E MOVIMENTO OPERÁRIO.....	82
3.3 MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA COMO TRIUNFO DA “TESE”: CRISE, DITADURA MILITAR E NEOLIBERALISMO.....	89
4 REVOLUÇÃO PASSIVA E TRANSFORMAÇÕES DO BLOCO HISTÓRICO NA FORMAÇÃO SOCIAL URUGUAIA: ENSAIO DE UMA PERIODIZAÇÃO.....	95
REFERÊNCIAS.....	103
APÊNDICE A - Uruguai: breve síntese cronológica.....	109

INTRODUÇÃO

Sem dúvida, um dos mais notórios clichês acadêmicos na pesquisa social é aquele segundo o qual um trabalho monográfico deve desenvolver-se em torno de um tema “que nos apaixone”. Não menos comum é que, logo em seguida, o pesquisador neófito se veja às voltas com inúmeras outras recomendações “metodológicas” de pretensão científica, como os famosos “recortes” de tema, as “delimitações do problema”, o rigor na descrição de “resultados finais”, para não falar no verdadeiro fetiche que existe em torno do “ineditismo” da pesquisa (que produz variações gramaticais curiosas em torno do “meu” e do “seu” tema); exigências capazes de em pouquíssimo tempo transformar a mais arrebatadora paixão num longo e tedioso matrimônio. A referência à “paixão pelo tema”, contudo, segue sendo de bom-tom: uma pequena concessão à utopia numa universidade em que o pensamento crítico é cada vez mais limitado por critérios de eficiência produtiva e mérito individualista.

Ao menos neste único aspecto esta pesquisa encontra-se em dia com a etiqueta universitária. Desde muitos anos, mais precisamente desde minha primeira viagem ao país, em 2004, o Uruguai vem desafiando minhas certezas e instigando minha imaginação, criando uma relação de afeto que se desenvolveu ao longo de muitos dias de vagabundagem pelas ruas de Montevideú e pelas estradas do interior. Baseada em um senso de hospitalidade desconhecido em nossa latitude, e nas profundas amizades que fiz, a relação foi reforçada ao longo de viagens feitas em outros anos, e alimentada em noites de *candombe*, *vino suelto* e muita, muita conversa. E quase sempre estas conversas giravam em torno da obsessão, tão uruguia, pela história e política de seu país.

Mas só o carinho pelo país vizinho não seria suficiente para motivar esta pesquisa. Na verdade ela é fruto de uma segunda descoberta apaixonante, agora no plano político e intelectual. Corriam as eleições do ano de 2010, uma campanha polarizada, marcada por uma inaudita agressividade reacionária das elites de nosso país, diante do que a candidatura da presidenta Dilma Roussef passou a sintetizar as mais generosas aspirações da esquerda brasileira, a única possibilidade de seguir construindo na prática um Estado social, democrático e popular. Ao mesmo tempo, na pós-graduação, com um grupo de colegas nos dedicávamos com evidente paixão à leitura e descoberta de Antonio Gramsci, sob a não menos entusiasmada coordenação do professor Marcos Aurélio da Silva. A feliz coincidência fez com que, naquele

momento tão importante de nossa vida nacional, a força da brilhante e original interpretação marxista do filósofo sardo aparecesse em todo seu potencial, revelando-se perfeitamente adequada à situação contemporânea do Brasil.

Elaborar uma interpretação marxista atualizada das sociedades latino-americanas, com vista ao esclarecimento da ação política no presente, é a gigantesca tarefa coletiva para a qual esta pesquisa quer dar uma pequena contribuição. Pareceu-me que o Uruguai, uma formação social relativamente homogênea em suas características básicas, a da qual eu sabia poder extrair um grande volume de fontes secundárias, poderia ser um ponto de partida adequado.

No início do primeiro capítulo, procurei realizar um debate sobre a categoria de formação social, tão cara à chamada “Geografia Humana”, procurando incorporar as grandes conquistas teóricas de geógrafos marxistas como Milton Santos, mas ao mesmo tempo afastando-me da obsessão por uma delimitação de seu conteúdo estritamente “geográfico”. Infelizmente, a separação positivista das disciplinas acadêmicas é ainda um programa de grande audiência e popularidade entre geógrafos, e sei que posso sofrer severas censuras por realizar um trabalho “pouco geográfico”. Por outro lado, não vejo como se possa simultaneamente satisfazer tais demandas corporativas de delimitação da “geograficidade”, e manter-se fiel ao método dialético do materialismo histórico de estudo da sociedade. Bem, o fato é que se tenho que escolher, eu fico com a crítica da economia política. Por outro lado, com este debate lanço o que considero os fundamentos para o estudo concreto da formação social uruguaia, com atenção ao seu peculiar processo de diferenciação geográfica, fruto da imposição externa de um Estado-nacional.

Em seguida, apresento as ideias de Antonio Gramsci que considero oportunas para a compreensão do processo histórico da formação social uruguaia, em especial sua analogia com a categoria de “revolução passiva”, a princípio utilizada como interpretação do processo de formação do moderno Estado italiano, conhecido como *Risorgimento*, em notas dos *Cadernos do Cárcere*. Outras ideias caras ao italiano, e também pertinentes ao nosso caso, são igualmente abordadas, como o conceito de *bloco histórico*.

Do segundo e terceiro capítulos pode-se dizer que são mais históricos, ou histórico-territoriais, para não descuidar das implicações geográficas do processo. Deliberadamente enfatizei a fase de formação do latifúndio no período colonial e nas primeiras décadas de vida

nacional, porque justamente considero fundamental demonstrar a existência e a permanência de fortes determinações pré-capitalistas na dinâmica de modernização da formação social uruguaia, em sua transição ao modo de produção capitalista. A herança de tais elementos deve ser devidamente compreendida se quisermos entender a força do latifúndio como elemento da *tese* na dialética da revolução passiva uruguaia. O segundo item do segundo capítulo retoma o debate teórico mais puro, uma digressão talvez um pouco longa, mas que considerarei necessária para enfrentar o problema da definição das relações de produção no período colonial, um debate teórico e metodológico que deveria estar na ordem do dia para o marxismo latino-americano, mas cuja “superação” foi, contudo, decretada na universidade brasileira, não entendendo muito bem por quê. Em seguida aborda-se a questão da independência política, também obviamente fundamental para compreender a natureza e a composição de classes da formação social em estudo. O terceiro capítulo trata já da fase com predomínio de relações burguesas modernas de produção, embora combinadas a formas pré-capitalistas no interior das unidades produtivas no campo. Cronologicamente ele se estende até o processo de redemocratização nas últimas décadas do séc.XX, detendo-se, portanto, antes dos acontecimentos que levaram à vitória eleitoral das forças progressistas em 2004.

Por fim, o último capítulo procurou sintetizar o processo histórico-territorial, propondo elementos para uma periodização à luz da reflexão gramsciana, aliás muito inspirada na brilhante síntese efetuada por Luiz Werneck Vianna para a revolução passiva brasileira em sua obra *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Também procurei introduzir a possibilidade de combinar a interpretação gramsciana com a análise feita por Ignácio Rangel sobre as “dualidades” da economia brasileira, cuja pertinência ao estudo das sociedades latino-americanas o próprio autor sugere. Este último capítulo, embora se situe à guisa de “considerações finais”, não possui caráter conclusivo, antes funcionando como um ensaio que, ao menos assim se espera, possa iluminar um pouco o desenvolvimento posterior da temática.

Elaborei, como anexo, uma “breve” síntese cronológica da história do Uruguai, com a qual procurei propiciar ao leitor um material de consulta, e ao mesmo tempo poupar o texto da monografia de uma exaustiva narrativa factual.

1 FORMAÇÃO SOCIAL URUGUAIA E “REVOLUÇÃO PASSIVA”: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1.1 O URUGUAI E A CATEGORIA DE FORMAÇÃO SOCIAL

Dedica-se este trabalho a analisar os principais aspectos da dinâmica histórica concreta da transição ao capitalismo no Uruguai, em sua dimensão territorial. Do ponto de vista metodológico, a categoria de formação social (ou formação socioespacial) constitui o eixo de uma análise deste tipo, ao articular de forma dialética a dimensão espaço-temporal (histórico-territorial, portanto) dos fenômenos sociais em suas múltiplas escalas, que se manifestam objetivamente como totalidade. Esta totalidade é o próprio movimento histórico, sua unidade. Seu caráter indissociável inclui os elementos que se poderiam qualificar como “contínuos” (heranças vivas do passado, formas espaciais, culturais, políticas, estruturas de longa duração como o modo de produção dominante) e “descontínuos” (momentos históricos de ruptura, inovações técnicas, o movimento da antítese em direção à transformação social). Todos eles manifestos simultaneamente em uma dada organização espacial, a qual longe de constituir uma forma acabada (um resultado) expressa em si própria a síntese dialética do conjunto em devir.

A categoria de formação social é de alguma forma inerente ao marxismo, pois sem o estudo de sua manifestação concreta, as noções mais “universais” e abstratas propostas pelo materialismo histórico (luta de classes, modo de produção, divisão social do trabalho) se tornariam um mero exercício especulativo. M.Santos, em texto de importância fundadora para a Geografia Humana (*Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método*, de 1977), após submeter a categoria a um rigoroso exame crítico, procura destacar a importância fundamental do Espaço no estudo da formação social, na medida em que

todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo), são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social(Santos, 1977, p.86)

e que, por consequência,“(...)a formação social, totalidade abstrata, não se realiza na totalidade concreta senão por uma metamorfose onde o

espaço representa o primeiro papel” (Santos, 1977, p.88). Por este motivo, o geógrafo sugere a categoria de formação socioespacial que, entretanto, pode ser considerada como um sinônimo de formação social. Com referência ao artigo citado de M. Santos, o geógrafo A. Mamigonian destaca ainda que “*formação social e geografia humana são praticamente coincidentes*”. Lembrando que a dimensão espacial nunca esteve ausente dos estudos clássicos de formação social da tradição marxista é que o autor faz, neste caso, referência explícita à obra de Lenin, Trotsky, A. Gramsci e Ignácio Rangel (Mamigonian, 1996, p.204).

Entretanto, é na própria obra de K. Marx que se encontram os elementos fundamentais para compreender a relação existente entre formação social e modo de produção, aqui considerada como ponto de partida para o estudo da geografia humana. E o quê, então, entende K. Marx por “formação social”? Conforme destacado por L. Gruppi, Marx a entende como uma “*fase do desenvolvimento da sociedade que se distingue das demais pela estrutura econômica predominante, ou seja, pelas relações de produção, de troca*”: seja esta estrutura dominante, por exemplo, feudal ou capitalista (Gruppi, 1991, p.19). Partindo daí é que, no famoso texto de 1859 do prefácio à *Crítica da Economia Política*, opera-se a divisão analítica de todo sistema econômico em dois elementos, nas categorias indissociáveis de forças produtivas e relações de produção, incluindo as formas jurídicas de propriedade. E se chega, por conseguinte, à descoberta da dialética de desenvolvimento da sociedade a partir da contradição destes dois elementos, e de sua superação. Ainda de acordo com L. Gruppi, é na conclusão do texto do prefácio de 1859 que se encontra com mais clareza a ideia de correspondência entre modo de produção e formação econômico-social¹, no sentido de que o modo de produção caracteriza uma dada formação econômico-social (Gruppi, 1991, p.21). Atente-se para o fato de que isto não implica em dizer que modo de produção e formação social são coisas idênticas, mas antes, parece indicar que o modo de produção é o elemento-chave, ou o critério mais importante, para compreender a dinâmica das transformações socioespaciais e sua periodização.

Por formação social designamos a totalidade do movimento em uma dada sociedade, a qual possui, é claro, as características

¹ Especificamente, na passagem em que K. Marx afirma que “*Em grandes linhas, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser designados como épocas que marcam o processo de formação econômica da sociedade*” (citado por Gruppi, 1991, p.21).

fundamentais determinadas pelo modo de produção dominante, mas não somente por este. Como de fato se observa, a história das sociedades movimenta-se muito mais através de conservações do que de rupturas, e persistem heranças dos modos de produção pretéritos, sobretudo em sociedades periféricas. Justamente, caracteriza as fases de transição entre modos de produção distintos a combinação entre velhas e novas formas socioeconômicas, territoriais e ideológicas. Um quadro a cuja complexidade deve-se, aliás, acrescentar as particularidades histórico-genéticas e naturais típicas de cada formação social.

A confusão entre relações de produção e o conjunto total das relações sociais consiste exatamente no desvio economicista, ou penetração positivista, que como tantas vezes já se apontou, estava presente nas teses dos teóricos da II Internacional como Kautsky e Plekhanov, e foram tão duramente criticadas por Lenin e A. Gramsci. E justamente, foi ao superarem no pensamento o momento mecanicista da teoria da revolução social – presente, tanto no reformismo social-democrata, quanto no ultra-esquerdismo que enxerga em cada crise a queda definitiva ou a marca da “decadência ideológica da burguesia”² – que estes teóricos puderam construir uma renovada teoria da formação social.

De fato, apesar de ser possível referir-se às sociedades como estruturas, é sempre com relação ao seu caráter dinâmico, aos processos, que se aplica o método marxista. Efetivamente, K.Marx falava em estruturas, mas como recorda L.Grupperi, sempre a enxergando através da diacronia, da diversidade de tempos em uma totalidade. Em sua definição, “*para Marx, a distinção entre diacrônico e sincrônico é impossível*” (Grupperi, 1991, p.22).

Considere-se sob este ponto de vista o caso uruguaio. O observador contemporâneo que esteja disposto a estudar um aspecto qualquer desta formação social será confrontado, em primeiro lugar, com uma determinada organização espacial, a qual pode ser abordada de forma empírica, e ser expressa através de dados demográficos, estatísticas, indicadores econômicos, imagens de satélite, mapeamentos etc. Estes, por sua vez, revelariam uma determinada distribuição populacional, um determinado arranjo produtivo, uma dada divisão territorial do trabalho, formas correspondentes de uso do solo, e assim sucessivamente. Tais informações permitiriam, em seguida, efetuar uma

² A tese aqui sintetizada é defendida com brilhantismo por D.Losurdo em Gramsci: “*do liberalismo ao comunismo crítico*” (Rio de Janeiro: Revan, 2006).

descrição das formas presentes no Uruguai contemporâneo, digamos: a macrocefalia e a fraca densidade da rede urbana, a organização radial-concêntrica da rede de transportes em torno de Montevideu, a existência de pastagens extensivas e subutilizadas na maior porção do território do país, a formação de uma zona de agricultura moderna e silvicultura na fronteira com Brasil e Argentina. Entretanto, tal estudioso, ainda que de posse destas informações, é incapaz de prover qualquer explicação consistente para esta organização espacial (ou para qualquer um destes fenômenos particulares) se lhe escapar o fato de que esta constitui uma totalidade em movimento, ou seja, se ele não considerar que cada uma das formas deste conjunto deriva seu sentido da relação que estabelece com as demais (endógenas e exógenas à formação social), que cada uma delas é resultado histórico de uma combinação dialética com as formas que a precederam, e ainda, que cada uma delas é pré-condição, conteúdo e continente das formas vindouras. Assim, não se pode compreender a macrocefalia urbana sem considerar o conjunto de relações (endógenas) que Montevideu estabelece com as demais regiões do país, e o conjunto de relações (exógenas) que o Uruguai estabelece com o restante do mundo, sua importância relativa na divisão internacional do trabalho, neste caso determinante para a manutenção de um sistema de drenagem de renda do campo para a cidade portuária. Por outro lado, a fundação e a localização de Montevideu, consequência de um processo de colonização e conquista que só pode ser inscrito na longa duração histórica, impõe contemporaneamente sua determinação, e sua função de comando sobre a distribuição de trabalho e capital no restante do território.

Torna-se evidente, neste ponto, a importância da variável *tempo* para a compreensão da formação social. Trata-se, contudo, de uma noção de tempo diferente daquela considerada habitualmente como sucessão cronológica de eventos. Com efeito, os “tempos” da historiografia tradicional de corte positivista, com sua ênfase nos “fatos” e sua cronologia linear, não são coincidentes com os de uma análise baseada nas relações de produção, na luta de classes e na totalidade do movimento do processo histórico. O tempo aqui considerado é o da coexistência e complementaridade entre os diferentes processos que ocorrem no interior da formação social ou nela atuam, fenômenos com intensidade, profundidade, ritmo e alcance variados, de maneira que

A defasagem com a qual os modos de produção impõem seus diferentes vetores sobre os diversos segmentos do espaço é responsável pelas diferentes

idades dos múltiplos elementos ou variáveis do espaço em questão. De fato, a assincronia está na base da evolução espacial, mas o fato de que variáveis agem sincronicamente, isto é, em ordem combinada no interior de uma verdadeira organização, assegura a continuidade do espaço. De fato, a unidade da continuidade e da descontinuidade do processo histórico não pode ser realizada senão no espaço e pelo espaço (Santos, 1977, p.90).

É a partir das categorias interdependentes de modo de produção e formação social que se torna realmente possível operacionalizar, metodologicamente, a inseparabilidade da dimensão espaço-temporal na reflexão geográfica. Elas ocupam o cerne da análise de qualquer fenômeno que se possa chamar “geográfico”, de sorte que

a base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se defronta (Santos, 1977, p.82).

Assim, o tempo passa a possuir uma dimensão efetivamente material:

Através do processo de produção, o “espaço” torna o “tempo” concreto. Assim, a noção de trabalho e a de instrumento de trabalho são muito importantes na explicação geográfica, tanto ou mais do que no estudo dos modos de produção. O trabalho realizado em cada época supõe um conjunto historicamente determinado de técnicas. (...) Esta noção tem, pois, um valor histórico e espacial. A cada lugar geográfico concreto corresponde, em cada momento, um conjunto de técnicas e de instrumentos de trabalho, resultado de uma combinação específica que também é historicamente determinada (Santos, 1997, p.56).

Esta abordagem é que conduz ao imperativo metodológico da periodização, e também à necessidade de uma reflexão acerca da relação da Geografia com outras disciplinas que também se dedicam ao estudo da sociedade. Critérios bem definidos de análise devem servir de guia para uma leitura das transformações (e das não menos importantes

conservações) que ocorreram (e ocorrem) na evolução histórica da formação social, em que cumpre saber diferenciar entre fenômenos de curta e longa duração. De forma coerente, fatores cuja consideração deve ser fundamental em uma análise que se quer baseada na categoria de formação social devem ser aqueles que dizem respeito ao próprio desenvolvimento das relações sociais de produção. Entre eles os ciclos industriais (especialmente os de longa duração) relacionados ao surgimento de inovações e de “modernizações sucessivas” que as generalizam (Santos, 1979a, p.31); o modo de produção dominante em sua combinação aos demais modos de produção existentes; e a divisão territorial do trabalho, decorrente da distribuição desigual de técnicas e capitais sobre o espaço. Como se vê, não basta recorrer à historiografia, e tampouco é suficiente refugiar-se na reafirmação da contiguidade existente entre as duas disciplinas, ou em esquemas como o de Elisée Reclus, segundo o qual a Geografia seria a História no espaço (ao passo que a História seria Geografia no tempo).

Ao criticarem a filosofia alemã de seu tempo, K. Marx e F. Engels afirmaram conhecer

uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser analisada sob duas maneiras: história da natureza e história dos homens. As duas maneiras, porém, são inseparáveis; enquanto existirem homens, a história da natureza e a história dos homens estarão condicionadas mutuamente (Marx e Engels, 1976).

Ora, história da natureza e história dos homens mutuamente condicionadas, ou seja, combinadas - através de múltiplas determinações, como se poderia ainda acrescentar³ - encontram sua manifestação objetiva, justamente, na realidade geográfica, constituindo distintas formações sociais.

Novamente nas palavras de M.Santos

O mundo em movimento supõe uma permanente redistribuição dos eventos, materiais ou não, com

³“O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e portanto igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação”(Marx, 2003, p.248).

uma valorização diferencial dos lugares. A base mesma da geografia é que o mundo está sempre redistribuindo-se, se regeografizando. Em cada momento, a unidade do mundo produz a diversidade dos lugares (Santos, 1997, p.158).

Ou seja, a relação dialética existente entre a totalidade representada pela “unidade do mundo”, e os aspectos particulares que manifestam, em diferentes formas, a existência da totalidade através de sua diversidade aparente, é a chave analítica para a compreensão de uma realidade geográfica concreta qualquer. Do ponto de vista da sociedade, a ação do que é “universal”, equivale dizer, daquilo que corresponde às determinações do modo de produção dominante, sobre os “lugares”, diferenciados por sua posição na superfície do globo, pela cultura, pela disponibilidade de recursos etc; produz as distintas formações sociais, combinações particulares e dinâmicas que constituem o objeto de estudo concreto da Geografia.

Modernamente, a principal forma de manifestação de uma formação social é o Estado-nacional. Evidentemente, a gênese da formação social e sua composição precedem a existência concreta do Estado-nacional: da primeira é que este último extrai suas características fundamentais. Inversamente, porém, o processo de formação do Estado-nacional, que é basicamente um processo de centralização política e unificação econômica, e sua própria existência objetiva, são determinantes para o desenvolvimento e para a individualização das formações sociais.

Este último aspecto é bastante evidente no caso da formação social uruguaia. Em sua gênese, ela não diferia substancialmente da extensa área pastoril platina com a qual compunha um conjunto. O clima e a paisagem, os gêneros de vida, as relações de produção, os recursos disponíveis na Banda Oriental do rio Uruguai eram praticamente idênticos aos da margem ocidental do mesmo rio; e esta não passava de uma região administrativa do amplo Vice-Reinado do Rio da Prata. É certo que sua localização em uma área de disputa dos impérios coloniais de Portugal e Espanha, o povoamento relativamente mais lento e mais tardio, a singularidade da estrutura fundiária decorrente destes fatos, e a rivalidade entre os portos de Buenos Aires e Montevidéu (Barrán e Nahum, 2010, p.54) entre outros elementos, podem ser vistos retrospectivamente como aspectos de diferenciação do que viria a se tornar o Uruguai. Entretanto, eles só possuem este sentido se considerada a existência contemporânea de um Estado-nacional

uruguaio. A criação deste, como indicam diversos autores (Bandeira, 2006; Ferreira, 2006; Franco, 2006; Barrán e Nahum, 2010), é em grande medida fruto de uma decisão política imposta por determinações externas à formação social, formalizadas na Convenção Preliminar de Paz de 1828, firmada pelas Províncias Unidas do Rio da Prata (atual República Argentina) e pelo Império Brasileiro, a qual consagrou a solução proposta pela Inglaterra que criava um Estado-tampão entre os dois países, assegurando a livre-navegação do Rio da Prata. Segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira

O Foreign Office, ao que parece, sempre abrigou o desígnio de criar na Banda Oriental um Estado-tampão, independente tanto do Brasil como das Províncias Unidas. Forbes, que, como representante dos Estados Unidos, seguia os acontecimentos na Bacia do Prata, observou que na opinião geral a Inglaterra considerava a ‘formação de um governo independente na Banda Oriental, sob sua garantia, em outras palavras, uma colônia disfarçada’. O Visconde de Itabaiana, Manuel Gameiro Pessoa, um dos negociadores brasileiros, atribuiu igualmente à Inglaterra a intenção de dar a Montevidéu a forma de uma cidade hanseática, sob sua proteção (Bandeira, 2006, p.104).

O historiador uruguaio Guillermo Vázquez Franco, por sua vez, atribui a assinatura do acordo, pela parte argentina, às crescentes dificuldades econômicas devidas ao esforço de guerra contra o Brasil na Cisplatina (Banda Oriental) e às disputas internas entre Buenos Aires e as demais províncias. Estes fatores teriam levado a um crescente endividamento externo, “*situação de dependência financeira esta que muito servirá a Ponsonby [o mediador inglês do acordo] para torcer o braço de Dorrego [governador de Buenos Aires] e obrigá-lo a assinar a Convenção de Paz*” (Franco, 2006, p.25), que qualifica como

surpreendente e fraudulenta segregação política da Banda Oriental em 1828. ‘Surpreendente’ para a maioria dos naturais do país (a exceção descansava em alguns de seus dirigentes); não, certamente para o Gabinete [inglês de Relações Exteriores] de Canning, que dois anos antes havia resolvido tornar Montevidéu independente, convertendo-a em uma cidade hanseática (Franco, 2006, p.145).

Em todo caso, a nova nação, composta agora apenas por Montevidéu e sua zona de influência imediata (um porto e sua hinterlândia), tornada uma entidade jurídica soberana, passa imediatamente ao lento e contraditório processo de sua consolidação institucional e econômica nas décadas seguintes, de modo que seus recursos (população, força de trabalho, mais-valia) passam a constituir uma totalidade indivisível (Santos, 1979, p.28). O desenvolvimento inexorável das relações burguesas de produção, desencadeando a transição ao capitalismo, é a força que torna possível este movimento que faz do Estado-nacional um mercado unificado e uma formação social (totalidade indivisível); e que inversamente, faz da formação social um mercado unificado, gerando a necessidade histórica do Estado-nacional.

Duas consequências importantes derivam destas observações. A primeira diz respeito à necessidade de adoção do Estado-nacional como “*unidade geográfica ou espacial de estudo*” (Santos, 1979, p.28), ao menos no que se refere às formações sociais de tipo capitalista. A segunda diz respeito ao fato de que é impossível prescindir do estudo das relações internacionais na gênese e evolução das formações sociais, relações que se aprofundam e se tornam mais complexas quanto mais modernizadas e inseridas no mercado mundial capitalista estiverem as nações em estudo. Como observou A.Gramsci, a propósito do processo de unificação nacional italiana e de seus nexos internacionais,

A personalidade nacional (como a personalidade individual) é uma mera abstração, se considerada fora donexo internacional (ou social). A personalidade nacional expressa uma ‘especificação’ do todo internacional, portanto está ligada às relações internacionais (Gramsci, 2002, p.17).

Fato que é ainda mais evidente no estudo de uma formação social de tipo periférico, como é o caso do Uruguai.

1.2 A TRANSIÇÃO AO CAPITALISMO NO URUGUAI CONSIDERADA COMO “REVOLUÇÃO PASSIVA”

No interior de uma formação social, transição ao capitalismo, unificação do mercado interno e construção do Estado nacional podem ser considerados como elementos indissociáveis de um único processo histórico de longa duração. Eles correspondem à etapa histórica da revolução burguesa e à formação de um mercado capitalista mundial. Entretanto, é notável que na maioria dos países esta “revolução burguesa” não corresponda a uma ruptura violenta como a francesa de 1789, nem tenha dado origem a sociedades inteiramente livres de laços com o passado feudal, como o Nordeste dos Estados Unidos em 1776; antes, o desenvolvimento das relações burguesas de produção na maioria dos países se deu através de uma lenta evolução, marcada por soluções de pacto e compromisso com a ordem pré-capitalista. Exemplar é o caso da Alemanha, onde segundo A. Gramsci,

a burguesia obtém o poder econômico-industrial, mas as velhas classes feudais permanecem como estrato governamental do Estado político, com amplos privilégios corporativos no Exército, na administração e sobre a terra (...) a relação de classes criada pelo desenvolvimento industrial, com o alcance do limite da hegemonia burguesa e a inversão de posição das classes progressistas⁴, induziu a burguesia a não lutar até o fim contra o velho regime, mas a deixar subsistir uma parte de sua fachada sob a qual oculta seu próprio domínio efetivo (Gramsci, 2002, p.84-85).

e Lenin, “*a exploração feudal do latifundiário transforma-se lentamente numa exploração burguesa-junker, condenando os camponeses a décadas inteiras da mais dolorosa exploração e do mais doloroso jugo*” (Lenin, 1980, p.30).

Também o processo histórico de unificação do Estado italiano foi descrito por A. Gramsci em termos semelhantes, e grande ênfase posta no papel desempenhado pelas formas culturais e pela subjetividade na sustentação das velhas estruturas de poder (Vianna, 1997, p.64).

⁴ Ou seja, com o surgimento do proletariado, elemento da antítese na sociedade burguesa.

A percepção da transição ao capitalismo como um processo histórico de longa duração, marcado pela conservação tanto ou mais do que pela ruptura (ou expressando nos termos da sessão anterior, pela continuidade tanto ou mais do que pela descontinuidade), implica igualmente em dar importância ao papel do espaço e das relações entre sistemas nacionais e subsistemas regionais como determinantes das formas concretas que esta transição assume. Lenin percebeu isto ao relacionar a estrutura fundiária das diferentes regiões da Rússia ao desenvolvimento espacialmente diferenciado das formas de evolução agrária burguesa e, por conseguinte, do desenvolvimento capitalista como um todo, para aquela formação social.

O papel do território, e a importância das diferenças regionais na transição ao capitalismo foram igualmente enfatizados por A. Gramsci n' *A Questão Meridional* (1926), onde o "atraso" do sul da península (tema frequente da literatura política italiana de então) é abordado como um aspecto do desenvolvimento desigual da formação social italiana como totalidade concreta. Como destacam F. Felice e V. Parlato na introdução à edição italiana de 1966 da obra,

[As] especificidades que definem a questão meridional no âmbito (e como sua manifestação concreta) das contradições capitalistas, são as da territorialidade, a desagregação, o fato de que a questão meridional é um aspecto da questão camponesa, da função dos intelectuais e, sobretudo, do potencial de contestação política representado pelo Sul. Mas, sobre essas especificidades, que são ademais a substância dos debates sobre a questão meridional, parece-nos oportuno reafirmar que elas existem e têm valor para Gramsci somente em sua conexão e em sua significação nacionais, como modos de ser de uma contradição nacional geral, que nasce da estrutura capitalista (...) A primeira dessas especificidades é dada pela territorialidade, no sentido de que um dos pólos da questão toma forma num dado território do país, numa determinada realidade histórico-social, que é precisamente o Sul. E aqui parece oportuno sublinhar que essa territorialidade deve ser entendida do mesmo modo que a dos países submetidos à dominação imperialista, onde é claro que o imperialismo é um modo de ser de todo o funcionamento do sistema capitalista em certo grau

de seu desenvolvimento, que tem sua manifestação mais visível no território do país explorado (in Gramsci, 1987, p.43-45).

o que permite que se desenvolvam outras notáveis contribuições d'A *Questão Meridional* ao estudo das formações sociais.

A primeira diz respeito à forma do Estado-nacional como compromisso entre classes e frações de classe dominantes que podem ser oriundas de momentos históricos e espaços diversos, tal como observado na Itália, onde “*A forma do Estado seria derivada de uma solução de compromisso entre as elites industriais e agrárias, cada uma ocupando uma base territorial própria – as industriais o norte; as agrárias, o sul*” (Vianna, 1997, p.66). Relacionado a este arranjo, temos em segundo lugar o fato de que uma área de desenvolvimento mais retardatário do país pode se comportar como fonte de drenagem de renda por outra, de desenvolvimento mais dinâmico, numa relação centro-periferia semelhante à de colônia-metrópole, ou ainda, numa versão ampliada das relações desiguais estabelecidas entre cidade e campo no sistema capitalista. Aqui, é interessante notar como esta afirmação encontra ressonância no esquema proposto por M. Santos, segundo o qual

nenhuma questão pode ser respondida fora da concepção de uma totalidade de estruturas e de uma totalidade de relações. A evolução interna de cada estrutura deve-se principalmente a uma das suas subestruturas, a qual, por seu comportamento, tem um papel de ‘liderança’ sobre a estrutura considerada como um todo. O conjunto de subestruturas que dispõe dessa força de comando – o núcleo motor – é responsável pela evolução do sistema (o conjunto de estruturas), isto é, é responsável pela evolução da totalidade. Através desse conjunto de subestruturas de comando o todo se reproduz em cada uma de suas estruturas, em cada um de seus subsistemas. Desta forma, se não conhecemos o conjunto de subestruturas, ficamos impossibilitados de estudar cada estrutura particular (Santos, 1979, p.33-34).

Voltando à *Questão Meridional*, outra importante contribuição que esta obra traz é a percepção da importância dos intelectuais tradicionais, ligados a funções parasitárias (clero, burocracia,

arrendamento da terra) e às sedimentações de relações de produção mais atrasadas, como estrato intermediário e cimento da coesão ideológica entre classes antagônicas⁵. Gramsci observa que estas classes intermediárias, além de exercerem influência sobre vastas camadas do proletariado e do campesinato, constituem “reservas políticas” do sistema em tempos de crise (Vianna, 1997, p.82). Posteriormente, esta ideia seria desenvolvida, resultando na constatação de que a preponderância destas classes com função extra-econômica é simultaneamente consequência e determinante de processos de modernização capitalista conservadora, tal como no exemplo que já foi exposto, da formação social alemã. Assim, sociedades caracterizadas por uma transição ao capitalismo com predomínio desta “via prussiana” se caracterizariam não apenas pela determinação econômica que este conceito comporta, mas por uma predominância do político e do cultural, ou seja, de superestruturas capazes de modelar e conter as contradições da estrutura (Vianna, 1997, p.80). Esta dominância das tradições e complexidades do passado (Vianna, 1997, p.79) resultaria por sua vez em uma composição demográfica menos “racional” do ponto de vista da produção capitalista, dado que a existência de uma vasta população “parasitária” diminui a formação de poupança e “*consume uma grande fração da renda nacional*” (Gramsci, 2002, p.49). Anos depois, Gramsci observará que, por oposição à zona de capitalismo mais avançado (porque de alguma forma mais “desimpedido”) representada pelos EUA, a Europa possuía uma “*velha e anacrônica estrutura social-demográfica*”, na forma de

sedimentações passivas através dos fenômenos de fossilização e saturação do pessoal estatal e dos intelectuais, do clero e da propriedade fundiária, do comércio e da rapina e do exército (...). Aliás, pode-se dizer que, quanto mais antiga é a história de um país, tanto mais numerosas e gravosas são essas sedimentações de massas ociosas e inúteis que vivem do ‘patrimônio’ dos ‘avós’, destes pensionistas da história econômica (Gramsci, 2007, p.242-243).

⁵“*Afirmamos que o camponês meridional está ligado ao grande proprietário por meio do intelectual. Este tipo de organização (...). Forma um monstruoso bloco agrário que no seu conjunto funciona como intermediário e guardião do capitalismo setentrional e dos grandes bancos*” (Gramsci, 1997, p.158).

E por fim, como nexos entre as ideias expostas, aparece o conceito de “bloco histórico”, conjunto indissociável formado pelas estruturas e superestruturas (Vianna, 1997, p.76) em um dado momento histórico da formação social, o que concretamente supõe a existência de uma divisão social e territorial do trabalho e do consumo (sendo, portanto, um conceito *geográfico*), que, entretanto, não é um mero reflexo das relações objetivas de produção⁶, mas forma uma totalidade junto a fatores de natureza política, demográfica e cultural.

Como se observa, a grande originalidade de A. Gramsci consiste no estudo dos aspectos superestruturais da sociedade capitalista: política, cultura, ideologia. Inclusive, este fato por vezes tem ensejado a interpretação errônea de que o pensador italiano de alguma forma se incline à heterodoxia, ou mesmo a uma ruptura com a tradição marxista. Pelo contrário, é preciso concordar plenamente com L. Werneck Vianna quando este afirma que “*Marx estabeleceu para ele os supostos epistemológicos de sua reflexão e, sobretudo, a teoria do modo de produção capitalista. Gramsci não seria inteligível sem essa externalidade a conformar seu marco de referência conceitual*” (in Gruppi, 1991, p. IX). Contudo, é claramente ao pensamento de Lenin e à experiência da Revolução Russa que se liga de forma intrínseca a reflexão gramsciana, como parte de um movimento mais amplo de “refundação da crítica socialista” (Del Roio, 1998). E isto desde a obra mais imatura, a começar pela tese ousada da Revolução Russa como “revolução contra O Capital”, defendida em artigo de 1918, onde já aparece enfatizada a especificidade do elemento subjetivo, da política, contra as posições reformistas e incrustações positivistas da II Internacional (Vianna, in Gruppi, 1991, p.IX).

Os estudos de A. Gramsci sobre a formação social italiana se aprofundariam ainda mais nos anos seguintes à redação de *A Questão Meridional*, quando entre diversos temas de estudo contidos nos chamados *Cadernos do Cárcere*⁷ o pensador dedica atenção especial ao processo de unificação nacional (chamado *Risorgimento*), incorporando uma perspectiva histórica de longa duração aos processos de modernização capitalista, “*procurando distinguir, no terreno concreto*

⁶ Tal como pode ser sugerido pelo famoso trecho do prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política de K.Marx (1859): “*O conjunto das relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social*”. (Marx, 2003, p.5)

⁷ Preso pelo regime fascista italiano no final de 1926, Antonio Gramsci passa os últimos anos da vida encarcerado, até sua morte em 1937.

dos processos de modernização europeus, como estrutura e supra-estrutura interagem na hora agônica de transição de um modo de produção para outro” (Vianna, 1997, p.74). É neste momento que o processo de unificação nacional italiano, que embora contasse com vários elementos políticos radicais em seu interior se deu sob a direção e hegemonia política das frações burguesas moderadas, é descrito como uma “*revolução sem revolução*”, ou uma *revolução passiva* (Gramsci, 2002, p.63). Em termos históricos, a revolução passiva se caracteriza como um processo de transformação social à primeira vista contraditório, pois na mesma medida em que as classes dominantes são aqui confrontadas com mudanças efetivas, provocadas pela existência de elementos de antítese à sua dominação, observa-se que este movimento também implica, em última análise, na conservação das relações de domínio. (Vianna, 1997, p.104).

Tão elucidativa na compreensão das formas históricas de transição ao capitalismo, como na dos mecanismos de conservação da ordem burguesa diante de seus elementos antagônicos, a ideia de revolução passiva constitui, antes de mais nada, um *critério interpretativo*. Ela é inseparável, portanto, de sua formulação tendo em vista as contingências da atividade política concreta, e neste caso, do esforço militante de Gramsci para apreender a especificidade do processo histórico italiano, no quadro geral das revoluções burguesas europeias⁸. Como se observa, está-se aqui bem longe de um “modelo” conceitual para o estudo das formas de transição de modos de produção, consideradas de modo geral. Pelo contrário, haverá tantas “revoluções passivas” quanto houver casos históricos concretos de transição ao capitalismo, de acordo com as especificidades de cada formação social, dando margem a uma “*rica sociologia histórica comparada*” (Vianna, 1997, p.74) dos processos de ingresso na modernidade.

Por outro lado, há um preciso momento histórico em que se desencadeiam ou se aprofundam processos desta natureza, coincidente com a formação da maioria dos Estados modernos europeus como “*reação-superação nacional da Revolução Francesa e das repercussões das conquistas napoleônicas*” (Gramsci, citado por Vianna, 1997, p.82), personificada na formação da Santa Aliança de 1815. Seu apogeu coincide com a última metade do séc. XIX, período marcado pela

⁸ Outro grave equívoco consistiria em considerar a “revolução passiva” enquanto programa político reformista e compromisso com a democracia burguesa, como parece sugerir certo viés interpretativo mais liberal na literatura gramsciana... Nada mais distante do espírito revolucionário de suas ideias!

crescente consciência do antagonismo entre os programas políticos da burguesia e do proletariado (consequência direta do fracasso das insurreições de 1848) e pela grande expansão do mercado capitalista mundial (Hobsbawm, 1996). Neste período é que os processos de modernização burguesa “pelo alto” parecem se generalizar também para a América Latina, em grande medida impulsionados de forma exógena pelos imperativos de expansão do mercado capitalista (movimento liderado pelo capitalismo industrial inglês); mas também fruto de determinações históricas próprias das formações latino-americanas, diferenciadas do restante das áreas periféricas do globo por seus fortes vínculos culturais com a Europa devidos à pesada herança colonial, mas também, em algumas áreas, ao forte influxo populacional da imigração europeia do séc. XIX. Como observou Luiz Werneck Vianna

A América Latina, América Ibérica na designação mais precisa de Richard Morse, consiste certamente no Ocidente do Terceiro Mundo (...). Neste lugar particular da geografia, estar no Terceiro Mundo significa uma referência a sua situação atrasada em relação aos países do capitalismo maduro, sem indicar, porém, incompatibilidades entre os processos de modernização que prevaleceram nestes últimos (Vianna, 1997, p.151).

Esta observação parece ser ainda mais válida para as áreas da América Latina em que entre os povos originários, no momento da conquista, encontravam-se relações de produção menos desenvolvidas, como é o caso de toda a fachada atlântica que inclui atualmente Brasil, Uruguai e Argentina; diferentemente das áreas de maior concentração populacional da América Central e da América Andina, onde a colonização combinou-se a civilizações autóctones bastante complexas, que impõem até a atualidade fortes determinações sobre o desenvolvimento histórico das formações sociais.

De qualquer forma, se é verdade que os processos de modernização capitalista do tipo *revolução passiva* são elementos constituintes das formações latino-americanas, torna-se igualmente válida para este caso a constatação de que estes processos se dão sob a forma de uma hegemonia das classes dominantes realizada no campo da política: como domínio das superestruturas, portanto. Aqui, como na Europa, verifica-se a existência de grandes setores da população sem “função essencial no mundo da produção”: classes parasitárias,

burocracia, população urbana marginal, incluídas no sistema por via extra-econômica (Vianna, 1997, p.78). Acredita-se poder relacionar este fato à herança feudal, praticamente inexistente nos EUA e amplamente presente na colonização ibérica, que manteve traços essencialmente pré-modernos em sua estratégia de ocupação do território, bem como – e por extensão - na estrutura administrativa herdada pelas jovens repúblicas hispano-americanas. Nesta hipótese, arrisca-se afirmar que o caso brasileiro seria ligeiramente diferente, já que com a transformação do país na metrópole do império colonial português como consequência das guerras napoleônicas, e a implantação de uma monarquia de tipo absolutista em 1822, o Estado-nacional assume forma política semelhante à de seus homólogos europeus mais avançados, apesar do compromisso com a manutenção de diversos privilégios e instituições do mundo feudal e, no caso brasileiro, do latifúndio escravista. Assim, é possível ainda conjecturar se, ao contrário das aparências, a forma política teoricamente mais avançada da República no caso, por exemplo, dos países do Prata, não ocultava na verdade a manutenção objetiva de uma forma mais atrasada em que a aristocracia *criolla* simplesmente usurpa o mecanismo burocrático-territorial do colonialismo sem oferecer alternativas políticas substantivas, e mesmo reforçando os laços feudais em sua campanha da “civilização” contra a “barbárie” das formas de economia natural presentes no universo *gaucho* e indígena, através da sedentarização e conversão desta população à condição de agregados de estância.

É a partir do último quartel do séc. XIX que se dão, no Uruguai, as condições objetivas para a deflagração de um processo importante de modernização capitalista, que dadas as características da formação social uruguaia, inscreve-se sem grandes dificuldades no quadro mais amplo das transições realizadas “pelo alto”, com fortes determinações exógenas (vinculação ao capitalismo industrial inglês e fragilidade político-militar diante da política intervencionista praticada desde a Independência por Brasil e Argentina) e fraco dinamismo interno, ao menos no início. As décadas de 1860 e 1870 parecem ser um período-chave neste sentido, devido à convergência (certamente nada acidental) de inúmeros fatores. Em primeiro lugar, o fim do maior ciclo de conflitos civis (a chamada *Guerra Grande*) entre as facções *blanca* e *colorada* dos proprietários rurais, com a conquista da hegemonia política do último grupo (mais afinado com o comércio portuário), implicando em uma maior centralização do Estado e no enfraquecimento dos poderes locais da campanha em detrimento das

elites de Montevideu. Em seguida à “pacificação” da campanha, ocorre o surgimento de uma nova unidade produtiva, a “estância-empresa”, ligada à introdução do gado ovino e ao cercamento dos campos, tendo como consequência mais importante a transformação da classe dos *gauchos* livres em “peões” de estância. Este fenômeno é, por sua vez, impulsionado por uma nova classe de proprietários de mentalidade “moderna”, que incluía comerciantes estrangeiros (Vives, 1998, p.14) e elementos saídos das fileiras dos antigos latifundiários, e que cria em 1871 a Associação Rural, demonstrando uma preocupação até então ausente com o desenvolvimento técnico da produção agropecuária. Esta reorganização produtiva está intimamente relacionada à entrada de capitais estrangeiros (sobretudo ingleses), que possibilitam o surgimento das primeiras indústrias processadoras de carne e a implantação de uma rede ferroviária a serviço do comércio agroexportador, incorporando ao Uruguai as inovações técnicas da segunda Revolução Industrial, e incluindo de forma definitiva a totalidade do território ao mercado mundial como produtor primário na lógica da divisão internacional do trabalho. Em virtude destas relações econômicas mais complexas, ocorre o surgimento da banca privada, que concentra o monopólio do crédito em mãos do alto comércio e de seus associados: cambistas estrangeiros, capital industrial internacional, agiotas, detentores de dívida pública. O momento-chave deste processo é a adoção, em 1876, do padrão-ouro, favorecendo os interesses dos comerciantes montevidéanos, praticamente os únicos detentores de moeda em função de suas relações comerciais (D’Eliá, s/d, p.121-131). E por último, mas certamente não menos importante, o período assinala o início do ciclo de décadas de massiva imigração europeia, cuja proporção transforma a realidade demográfica do Uruguai de forma possivelmente sem precedentes em outros países da América do Sul.

Todas estas inovações, entretanto, devem ser observadas em conjunto com as estruturas sociais (incluindo as formas espaciais) que as precedem, e sobre cujo desenvolvimento impõe suas determinações. No caso uruguaio, a mais importante destas estruturas era justamente o latifúndio pastoril, cuja face externa era o comércio exportador concentrado em Montevideu. Relações sociais marcadas pelo personalismo e pelo autoritarismo, uma profunda desigualdade na produção da renda, a formação de um bloco agrário conservador através da mediação de intelectuais de tipo tradicional, imobilismo econômico e rigidez das formas políticas são as marcas distintivas do predomínio do latifúndio em uma formação social: tais marcas constituem igualmente os elementos da *tese*, no esquema da revolução passiva uruguaia. Em

nível nacional, estes elementos se traduziam em uma relação cidade-campo parasitária, com a drenagem da renda ocorrendo através de uma relação de preços desigual entre os produtores e o comércio e o latifúndio exportadores sediados no porto, fenômeno que o desenvolvimento da produção capitalista não faz senão aprofundar.

À medida, contudo, em que as relações burguesas de produção encontram na sociedade uruguaia o caminho de seu desenvolvimento inexorável (na forma de síntese dialética com as formas pré-capitalistas, acordo e compromisso político com a velha ordem) elas geram os seus próprios elementos de antítese. Neste caso concreto torna-se possível observar a existência de dois momentos da “revolução passiva”: transformação das relações de produção em direção a formas capitalistas e conservação das formas pré-capitalistas através da absorção dos elementos contraditórios à ordem burguesa. No Uruguai, este segundo momento encontra sua fase aguda quando, na virada do século XX, uma nova composição demográfica e o esgotamento do modelo exclusivamente agroexportador dão forma a um novo bloco de forças sociais representado pela pequena produção mercantil de origem europeia, a industrialização, a formação de uma classe média urbana e a emergência da classe operária e do sindicalismo: elementos da antítese ao latifúndio pastoril.

2 FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO SOCIAL URUGUAIA E ORIGEM PRÉ-CAPITALISTA DO LATIFÚNDIO PASTORIL

2.1 ECONOMIA, SOCIEDADE E TERRITÓRIO NO PERÍODO COLONIAL

Durante o período colonial, o atual território uruguaio pertencia à Banda Oriental, região econômica periférica e fracamente povoada que, entretanto, foi alvo de intensa disputa entre os impérios coloniais de Espanha e Portugal, o que se devia tanto à sua posição geoestratégica na entrada da bacia do Rio da Prata, como à existência de um importante recurso: o gado *cimarrón*⁹, que habitava a região em grande número e de forma praticamente selvagem desde pelo menos o início do séc. XVII.

A necessidade de ocupação militar do território por um lado, e a atração exercida pela exploração pecuária por outro, determinaram o sentido das duas frentes iniciais de povoamento da colonização ibérica na Banda Oriental: uma primeira na costa do Rio da Prata e uma segunda, mais extensiva, de exploração pecuária no interior do país.

A integração entre estas duas frentes de povoamento, a princípio autônomas, dá-se na medida em que a cidade de Montevidéu converte-se paulatinamente em um centro portuário importante no final do século XVIII, sobretudo após 1778, quando a Coroa espanhola passa a permitir o comércio através do porto de Montevidéu, estabelecendo a Aduana. Segundo Barrán e Nahum

O livre comércio de 78 estimulou enormemente a exploração pecuária da Banda. Se valorizaram os rebanhos diante da perspectiva de sua venda segura e exportação, e se iniciou o aproveitamento do animal de forma mais racional e completa, utilizando-se já não só os couros, como também o sebo, a gordura, a carne, os chifres etc. (Barrán e Nahum, 2010, p.51).

Segundo A.Pintos, é esta medida que dá início às primeiras manufaturas de charque (Pintos, 1973, p.148).

⁹ Isto é, desgarrado, que vivia solto nos campos. Parece haver certa concordância quanto à origem destes rebanhos, que passam a se reproduzir livremente a partir das primeiras iniciativas espanholas e jesuítas de povoamento da região do rio Uruguai nos séculos XVI e XVII. (Deffontaines, 1953; Pintos, 1976; Franco, 2006; Barrán e Nahum, 2010).

A importância do comércio montevideano se tornaria ainda maior com uma medida de 1791, que tornava esta praça a única habilitada à introdução de escravos na região do Prata, o que na prática significava colocar-se em relação direta com o dinâmico circuito comercial ultramarino de Inglaterra e Portugal (Barrán e Nahum, 2010, p.52). Neste contexto, a frente pastoril passa gradativamente a constituir a zona de influência econômica de Montevidéu, estabelecendo a relação fundamental entre cidade-comerciante e campo-produtor, determinante para toda a evolução posterior da formação social uruguaia.

Do ponto de vista do desenvolvimento posterior da formação social, não foram decisivas as determinações impostas à conquista espanhola pelos povos originários. Não constituíam, estes, uma estrutura socioeconômica ou um fator demográfico incontornável, tal como em outras partes da América Espanhola. Formava a maior parte da sua população o complexo social charrúa, dividido em quatro grupos principais que eram bastante próximos cultural e linguisticamente: o dos charrúas propriamente ditos, dos chanás, guanás e minuanos. Sua complexa e rica organização social, seus costumes, vida religiosa, cosmogonia etc, não constituem objeto da presente pesquisa. Importa, contudo, destacar que do ponto de vista do desenvolvimento econômico, eram todos eles caçadores e coletores nômades, constituindo uma sociedade em estágio tecnológico neolítico, e pré-agrícola (Muñoz, s/d). Mas, embora o nomadismo e a baixa densidade demográfica tenham sido bastante adequados ao posterior desenvolvimento de uma economia pastoril, não se pode considerar que estes fatores tenham constituído uma pré-condição neste sentido, ou que tenham determinado a emergência de uma economia deste tipo.

Da mesma forma, pode-se considerar o quadro natural. Evidentemente, fatores importantes como o clima subtropical úmido, a monotonia do relevo, a abundância de recursos hídricos e as formações vegetais campestres favoreciam enormemente a atividade pecuária. É grande, portanto, a tentação a se recorrer ao determinismo geográfico nas considerações sobre a gênese desta formação social, tentação a qual podem sucumbir mesmo analistas argutos, e por formação alheios aos “vícios de origem” presentes em nossa disciplina, como o sociólogo Carlos Real de Azúa, para quem os fatores naturais e demográficos “predestinaram” a Banda Oriental à pecuária (Azúa, 1969, p.11). Entretanto, é para os fatores verdadeiramente históricos que se volta esta pesquisa.

Neste aspecto, deve-se agora dar completa razão ao mesmo C.Azúa, quando ressalta a originalidade do assentamento espanhol no rio da Prata, e de sua estrutura social fundadora. Como ele diz, “*uma comunidade que vivia sua etapa cristã-missionária e senhorial se extrapolou aqui sobre uma comarca de população nativa por sua vez rala e insubmissa*” (Azúa, 1969, p.11). E isto num território que, desde a perspectiva do colonizador e dos principais circuitos econômicos da época, destaca-se mais pelos atributos que não possui: aptidão para a agricultura tropical, riquezas minerais, sociedades pré-coloniais complexas. Contudo, é preciso dizer que esta singularidade, que implicou em uma incorporação lenta e tardia ao aparelho colonial, é também a causa da emergência de uma sociedade com traços muito mais modernos, configurando uma espécie de “vantagem do atraso” neste sentido. Como bem observado por C.Azúa, a colonização do Rio da Prata possuía um caráter

por sua situação geográfica e o tardio assentamento de sua estrutura administrativa e cultural, ideológica e demograficamente aberto. O que também quer dizer, mais concretamente, menos monoliticamente *hispano-criollo* e menos ortodoxamente católico que qualquer outro da América Espanhola. O Rio da Prata e seu vice-reinado foram filhos da Espanha bourbonística e “ilustrada”, uma filiação que os afasta muito mais que ao resto do “reino das Índias” das pautas de conduta e dos valores da Contra-Reforma¹⁰ (Azúa, 1969, p.14).

Túlio Halperín Donghi também considera que a estruturação de Montevidéu como centro espanhol deve ser vista no contexto do período das reformas bourbônicas, e aliás destaca a relevância da grande proporção em sua população de militares espanhóis, e sobretudo da atividade intelectual de um oficialato formado no espírito do “despotismo esclarecido” dos Bourbon (Donghi, 1976, p.37).

É certo que o fator militar e geopolítico orientou a fundação dos núcleos iniciais de Colônia do Sacramento e Montevidéu, em 1680 e 1723 respectivamente, como consequência do avanço português sobre a

¹⁰ Se bem que aqui caiba observar que a forte presença jesuíta no Rio da Prata colonial certamente oferecia, por outro lado, um poderoso elemento de difusão dos valores do Concílio de Trento...

região platina e da ulterior reação espanhola a esta medida (Bandeira, 2006, p.66). Mas ainda que, tal como defendido por L. Bandeira (2006) e G. Ferreira (2006), as tensões de natureza diplomática e militar em torno do controle do território da Banda Oriental tenham tido profundas implicações na posterior formação dos estados nacionais da região do Prata, sua importância para o povoamento da região não pode ser exagerada. Da mesma forma, se a fundação das duas cidades costeiras figura como marco decisivo, isto se deve muito mais à sua importância como bastião do controle político-militar colonial sobre o território, do que propriamente por seu impacto demográfico. Sobre a natureza de assentamento militar de Colonia e Montevidéu é notável o fato de terem constituído casos muito raros para a América Latina de cidades inteiramente muradas, ao estilo medieval (embora o traçado urbano retilíneo já se possa atribuir ao modelo classicista da Renascença). A existência de uma muralha que cercava a atual *Ciudad Vieja* reflete-se ainda hoje no desenho urbano da parte central de Montevidéu.

No contexto desta instável e permeável fronteira entre impérios coloniais, é a pecuária que emerge como atividade econômica decisiva para a sobrevivência de uma população que, errante e dispersa, constituirá o elemento humano decisivo para a formação da sociedade da Banda Oriental. É a existência de vasto rebanho bovino em estado selvagem o antecedente essencial do povoamento da Banda Oriental, fato sintetizado na expressão segundo a qual “*a riqueza precede ao homem, o gado ao colono*” (Barrán e Nahum, 2010, p.82). A apropriação dos recursos fornecidos pelo gado *cimarrón* (que àquela altura limitava-se à extração do couro dos animais) deu-se, em um primeiro momento, da forma mais primitiva possível, consistindo na forma de expedições em que o gado era, literalmente, caçado em campo aberto. A precariedade desta forma de exploração econômica combinava-se à ausência de uma clara regulamentação da propriedade da terra, reforçada pelo semi-nomadismo da população, e pela debilidade das formas políticas institucionais de controle direto sobre a população e o território. Todos estes elementos convergem para a caracterização da Banda Oriental como uma área de economia “natural” basicamente auto-suficiente, em que inexistia, praticamente, a divisão social do trabalho (Franco, 2006, p.149), ligada por laços tênues ao circuito econômico colonial. De acordo com o historiador uruguaio Guillermo Vázquez Franco

a economia colonial nesta região platina não chegou nunca a estar fundada e sustentada por um

sólido mercado interno dominante; ao contrário, foi muito fraca a concorrência de oferta e demanda, tanto de produtos como de serviços, em razão de que não havia população suficiente e, além disso, a escassa existente tinha um auto grau de desconcentração e auto-suficiência (Franco, 2006, p.89).

Ao povoamento pioneiro seguiu-se a formação das primeiras estâncias: grandes propriedades baseadas na captura do gado *cimarrón* para criação extensiva. Aníbal Barrios Pintos, em sua *Historia de la Ganadería em el Uruguay*, divide as primeiras estâncias coloniais entre aquelas de propriedade de particulares que obtinham sua posse junto à administração colonial, aquelas de propriedade da própria coroa (as chamadas estancias *Del Rey*) ou do *Cabildo* de Montevideú, e estâncias de propriedade da ordem jesuíta.

A estância surge quando, passado o primeiro período de exploração pecuária extrativa (preação), surge a necessidade de reproduzir o rebanho diante da relativa escassez de estoque e do aumento da demanda internacional. Segundo J. Williman e C. Pons, é na zona do Rio Uruguai que começam a surgir as primeiras propriedades deste tipo (Willimann e Pons, s/d, p.24), ocupação que precede a concessão formal de títulos de propriedade.

Já as terras próximas à Montevideú começam a ser ocupadas para a pecuária logo nos primeiros anos após a fundação da cidade portuária, agora através de uma repartição organizada pelas autoridades espanholas. Em 1726 repartem-se terras na zona urbana de Montevideú e áreas contíguas. Em 1728 começa a repartição de estâncias na região do arroio Pando, e em 1730 no arroio Miguelete, também à pequena distância da cidade (Willimann e Pons, s/d, p.25-26). Paralelamente ao surgimento destas propriedades que possuem caráter privado constituem-se, dentro e fora da jurisdição de Montevideú, as chamadas “estâncias *del Rey*”, de extensão maior e limites mais imprecisos, que se destinavam sobretudo ao suprimento das necessidades de abastecimento das tropas espanholas estacionadas na região, bem como de seu suprimento com cavalos para montaria (Pintos, 1973, p.81). E por fim, fora destas áreas, alguns pioneiros continuavam a se apossar de imensos latifúndios sem qualquer relação citadas repartições de terras, e que desta forma se constituíam à margem das intenções político-territoriais da Coroa espanhola. Seus possuidores, por outro lado, encontravam respaldo nas “mercês” concedidas por autoridades locais de Montevideú

e Buenos Aires (Willimann e Pons, s/d, p.28). Esta última forma de propriedade é que terminaria prevalecendo sobre as demais, triunfando sobre a “*média propriedade prevista pela legislação das Índias*” (Willimann e Pons, s/d, p.30).

J.Barrán e B.Nahum descrevem em termos semelhantes a questão da origem da propriedade fundiária na Banda Oriental. Eles tampouco mencionam a existência de estâncias em mãos de jesuítas, e afirmam que da primeira divisão de terras resultou uma classe de proprietários “médios”, composta inicialmente por fazendeiros a quem as autoridades espanholas haviam concedido, a partir de 1730¹¹, propriedades de meia légua de frente por légua e meia de fundo, área que, segundo o J.Barrán e B. Nahum, equivalia a 1875 hectares. A. Pintos (1973, p.79) informa para o ano de 1757 a existência de 112 estâncias deste tipo na jurisdição de Montevidéu, cidade que por aquele tempo contava sua população em torno de 1.700 habitantes. Os moradores destas estâncias, acrescidos por um contingente de cerca de 40 famílias de pequenos sítiantes, imigrantes das Ilhas Canárias, formavam então um núcleo de pequenas e médias propriedades ao redor da cidade portuária, dedicados basicamente à produção pecuária e, em menor medida, agrícola.

Mas esta estrutura agrária de caráter socialmente mais igualitário não estava destinada a durar por muito tempo, sendo logo bloqueada pela emergência de uma classe muito mais poderosa e influente de grandes latifundiários, militares e comerciantes ligados ao aparato administrativo colonial. Diferentes fatores explicam a consagração do latifúndio como forma dominante de propriedade da terra na Banda Oriental. De um modo geral, parece ter havido uma reorientação na estratégia espanhola de ocupação do território, já que a grande propriedade parecia ser uma resposta mais efetiva à situação de insegurança causada pela presença de populações indígenas e de *gauchos* bandoleiros, para não falar na constante penetração de luso-brasileiros na região fronteiriça (Barrán e Nahum, 2010, p.89). Segundo Ares Pons

el desarrollo de la gran propiedad rural, en desmedro de la pequeña y mediana, se vio favorecido en la época colonial por la inseguridad de la vida en la campaña, que sólo permitía sostenerse a los núcleos sedentarizados numerosos y bien armados que se congregaban en las villas o

¹¹ Sete anos após a fundação de Montevidéu, portanto. Como se nota, há uma pequena divergência entre os autores mencionados quanto às datas.

en las grandes estancias (citado por Barrán e Nahum, 2006, p. 89).

Além desta consideração de natureza militar, é igualmente provável o contexto de relativa desordem e ausência de autoridades civis terminasse por fazer prevalecerem soluções mediadas pelo uso da força, favorecendo a um número reduzido de indivíduos na apropriação da riqueza pecuária e em seguida, da terra, já que uma vez considerado o postulado de que o gado precedeu ao colono, é factível supor que sua posse tenha precedido à posse da terra.

Esta nova orientação da política ultramarina espanhola coincide, no plano mundial, com uma primeira inserção da região da pecuária platina em uma divisão internacional do trabalho, a qual se manterá sem grandes modificações até meados do século XIX. Ela consistia inicialmente no fornecimento de couros e animais para as minas do Alto Peru (atual Bolívia) e para a região mineira do Brasil, neste caso via Rio Grande do Sul e mediante considerável contrabando. A estes fluxos acrescentaram-se, no final do período colonial, o de matéria-prima (couro, sebo, chifres) para as manufaturas europeias, tornado crescente conforme avançava a primeira Revolução Industrial, e o abastecimento de charque para a zona escravista da América Espanhola, principalmente Cuba (Puiggrós, 1957, p.187).

Na opinião de J.Barrán e B.Nahum, o alto custo financeiro e as demais dificuldades impostas pelas autoridades coloniais à obtenção de títulos de terra passaram a ser tais, que somente os elementos já possuidores de fortuna e/ou de boas relações políticas colocavam-se em condições de se tornarem proprietários legais de estâncias. A isto se deve o fato de esta classe ter-se constituído inicialmente por militares (Pintos, 1973, p. 79), burocratas e, principalmente, grandes comerciantes portuários. Como consequência, tem-se o absentismo¹² (Barrán e Nahum, 2010, p. 87) como uma das principais características do latifúndio na Banda Oriental. Neste sistema, o proprietário legal das terras confiava geralmente as atividades da produção a um capataz, atuando ele próprio diretamente apenas na exportação das mercadorias produzidas na estância, fundamentalmente o couro, neste período. Esta forma indireta de exploração contrasta com aquela dos “médios” proprietários mais próximos à Montevideu residentes nas estâncias, que haviam sido beneficiados pela primeira partilha promovida pela coroa espanhola logo após a fundação da cidade.

¹² Ou seja, a prática de os proprietários residirem fora de suas terras.

Na coexistência destas duas formas de propriedade há também, implícita, uma importante divisão regional, localizando-se os maiores latifúndios preferencialmente na chamada “campanha”, ou seja, na ampla faixa do interior do país que abrangia desde o litoral atlântico até as margens do rio Uruguai na atual divisa com a Argentina, sendo que as propriedades tendiam a ser maiores ao norte do Rio Negro em direção à atual fronteira Brasil-Uruguai. Esta era justamente a área de penetração luso-brasileira, onde o latifúndio típico caracterizava-se pela estrutura militarizada, contando os proprietários com um grande número de homens prontos a pegar em armas (Barrán e Nahum, 2010, p.91), em uma situação que pode ser comparada à vassalagem medieval, e que aliás pode estar na origem do fenômeno do “caudilhismo” rio-platense. Ainda segundo J.Barrán e B. Nahum, era menor a tendência ao absentismo junto à fronteira, havendo o predomínio dos latifundiários-comerciantes de tipo absentista na área ao sul do Rio Negro, em que as dificuldades de acesso ao comércio portuário seriam consideravelmente menores¹³ e, por conseguinte, a terra era mais valorizada e também mais disputada. Também ao sul do Rio Negro, mas agora na área imediatamente próxima à Montevideu (região de Pando, do rio Santa Lucía e do arroio Miguelete) se encontraria, então, a classe de médios proprietários em relação de dependência comercial e, também, presumivelmente de conflito de interesses com a classe dos latifundiários absentistas. Nesta região também se encontrava o núcleo de uma incipiente agricultura (com destaque para a triticultura), permanentemente acossada pela predominância da atividade pastoril, sendo frequentes os episódios de destruição de lavouras inteiras por investidas do gado, que era criado de forma extensiva. Eis um exemplo:

Em 5 de setembro de 1763 os lavradores montevidéanos apresentaram suas queixas ao Cabildo em razão dos danos que o gado dos fazendeiros haviam produzido em suas sementeiras em anos recentes. Alguns, como Antonio Varela, que haviam colhido quarenta fanegas [medida equivalente a 100kg] de trigo quando deveria ter recolhido cem, não obstante sua vigilância e as contínuas rondas noturnas que efetuara. Outros como Cosme Alvarez, que se viu obrigado a abandonar sua chácara, na qual havia investido

¹³ A travessia do Rio Negro fazia-se praticamente impossível nos meses de inverno.

quinhentos pesos abrindo uma vala reforçada com estacas (Pintos, 1973, p.80).

Mas, salvo por sua importância como contraponto à hegemonia crescente do latifúndio no período colonial, deve ser dito que a relevância econômica desta agricultura era mínima, insuficiente mesmo para o abastecimento de Montevideu, que tinha de importar até farinha para o seu consumo (Franco, 2006, p. 131).

Ao lado deste antagonismo entre médios e grandes proprietários legais da terra, desenvolvia-se ao longo do período colonial uma outra contradição mais importante, que opunha o latifúndio à numerosa classe de “simples possuidores da terra” (Barrán e Nahum, 2010, p. 97). Esta se compunha de posseiros, normalmente pioneiros na domesticação do gado *cimarrón*, que carecendo de títulos de propriedade, eram frequentes vítimas de despejos, forçados por parte dos latifundiários respaldados pelas autoridades coloniais. Mais uma vez, é ao sul da fronteira natural representada pelo Rio Negro que esta disputa se torna mais aguda:

Foi dentro desta jurisdição, que compreendia os atuais departamentos de Canelones, San José, Montevideu e parte de Maldonado, Lavalleja, Florida e Flores, que a “fome de terras” se fez sentir com mais rudeza e até com violentos episódios, já que não era raro o caso em que, visto a oposição que faziam os intrusos [sic], as autoridades deviam queimar seus ranchos. Nesta zona (por sua proximidade ao porto e à autoridade, a maior segurança daí advinda e a facilidade com que se podiam escoar os produtos) a competição pela posse da terra adquiria contornos dramáticos (Barrán e Nahum, 2010, p.92).

Como neste caso:

(...)resulta que el 24 de setiembre de 1782 el Juez Comisionado del Partido de Maciel, concurrió a la costa de dicho arroyo, se internó en propiedad de don Miguel Ignacio de la Quadra y llegado que fue al paraje donde habían poblado los intrusos Mas y Mazangano, les notifico delante de testigos (...) una providencia de desalojo y lanzamiento del Virrey, de fecha de 19 de Agosto de 1782 y después de

haberlos hecho cargo de dicha providencia y previniéndoles de qué derecho tenían para estar establecidos allí, dijeron no tener título ninguno para ello; por lo cual y en forza del superior decreto les mandé sacar los trastos fuera de dicho terreno y cargarlos en carros para ponerlos en marcha lo cual ejecutaron sin ninguna repugnancia y incontinentemente les hice demoler los ranchos y corrales y les previne que adelante no podían levantar ningún otro ni menos poblar en los terrenos pertenecientes a don Miguel Ignacio de la Quadra (R.Campos, citado por Barrán y Nahum, 2010, p.91-92)

Deste conflito, decorria que um grande contingente de posseiros se via submetido à condição de agregados do mesmo grande latifúndio que suprimia seu acesso à terra, formando uma mão-de-obra de tipo servil no interior das estâncias. Entretanto, é preciso relativizar as condições desta servidão, na medida em que tanto a prodigalidade do meio (abundância de terras escassamente controladas por seus proprietários e autoridades civis, de água, do gado *cimarrón*) quanto a permanente escassez de mão-de-obra devida ao parco povoamento da Banda Oriental, serviam para afrouxar os laços de dependência pessoal. De fato, a permanente possibilidade de evasão que se apresentava ao *gaucho* oriental (e da qual decorre toda uma extensa lírica em torno de sua irrestrita “liberdade”: o mito do *gaucho* solitário acompanhado somente por seu cão e seu cavalo), inviabilizava ainda uma estrutura social que o transformasse em mão de obra servil, no sentido que isto teve para a Europa medieval. A isto agrega-se o fato de que, pelo menos durante o período colonial, não havia um claro monopólio da violência em mãos dos latifundiários. Como assinalado por G.Franco (2006, p.192-193), no universo *gaucho* não havia espaço para uma “divisão social da violência” no sentido da formação de uma classe diferenciada de homens treinados na arte militar do tipo dos samurais japoneses ou da cavalaria medieval, e que pudessem neste caso exercer uma significativa coerção física sobre a massa da população (pense-se, neste propósito, na impotência da massa camponesa europeia diante da esmagadora vantagem representada pelo uso privilegiado do cavalo e de armaduras por parte dos exércitos senhoriais do medievo). Pelo contrário, é característico da pequena divisão social do trabalho nesta etapa da formação social platina o fato de que, tanto senhores de estância como agregados ou *gauchos* livres, dispunham para seu uso das mesmas

ferramentas de trabalho e, eventualmente, de combate: o cavalo e o *cuchillo*.

Em todo caso, a persistência deste conflito, que assumia no caso a forma de disputa fundiária, verifica-se ao longo de todo o período colonial e até as guerras de independência, em que este antagonismo formará a base social dos diferentes partidos em disputa. E com efeito, em toda esta fase, e na verdade até o cercamento dos campos na segunda metade do séc. XIX, pouco importou o ordenamento jurídico formal (exceto quando este privilegiava os poderosos latifundiários absentistas) e predominavam a anarquia e o conflito em relação à uma propriedade da terra, e a seus limites imprecisos. Esta situação ficou progressivamente mais insustentável com o passar do tempo até tornar-se, nos últimos anos do domínio espanhol, um problema social incontornável, motivando sucessivas tentativas (frustradas) por parte das autoridades de efetuar uma regularização geral da propriedade fundiária na Banda Oriental. Iniciativas que, tardias e arbitrárias, provocaram grande descontentamento popular, e conferiram ao programa político do levante independentista da Banda Oriental de 1810 um caráter em grande medida agrário e popular.

Em síntese, é possível afirmar que a propriedade da terra, meio de produção fundamental nesta economia colonial de tipo periférico, dividia-se entre: a) uma classe hegemônica de comerciantes-latifundiários absentistas, respaldada pelas autoridades coloniais e diretamente envolvida no comércio exportador, mais presente com suas estâncias na região ao sul do rio Negro; b) a classe dos latifundiários da fronteira, detentores legais de enormes extensões selvagens, mais distantes do comércio portuário, mais vulneráveis à penetração luso-brasileira (e também mais propensos ao contrabando fronteiriço...), com suas estâncias militarizadas ao norte do Rio Negro e na costa atlântica; c) a classe pouco numerosa dos médios e pequenos proprietários legais dos arredores de Montevideú, formada na primeira partilha de 1730 e por imigrantes canários, pecuaristas e em menor medida agricultores, ligados ao abastecimento interno e/ou dependentes dos comerciantes portuários; d) a classe numerosa de posseiros sem título legal de propriedade, distribuídos sobretudo ao sul do Rio Negro, pioneiros na atividade pecuária mas sem contato direto com o comércio exportador, na verdade em conflito de natureza territorial com a elite portuária para quem produzia excedentes, seja na forma de trabalho servil (quando submetidos à condição de agregados de estância) ou de produtos (com os lucros obtidos através da exportação do couro).

Do que foi exposto, deve-se também destacar a coincidência de interesses, senão a identidade completa, entre o comércio portuário e o latifúndio pastoril. A unidade entre comércio e latifúndio colonial, em sua dimensão territorial constitui, de fato, a primeira fase da progressiva subordinação político-econômica do interior pela cidade (da campanha pelo porto) que caracteriza o desenvolvimento posterior da formação social uruguaia. Comércio portuário e latifúndio formaram assim, a matriz do bloco histórico colonial que, nas décadas posteriores à independência, foi capaz de manter sua hegemonia mesmo diante das inovações que introduziram, a partir do último quartel do séc. XIX, a fase histórica de transição ao capitalismo desta formação social.

Neste primeiro momento, contudo, as condições objetivas para a efetivação da submissão do campo à cidade são ainda precárias, como tênues são os laços que, nesta fase pré-capitalista de desenvolvimento da formação social em estudo, vinculam Montevidéu à campanha de que, ao menos nominalmente, é sede administrativa. Um testemunho eloquente da diferenciação espacial causada pelo desenvolvimento desigual da formação social (ou da “*contemporaneidade do não-coetâneo*” na expressão lapidar de Ignacio Rangel) é este relato, já de 1867, recolhido por G. Franco em sua obra *Formas de Vida em el Latifundio Colonial*:

(...) *Pocas veces puede verse un contraste mayor entre la ciudad y el campo (...). Al dejar Montevideo parece que nos sumergeríamos de golpe de la más alta civilización de la época actual a la semibarbarie de la Edad Media (...) no hay nada en la indumentaria o costumbres del pueblo [de Montevideo] que los distinga de los habitantes del viejo mundo; pero más allá de las pocas leguas cultivadas (...) se extiende el campo selvaje, sin caminos ni puentes, sin praderas, arboledas o jardines, habitado por una indómita raza de jinetes, vestidos como en la Edad Media, siempre armados, pocas veces cumplidores de la ley (...)* (Christison, citado por Franco, 2006, p.77).

Ao lado das imensas dificuldades de comunicação física entre porto e campanha, deve-se ainda considerar a existência de inúmeras forças antagônicas à consolidação de um poder central, como a resistência aguerrida dos povos indígenas *charrua* dos pampas, a constante ameaça de invasão luso-brasileira (finalmente concretizada

entre 1817 e 1828) e a ação autônoma de *gauchos* e estancieros formando núcleos de poder local.

O desenvolvimento de formas capitalistas de produção no Uruguai do séc. XIX, não fará senão manter, e mesmo aprofundar, a descontinuidade regional de estágios de desenvolvimento histórico, apesar da formação de um mercado unificado e de um Estado-nacional moderno. É que atingido este fim, caberá à campanha a função de formação de capital e de área-fonte de drenagem da renda nacional, financiando continuamente o progresso da cidade portuária ao preço da manutenção de seu próprio atraso.

2.2 PROBLEMAS DA CARACTERIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NA BANDA ORIENTAL

Distante dos principais circuitos econômicos coloniais – ligados à mineração e à agricultura tropical – a região da Banda Oriental caracterizou-se, ao longo dos primeiros séculos de dominação ibérica, pelo povoamento lento, tardio e escasso, e pela quase inexistência de centros urbanos relevantes. Havia, é claro, o porto de Montevideú, mas ainda assim esta era uma praça bastante modesta com relação a outras na América Espanhola. A produção de riquezas baseava-se fundamentalmente (e de forma praticamente exclusiva) na criação de gado e extração de seu couro e alguns poucos subprodutos, a qual era praticada de forma rudimentar. Tal atividade, como é lógico, prescindia de uma divisão social do trabalho muito desenvolvida para realizar-se. Além disso, a escassez demográfica e a insuficiência do aparato administrativo geravam uma situação em que, como já foi apontado, o monopólio sobre a propriedade da terra não era exercido de fato, ao menos não na maior parte do território. E menos ainda pode-se dizer que houvesse um monopólio sobre os demais meios de produção, como destaca G. Franco

No transcurso da colonização pode dar-se um monopólio da propriedade formal de uma porção do espaço disponível, por parte de um pequeno grupo que apostava em investir em terras, ainda que desvalorizadas; mas – e isto é o que historicamente importa – não houve em troca monopólio de alimentos, nem de armas e ferramentas, nem de técnicas, de cavalos, de forragem ou de água. Sobre nada disto houve nenhum tipo de controle efetivo

por parte de ninguém e todos indiscriminadamente – latifundiários ou não – tiveram pleno acesso a isto até mais além de suas necessidades e desejos. Em outras palavras: os mecanismos de apropriação dos recursos – fossem ou não naturais – não foram patrimonialmente exclusivos de ninguém nem de alguns. Tampouco houve trabalhos aristocráticos nem trabalhos exclusivamente plebeus (Franco, 2006, p.213).

Embora não se possa concordar com a conclusão absurda a que, partindo daí, chega este autor, de que esta teria sido uma sociedade sem luta de classes.

Combinado a este quadro é que deve ser visto o desenvolvimento do capital comercial. Segundo R.Arismendi

Junto com o latifúndio e a produção primária de minérios e alimentos, o período colonial deixa como herança a hipertrofia do capital comercial intermediário e as variadas formas de capital usurário. Marx e Lenin já demonstraram que o desenvolvimento independente do capital comercial está em uma razão inversa ao grau de desenvolvimento capitalista. Este fator contribuiu para a formação das grandes cidades portuárias sul-americanas, que se desenvolveram como verdadeiros empórios comerciais. (...) Nas regiões onde não há índios para a encomenda, nem metais preciosos, nem produtos de alto valor mercantil, nem clima tropical, mas terras de colonização tardia, tais como Buenos Aires e a Banda Oriental (Uruguai), forma-se o latifúndio pecuário, de aparência patriarcal que explora trabalho gratuito, alguns escravos negros e o trabalho assalariado esporádico. Também em torno deles se estabelecem relações sociais que configuram um tipo especial de parceria (in Löwy, 2006, p.268).

Diante da especificidade deste quadro, a determinação da natureza do modo de produção dominante nesta sociedade, embora constitua um imperativo metodológico para o estudo da formação social, requer um esforço interpretativo bastante considerável. O desafio certamente não é novo, e de fato, ele tem já ocupado gerações de

pensadores sociais em nosso continente. Afinal, trata-se nada menos do que situar a enorme complexidade da experiência histórica ibero-americana no interior do quadro amplo dos modos de produção universalmente conhecidos pela humanidade, em seu processo de desenvolvimento histórico. Evidentemente aqui, o maior risco que corre o intérprete é o de procurar ajustar a realidade às categorias, de forma meramente apriorística. Como advertência, vem à mente as palavras de Jean Dresch, citadas por M.Santos em um artigo em que este faz severas admoestações contra a adoção esquemática de categorias marxistas na geografia¹⁴: “*uma interpretação marxista não pode se limitar ao emprego de uma terminologia formal, e não é pelo simples fato de que qualificamos uma sociedade como ‘feudal’ que a estamos explicando*” (Dresch, citado por Santos, 1981, p.131-132).

Michael Löwy, na introdução de sua difundida antologia sobre *O marxismo na América Latina*, adequadamente situa o debate sobre a evolução dos modos de produção no continente em sua dimensão política concreta: a análise da especificidade da formação social como condição *sine qua non* à formulação da melhor estratégia visando à transição ao socialismo. Em suas palavras

Um dos principais problemas que o marxismo latino-americano teve de confrontar foi precisamente a definição do caráter da revolução no continente – definição que era ao mesmo tempo resultado de certa análise das formações sociais latino-americanas e o ponto de partida para a formulação de estratégias e táticas políticas. Em outras palavras, é um dos momentos-chave da reflexão científica e uma mediação decisiva entre teoria e prática. Toda uma série de questões políticas fundamentais – as alianças de classe, os métodos de luta, as etapas da revolução – está intimamente ligada à essa problemática central: a natureza da revolução (Löwy, 2006, p.9).

Como se observa, para os intelectuais envolvidos é a própria sobrevivência ou eventual êxito do projeto socialista que está em questão, e por isso mesmo não deve causar espanto que o debate sobre questões como as vias históricas de desenvolvimento do capitalismo na América Latina, o alcance e natureza da herança colonial ou o

¹⁴ *Alguns Problemas Atuais da Contribuição Marxista à Geografia*, de 1982.

significado social dos movimentos independentistas, despertem tantas paixões e controvérsias¹⁵. Löwy, certamente um intelectual nada indiferente a tais paixões, tece duras críticas, ou melhor, praticamente dedica sua antologia inteira a criticar o que intitula uma vertente “eurocêntrica”, que teria “devastado” o marxismo latino-americano (Löwy, 2006, p.10). A esta vertente, que inclui praticamente todos os intelectuais ligados aos partidos comunistas tradicionais, ele atribui uma suposta “transposição mecânica” de categorias de análise que, elaboradas por pensadores europeus, só deveriam para ele ter pertinência diante da realidade europeia, e que teriam sido utilizadas de forma artificial para interpretar a realidade latino-americana. Aliás, são curiosos os critérios utilizados por Michael Löwy em sua coletânea de textos sobre o marxismo latino-americano. É classificada na vertente “eurocêntrica” toda a produção teórica ligada ao movimento comunista latino-americano alinhado à União Soviética após 1930. Mas não são para ele “eurocêntricas” as proclamas ultra-esquerdistas que exortavam a uma imediata revolução operário-camponesa na América Latina, redigidas com total desconhecimento da realidade do continente pelo Comintern na Rússia dos anos 1920 (Löwy, 2006, p. 77-85).

Em todo caso, as teses “eurocêntricas”, sempre na visão de Michael Löwy, teriam servido ao propósito deliberado de negar que as formações sociais latino-americanas estivessem maduras para o socialismo (Löwy, 2006, p.11), justificando a linha “reformista” adotada pelos partidos de orientação soviética (“stalinistas”, na linguagem do autor) com sua pauta de luta democrático-burguesa e anti-imperialista. Na narrativa de M. Löwy, as teses “stalinistas eurocêntricas”, hegemônicas na esquerda entre as décadas de 1930 e 1960, são superadas quando uma nova geração de pensadores sociais¹⁶, influenciada pela Revolução Cubana, recoloca a transição imediata ao socialismo na ordem do dia, graças a uma

aplicação criativa do marxismo à realidade latino-americana [que] significa justamente a superação – no sentido da *Aufhebung* hegeliana - (...) [de] um

¹⁵ Ou, como é triste admitir, que elas tenham, em seu momento, suscitado paixões e controvérsias: no momento em que escrevo, após pelo menos duas décadas de massacre ideológico e hegemonia neoliberal, o pensamento marxista viu-se reduzido a nichos dentro da Universidade brasileira, e o debate sobre modos de produção é considerado “superado”.

¹⁶ Representada por Caio Prado Jr., Sérgio Bagú, Marcelo Segall, André Gunder Frank, Rui Mauro Marini, Nahuel Moreno, entre outros.

dogmatismo universalista – graças à unidade dialético-concreta entre o específico e o universal. Na nossa opinião, não é acidental que a maioria dos pensadores que compartilham essa posição metodológica, de Mariátegui a Che Guevara, para citar dois exemplos bem conhecidos, chega justamente à conclusão oposta: a revolução na América Latina será socialista ou não será (Löwy, 2006, p.12).

Para estes novos autores, a proposição do caráter exclusivamente socialista da revolução do continente, e a conseqüente rejeição a qualquer composição política que incluísse setores nacionais da burguesia, derivava de uma leitura segundo a qual as formações sociais latino-americanas deveriam ser consideradas como sociedades plenamente capitalistas, e o que importa aqui, que teriam sido sempre, desde a colonização, capitalistas. Por esta razão, o cerne de sua crítica ao modelo interpretativo marxista mais ortodoxo consistia na negação do caráter feudal da estrutura agrária do continente, seja como fenômeno histórico ou como realidade presente. Falar em “feudalismo”, nas particulares condições latino-americanas, consistiria em nada mais do que um dogmatismo “eurocêntrico”, pois significaria negar a especificidade das formações do continente, equiparando seu desenvolvimento histórico às etapas atravessadas pelas sociedades europeias. Aqui, na América Latina, não haveria lugar para as revoluções democrático-burguesas que, na Europa, expressaram a contradição entre o desenvolvimento das forças de produção capitalistas e as arcaicas estruturas sociais que as limitavam.

No Brasil, o momento-chave para a afirmação desta nova leitura é a publicação, em 1966, de *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Jr (Vieira, 1992, p.58). Publicada sob o impacto da derrota representada pelo golpe militar de 1964, a obra nega frontalmente as teses do Partido Comunista Brasileiro, que insistia no caráter feudal do latifúndio brasileiro. Essa refutação passou a servir como referência para as correntes da esquerda que, após o golpe, denunciaram politicamente a estratégia seguida pelo PCB nos anos que antecederam a queda de João Goulart, a qual consistia em uma aliança poli-classista capaz de encaminhar reformas tipicamente democrático-burguesas, como a reforma agrária, e anti-imperialistas, como a nacionalização de companhias estrangeiras. A denúncia das teses do PCB, respaldada teoricamente por Caio Prado e pelos autores emergentes da chamada

“escola da dependência”, viria a influenciar significativamente o surgimento dos grupos guerrilheiros “vanguardistas” que propunham a resistência armada ao Regime, e que tiveram no Brasil uma figura emblemática em Carlos Mariguella, um egresso do Comitê Central do Partido.

É justamente a polêmica em torno das relações de produção no período colonial, e sobre a extensão e alcance desta herança após a independência política das nações latino-americanas, a que interessa a esta pesquisa. E como se tem observado no caso concreto uruguaio, as respostas não são nada simples, e nem podem ser categóricas.

As dificuldades neste sentido ficam evidentes quando se observa que os autores da linha de pensamento *dependentista* – ao optarem não por relativizar ou ressaltar o caráter combinado do feudalismo na América Latina, mas por declará-lo uma hipótese histórica de valor nulo – tenham sido incapazes de fornecer uma explicação consistente, seja para o funcionamento da sociedade colonial, seja para o desenvolvimento do capitalismo em nosso continente. Não, pelo menos, à luz da economia política marxista.

Octavio Ianni, um dos mais destacados expoentes desta corrente de pensamento, considerava que a dependência estrutural caracterizava nada menos que “a essência das sociedades latino-americanas”, e que

conforme revelam os estudos sobre o período colonial latino-americano, nestas sociedades todas as instituições (econômicas, políticas, jurídicas, educacionais, militares, religiosas) organizaram-se de modo a atender às exigências do próprio funcionamento e expansão do colonialismo mercantilista (O.Ianni, 1974, p.125).

Mesmo numa leitura apressada deste trecho, que sintetiza de forma bastante satisfatória o pensamento *dependentista* sobre o período colonial, fica patente a inacreditável ausência de qualquer dinamismo interno na análise desta sociedade, que se diria assim forjada à imagem e semelhança do colonizador. A dar-se crédito a esta interpretação, seria necessário supor o êxito absoluto, e em toda parte uniforme, da empresa colonial. E aliás, uma notável coerência e unidade de objetivos por parte das autoridades metropolitanas, como se as agudas contradições internas das sociedades europeias em plena transição para o mundo moderno

pudessem realmente não se manifestar em seus empreendimentos ultramarinos. E isto ao longo de uns três séculos!

O historiador e economista argentino Sérgio Bagú, mais um importante teórico a romper com as teses do marxismo ortodoxo, considera esta inserção ao comércio internacional argumento suficiente para incluir as economias coloniais no que chama de “*ciclo capitalista mundial*”. Em sua visão, o “*regime econômico luso-hispânico do período colonial*” pode ser qualificado como “*capitalismo colonial*” (in Löwy, 2006, p.252)¹⁷. O historiador chileno Marcelo Segall também é outro para quem as categorias *feudalismo* e *capitalismo* são definidas de forma heterodoxa, em termos de inserção das unidades produtivas ao mercado, ao invés da forma de existência do trabalho. Para ele, feudalismo é a “*relação de produção de uma etapa da sociedade caracterizada pela exploração agrícola e artesanal em pequena escala, para o consumo direto do senhor e seus servos*”; e capitalismo, “*o modo de produção destinado ao mercado, nacional ou exterior, em maior ou menor escala*” (in Löwy, 2006, p.255)¹⁸.

Chama-se *circulacionismo* o erro metodológico que consiste em privilegiar na análise econômica o aspecto da circulação de mercadorias e dinheiro, em detrimento da produção. Ora, é justamente um dos pontos mais importantes da refutação marxiana à economia política burguesa a descoberta de que somente o processo de produção, mediante o trabalho, produz valor. O equívoco não seria tão grave, não fosse o caso de tais autores declararem-se marxistas, seguirem utilizando um vocabulário marxista, e de suas teses terem sido feitas o fundamento de uma interpretação das formações sociais que conduziu a esquerda latino-americana a graves equívocos estratégicos. Que, de acordo com uma interpretação fundamentada no materialismo histórico, a simples existência e circulação de dinheiro e de mercadorias não caracterizem, por si, *capitalismo*, é algo já evidente para K. Marx, que em passagem célebre indica que

As funções particulares desempenhadas pelo dinheiro, mero equivalente de mercadoria, meio de circulação, meio de pagamento, tesouro, dinheiro mundial indicam, segundo a extensão e preponderância relativa de cada uma das funções, estágios muito diversos do processo de produção

¹⁷ A obra em questão é *Economía de la Sociedad Colonial*, publicada pela primeira vez em 1949.

¹⁸ *El Desarrollo del capitalismo en Chile, cinco ensayos dialécticos*, de 1953.

social. Apesar disso, ensina a experiência que basta uma circulação de mercadorias relativamente pouco desenvolvida para que se constituam todas aquelas formas. Com o capital é diferente. Suas condições históricas de existência não se concretizam ainda por haver circulação de mercadorias e de dinheiro. Só aparece o capital quando o possuidor dos meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho. E esta única condição histórica determina um período da história da humanidade. O capital anuncia, desde o início, uma nova época no processo de produção social (Marx, 1982, p.190).

E enfim, este problema metodológico foi bastante bem sintetizado por Carlos Nelson Coutinho, em um texto datado de 1989¹⁹. Em sua avaliação

o estoque de categorias marxistas de que se vale Caio Prado não é muito rico. Essa relativa pobreza é sobretudo evidente em suas obras de filosofia. Nos trabalhos de história, por exemplo, tem pouco peso o conceito de ‘modo de produção’, o que o leva por vezes a confundir, na análise da colônia e do império, o predomínio inequívoco de relações mercantis com a existência de um sistema capitalista (ainda que incompleto), o que deriva da prioridade metodológica que ele conscientemente atribui à esfera da circulação em detrimento da esfera da produção (citado por Vieira, 1992, p.60).

Referindo-se ao Brasil o mesmo Caio Prado Jr., considera que

Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se

¹⁹Uma via “não clássica” para o capitalismo.

organizarão a sociedade e a economia brasileiras (in Löwy, 2006, p.248).

Aqui também, e isto é o que torna esta interpretação ainda mais inadequada para o caso da formação social uruguaia, considera-se a sociedade colonial meramente em função dos interesses mercantis metropolitanos e de seus setores mais dinâmicos: a mineração e a agricultura tropical. Mas como isto pode ajudar a elucidar o processo de formação socioespacial das áreas mais periféricas e tardias, como a Banda Oriental? Deve-se considerá-las como simples apêndice do complexo agroexportador, fornecedoras de itens básicos de subsistência?

Pelo contrário, acredita-se que a dinâmica do desenvolvimento combinado, inerente às sociedades latino-americanas, pode ser verificada justamente através das desigualdades regionais, como as que opunham as áreas cuja produção esteve organizada prioritariamente para o comércio ultramarino àquelas voltadas ao incipiente mercado interno; ou cidades portuárias “cosmopolitas” a sertões e campanhas esquecidos. E mais, que tais contradições não apenas determinam uma específica divisão territorial do trabalho, mas indicam que tais sociedades, fruto de um processo complexo de conquista e amálgama, são marcadas pela combinação e conflito de diferentes relações de produção, cujo sentido se modifica se analisadas desde a perspectiva de suas relações internas ou externas.

É neste sentido que, sem negar o papel fundamental do setor agroexportador na organização do território e sociedade coloniais na América Latina, o uruguaio R.Arismendi define sua estrutura econômico-social:

Limitar-nos-emos aqui a desenterrar do passado colonial as bases da atual estrutura de nossas economias. Elas são, primordialmente, o regime latifundiário de propriedade da terra e a subordinação da economia colonial à economia metropolitana. Ambos os traços conjugados retiram da plantação, do engenho do açúcar brasileiro, do latifúndio pecuário da bacia do Prata, a característica de unidade econômica fechada que singulariza uma economia feudal típica. Estes produzem para a metrópole, mas as relações de produção imperantes na maioria dos países baseiam-se no trabalho servil do índio, combinado

com o trabalho escravizado do negro ou semi-escravizado do índio. Em torno destas unidades econômicas de exportação, baseadas em um regime feudal de propriedade, organiza-se a economia natural e se encontram quase tipicamente as formas da renda pré-capitalista (em trabalho, natural e, muito mais tarde, a renda monetária pré-capitalista). Avançando no século XVIII, é possível encontrar o trabalho assalariado como uma manifestação esporádica, a pequena produção individual e a economia mercantil simples. (...) Mas o essencial e predominante sempre é a relação feudal ou semifeudal e o latifúndio (in Löwy, 2006, p.266-267).

Desta forma, acredita-se que também a análise da formação social uruguaia parta, em primeiro lugar, da análise do latifúndio pastoril, e de suas relações econômicas internas e externas. Relações externas que estabelecia com o comércio portuário, e através deste com o mercado mundial, mas também as relações que estabelecia com outras regiões dos impérios espanhol e português na América. E relações internas de produção, fator primordial para a dinâmica de qualquer sociedade. Mas, se tal como se espera haver demonstrado, nenhuma destas relações era já propriamente capitalista no período em estudo, pode-se por outro lado, e agora considerando somente a Banda Oriental, qualificá-las de fato como “feudais”?

Já foi dito certa vez por Ignácio Rangel que: *“O latifúndio brasileiro não é idêntico ao feudalismo medieval europeu ou asiático. Mas, se não tivermos noção do funcionamento de uma economia feudal, jamais poderemos chegar ao conhecimento científico do latifúndio”* (Rangel, 2005, p.293). Profundo conhecedor do método do materialismo histórico, I.Rangel compreendia perfeitamente que o *feudalismo* expressava não um momento particular na vida de tal ou qual formação social, mas uma categoria histórica de valor universal, porque momento de um fenômeno universal que é o desenvolvimento histórico dos modos de produção.

Entretanto, e excetuando-se o esforço teórico de I.Rangel neste sentido, o problema da definição da natureza histórica do feudalismo – e portanto de sua pertinência como categoria explicativa na realidade latino-americana – tem sido normalmente negligenciado na literatura marxista do continente. Neste sentido, considera-se um exercício

frutífero voltar atenção ao extenso debate que entre as décadas de 1950 e a 1960 envolveu diversos acadêmicos, com destaque para o grupo de historiadores e economistas marxistas britânicos do período, na tarefa de encontrar uma definição de feudalismo coerente com o materialismo histórico, e que permitisse abordar adequadamente a problemática das formas de transição ao capitalismo.

O ponto inicial da polêmica foram as críticas feitas pelo economista estadunidense Paul Sweezy à forma como Maurice Dobb, autor de *Estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo*, publicado em 1946, trata nesta obra a questão do declínio do feudalismo e da correspondente ascensão do modo de produção capitalista. Publicado em 1950 nas páginas da revista nova-iorquina *Science and Society*, a argumentação de P.Sweezy motivou uma extensa controvérsia, envolvendo, além de M.Dobb e P.Sweezy, R.Hilton, K.Takahashi e Christopher Hill, sendo posteriormente publicada em forma de livro, organizado por R.Hilton.

Em sua obra de 1946, M. Dobb definira feudalismo essencialmente como modo de produção caracterizado pela relação social chamada *servidão*, que implica na extração de excedentes mediante coerção extra-econômica. Para ele, o que realmente importa é a relação socioeconômica entre produtor direto e superior imediato. Assim, os conceitos de *feudalismo* e *servidão* são praticamente idênticos. Sendo que a *servidão* é uma “*obrigação imposta ao produtor pela força, e independentemente de sua vontade, para satisfazer certas exigências econômicas de um senhor*” (Dobb, 1988, p.27) independente destas exigências assumirem qualquer uma das formas conhecidas de renda: em trabalho, produto ou dinheiro. A força coercitiva por sua vez, pode ser a de tipo militar possuída pelo superior feudal, a do costume apoiado em algum tipo de procedimento jurídico ou a ainda a força da lei, e certamente todas estas formas encontram-se combinadas. Uma importante diferença em relação à escravidão é que no feudalismo o produtor direto tem a posse dos meios de produção: terra, materiais de trabalho etc. Entretanto, a propriedade afirma-se como relação direta entre senhores e servos, de modo que o produtor direto não é livre. E por sua vez, o feudalismo também difere do capitalismo no sentido em que o trabalhador é um produtor independente, pelo fato de no capitalismo a relação entre produtor direto e superior imediato ser contratual (ou seja, o produtor é juridicamente livre). E também porque no capitalismo ocorre a alienação dos meios de produção.

A crítica de P.Sweezy centra-se justamente no fato de que, em M.Dobb, as categorias *feudalismo* e *servidão* sejam praticamente

coincidentes. Ele argumenta que a servidão pode existir em sistemas que não são feudais e insiste na particularidade do que chama “feudalismo europeu ocidental” (in Sweezy *et alii*, 2004, p.39-40). Ainda, para este autor a “*característica básica do feudalismo é tratar-se de um sistema de produção para uso*” (in Sweezy *et alii*, 2004, p.41). Ressalte-se que de fato, embora a posição de P.Sweezy tenha se demonstrado, ao longo do debate subsequente como equivocada em sua maior parte, há pertinência em criticar M.Dobb por construir uma definição excessivamente economicista da categoria *feudalismo*, em que importa apenas o conteúdo econômico da relação entre senhor e camponês. Mais tarde, Rodney Hilton atribuirá as ambiguidades demonstradas por P. Sweezy na definição de *servidão* à influência da pesquisa histórica não-marxista.

Ao intervir posteriormente no debate, K.Takahashi afirma que a servidão é a forma de trabalho e de existência no modo feudal de produção (in Sweezy *et alii*, 2004, p.88). Sua essência consiste na transferência do trabalho excedente da família camponesa. Este trabalho excedente pode ser utilizado diretamente nos domínios do senhor, ou ser transferido na forma de renda em espécie ou em dinheiro. Mas (e este aspecto é fundamental), como a família camponesa possui a posse efetiva de seus meios de subsistência, a transferência do excedente deve ser forçada. É o que se chama coerção extra-econômica. Uma vez consideradas estas características fundamentais, R.Hilton admite que possam existir muitas formas jurídicas e institucionais diferentes de servidão (in Sweezy *et alii*, 2004, p.19), de modo que a diferentes formas de obtenção do excedente dos produtores básicos se relacionam diferentes formas assumidas pela superestrutura.

P.Sweezy também causa polêmica ao caracterizar o feudalismo como um modo no qual toda a produção se destina ao uso, ao invés da troca. Como se verá, esta sua definição de feudalismo será o ponto de sua exposição mais duramente criticado pelos demais participantes no debate, com a exceção de E. Hobsbawm, que em intervenção feita posteriormente parece estar de acordo com ela. Mas, de acordo com R.Hilton

A essência do modo feudal de produção no sentido marxista é a relação de exploração entre proprietários de terras e camponeses subordinados, na qual o excedente da subsistência dos últimos é transferido por sanção coercitiva para os primeiros, quer sob a forma de trabalho direto ou renda em

espécie ou em dinheiro. Esta relação é chamada ‘servidão’, termo que, como vimos, suscita certas dificuldades. (in Sweezy *et alii*, 2004, p.36)

Em sua réplica, M.Dobb também explicita a ambiguidade da definição de Sweezy (“*sistema de produção para uso*”) questionando seu foco nas relações entre produtor e mercado ao invés das relações de produção propriamente ditas. M.Dobb também nega que se deva estudar em separado o “feudalismo europeu ocidental” ressaltando que, justamente, a análise das relações objetivas de produção é que permite reconhecer a universalidade do modo de produção feudal, para além das diferenças jurídicas ou de características exteriores, tão caras à historiografia burguesa (in Sweezy *et alii*, 2004, p.72 e 73). Note-se que a refutação que é feita a P.Sweezy é a mesma que pode ser dirigida a Sérgio Bagú, que pela mesma época (1949) negava a tese do feudalismo na América Latina com base no fato de a economia colonial ser um sistema de “*produção para o mercado*” (in Löwy, 2006, p.251).

Já K.Takahashi afirma que, ao diante de um modo de produção qualquer, “*a primeira coisa a considerar deve ser sempre a forma de existência social de produção*”. Dito isto, a servidão é considerada por ele como sendo uma das três formas básicas de trabalho (as outras sendo a escravidão e o trabalho assalariado), constituindo uma forma inerente ao feudalismo. Takahashi também refuta o argumento de P.Sweezy segundo o qual “*feudalismo e produção de mercadorias são conceitos que se excluem mutuamente*” (in Sweezy *et alii*, 2004, p.88), demonstrando que, tal como apontado por Marx n’*O Capital*, o valor de troca e o dinheiro existiram e amadureceram em diferentes tipos de sociedades pré-capitalistas, ainda que apenas no capitalismo tenham passado a controlar o processo social de produção como um todo. Afinal, ainda segundo K. Takahashi, “*a pergunta a ser feita a determinada estrutura social não é se nela estão presentes mercadorias e dinheiro, e sim sobre a maneira como essas mercadorias são produzidas, como esse dinheiro serve como um intermediário na produção*” (in Sweezy *et alii*, 2004, p.89). Em síntese, o erro de P.Sweezy para ele consiste em definir o feudalismo através das relações entre os produtores e seus mercados, “*relações de troca, ao invés das relações de produção*” (in Sweezy *et alii*, 2004, p.89). Como se vê, a argumentação contra P.Sweezy é novamente válida para refutar as teses circulacionistas que dominaram o debate sobre a economia colonial da América Latina, sobretudo à da teoria da dependência, que afirmava

constituir a economia das colônias ibero-americanas, desde sua origem, um apêndice do capitalismo europeu.

Invocando o método sugerido por K.Marx na *Contribuição à Crítica da Economia Política*, K.Takahashi procura ainda realizar uma análise da propriedade feudal da terra (categoria mais concreta e complexa) que parta das categorias mais simples e abstratas que a constituem chegando até a definição da *Hufe*, a célula de produção camponesa familiar, como unidade elementar do modo de produção feudal (in Sweezy *et alii*, 2004, p.91).

Por fim, outra contribuição à definição da natureza histórica do feudalismo que deve aqui ser lembrada, por guardar relação com o debate da transição e a discussão sobre o feudalismo nas formações sociais latino-americanas, é a de Robert Brenner. No influente ensaio *Estrutura de classes agrária e desenvolvimento econômico na Europa pré-industrial* (de 1974) R.Brenner indica como pontos fundamentais de apoio para a definição do feudalismo a existência do monopólio da terra e a análise da estrutura de classes. Para ele

A estrutura de classes (...) apresenta dois aspectos analiticamente diferenciáveis, mas historicamente unificados. O primeiro deles consiste nas relações dos produtores diretos tanto entre si como com a terra e seus meios de produção, quer dizer, o que se denomina “processo de trabalho” ou “forças sociais de produção”. O segundo reside nas de por si conflituosas relações de propriedade, garantidas direta ou indiretamente pela força; estas relações se definem porque se extrai dos produtores diretos uma parte do produto que não se lhes paga, sendo os extratores a classe dos não-produtores ou improdutiva; este tipo de relação se qualifica como “relação de propriedade” ou “relação de extração do excedente”. É uma função da propriedade e/ou da relação de extração do excedente a forma como se definem as classes hegemônicas de uma sociedade (Brenner, 1988, p.23).

Já se discutiu como, sob nenhum ponto de vista, o modo de produção dominante na Banda Oriental durante a colonização pode já ser considerado capitalista²⁰. E não somente no período colonial. Na

²⁰ E.Laclau: “[o] caráter pré-capitalista das relações de produção dominantes na América Latina não somente não foi incompatível com a produção para o mercado

verdade, pensa-se que ele não possa ainda ser assim considerado por uma longa fase, que se estende desde a conquista europeia até depois da criação do Estado uruguaio, avançando quase ao limiar do século XIX.

Domina todo este período a atividade pecuária praticada com técnicas de baixo nível tecnológico, primeiro na forma de preação do gado livre (chamado *cimarrón*) e, posteriormente, na sua criação extensiva nas estâncias. Bastante dependente de fatores naturais, desenvolveu-se de forma predominante uma economia primitiva, ditada pelo isolamento entre as unidades produtivas, as quais possuem um elevado grau de auto-suficiência. Característica desta economia é a prodigalidade do meio natural, que permite a reprodução social de uma população que se coloca esporadicamente à serviço da atividade pecuária. E a única manufatura se resume ao artesanato doméstico.

Mas ocorre também que, se respeitado o critério até aqui admitido como correto, que é o de definição do modo de produção através da forma de existência do trabalho, será forçoso admitir que tampouco se está diante de uma sociedade tipicamente feudal. Reforça esta constatação, o argumento bastante convincente de R.Brenner, o qual também contribui também para que não se considere a questão desde um ponto de vista estritamente econômico. O argumento consiste em que a servidão supõe não só o direito dos senhores sobre os servos (que ao contrário do monopólio sobre a terra, não se verificava no mundo colonial), mas também a sua capacidade efetiva para controlar a pessoa do arrendatário, em particular seus movimentos (R.Brenner, 1988, p.40). Como já se comentou em outra parte, tal controle não apenas inexistia, como era a antítese da realidade efetiva do *gaucho* oriental.

Entretanto, do ponto de vista institucional, ocorre com a colonização o transplante das formas superestruturais espanholas, especialmente no direito, na administração civil e na organização militar. Aqui encontra validade a observação de I.Rangel de que as formações sociais ibéricas eram economias essencialmente feudais das quais o capital mercantil constituía somente um apêndice (Rangel, 2005, p.303), e que as formas institucionais da colonização eram, de forma coerente, feudais em sua essência. Barrán e Nahum, em *Bases Económicas de la Revolución Artiguista*, vão na mesma direção, embora possivelmente exagerem ao afirmar que a estratégia espanhola de ocupação do território fosse guiada por princípios que privilegiassem o

mundial, mas, pelo contrário, foi intensificado pela expansão deste último” (Laclau, 1988, p.50).

uso social da terra em detrimento do direito de propriedade (Barrán e Nahum, 2010, p.118).

Como inevitável, tais características superestruturais marcam profundamente a estrutura das classes sociais da colônia. C.Azúa destaca a classe dominante formada por “*‘fidalgos’ de nova cepa*”, instituídos por um estatuto de privilégios e vantagens simbólicas e garantias de propriedade da terra (Azúa, 1969, p.12). Contudo, como já se comentou, essa propriedade em muitos casos é somente nominal, reforçando a tese de um feudalismo apenas pressuposto na superestrutura, mas não concretamente realizado sob o ponto de vista da forma de existência típica da sociedade feudal que é o monopólio da terra. Monopólio efetivo e não somente “cartorial”.

C.Azúa assinala ainda a origem modesta dos primeiros povoadores, muitos deles “*‘fidalgos-novos’*”, para quem o empreendimento colonial constituía uma rara possibilidade de ascensão social face uma sociedade rígida. Para o autor, as exceções a esta origem social encontravam-se apenas na alta burocracia civil e militar espanhola. Em sua definição

O período colonial oriental apresentou, sobre uma sociedade muito móvel e indecisamente estratificada, uma classe superior dominante cujo poder estava assentado sobre a propriedade da terra, a titularidade dos altos cargos públicos e o exercício da atividade comercial e industrial (comércio importador e exportador, charqueadas, navegação, escravidão e empréstimo monetário). Os primeiros profissionais liberais (advogados, médicos) se somam a estes setores com os quais se entrelaçavam estreitamente (...). Também nestes casos a ‘multifuncionalidade’ era mais a regra do que a exceção (Azúa, 1969, p.13).

Na opinião de E.Laclau, o mercantilismo e a expansão ultramarina europeia foram um movimento de expansão feudal, em que

Através de suas posições monopolísticas, as potências europeias fixavam o preço das mercadorias nos seus impérios ultramarinos – com a finalidade de assegurar uma disparidade permanente a seu favor – paralelamente à exploração da força de trabalho nas minas e plantações mediante coações extra-econômicas. (...)

Desta forma, vemos como o desenvolvimento da estrutura dominante nos países metropolitanos da época mercantilista podia gerar o subdesenvolvimento: reduzindo o excedente econômico dos países periféricos e ficando suas relações de produção num arcaico tipo de coação extra-econômica que retardava todo processo de diferenciação social e diminuía a amplitude dos mercados internos (Laclau, 1988, p.54-55).

Dito isso, fica claro que havia uma “razão de Estado” para a manutenção das formas de coerção extra-econômica nas colônias, de modo que a forma geral da administração colonial seguia a extração feudal das monarquias ibéricas. E isto não obstante a vida econômica no interior das unidades produtivas, em grande parte do império ultramarino, sequer chegar a possuir este grau de desenvolvimento. Com efeito, viu-se como na área *gaucha* do Prata as relações de produção encontravam-se ainda em um estágio bastante primitivo.

A necessidade de coerção extra-econômica nas colônias explica a importação nelas de institutos estatais (jurídicos, administrativos) de tipo pré-capitalista. A burguesia *criolla* independentista de 1810 herda praticamente intactas estas estruturas (Franco, 2006, p. 28) sem transformá-las substancialmente nos anos seguintes, a exemplo dos latifundiários escravocratas brasileiros de 1822. De fato, é somente na segunda metade do séc. XIX, com a incorporação definitiva do território latino-americano à esfera de influência do capitalismo industrial inglês, com a segunda revolução industrial²¹, e enfim, com as consequências mais abrangentes do desenvolvimento do capitalismo mundial neste período (urbanização e ampliação do mercado consumidor na Europa, exportação de capitais) que ocorrem as condições efetivas para o desmantelamento da estrutura econômica colonial, tarefa política simbolizada pela cruzada modernizadora do general Latorre no Uruguai.

Resta ainda, como forma social pré-capitalista associada ao período colonial, o trabalho escravo. G.Franco, referindo-se ao instituto da escravidão, afirma que não houve trabalho “servil” generalizado, e que os escravos que havia encontravam-se ligados principalmente ao serviço doméstico e, em menor medida, ao trabalho portuário. Para ele,

²¹ A importância da evolução nos transportes e dos ciclos longos da economia mundial para as relações centro-periferia encontra-se notavelmente sintetizada em A.Mamigonian (1999, p.153).

à exceção de algumas poucas estâncias próximas a Montevideu e Colonia, a produção não esteve fundada na mão-de-obra escrava (Franco, 2006, p.208). Sem dúvida, seria necessário investigar melhor o papel destas estâncias na economia uruguaia do período, mas em todo caso, o que importa aqui é que, independente da importância que tenha assumido a escravidão na Banda Oriental, ela não parece ter constituído o modo de produção dominante para esta formação social.

2.3 ARTIGAS, AS GUERRAS PELA INDEPENDÊNCIA E A CRIAÇÃO DA REPÚBLICA ORIENTAL

Os últimos anos do período colonial na Banda Oriental são marcados pelo chamado “*arreglo de los campos*”: planos destinados à resolução de diversos problemas relacionados ao uso do território, na perspectiva de seu melhor aproveitamento pela Coroa espanhola. Para as autoridades, os problemas mais evidentes eram aqueles que envolviam conflitos de terra, contrabando, segurança na fronteira, o perigo da penetração luso-brasileira e a questão indígena (Williman e Pons, s/d, p.30). Neste momento ganha destaque o problema do absentismo da classe dos latifundiários-comerciantes de Montevideu, associado ao despovoamento do território, sobretudo ao norte do Rio Negro.

O documento mais importante do período talvez seja o memorial de Felix de Azara, redigido em 1801. Nele, o autor sugere atacar os problemas do campo na Banda Oriental através de um programa de ações que tinha como pontos principais distribuir títulos de terra e armas a colonos na fronteira, edificar vilas na região, formar reduções os índios *charruas*, formar um governo separado a norte do rio Negro, confiscar terras de latifundiários absentistas e legalizar o comércio com o lado brasileiro. Como se pode imaginar, nenhuma destas medidas foi realizada pelas autoridades coloniais, mas o programa influenciará de forma decisiva a um jovem oficial uruguaio da fronteira, que anos depois, liderando a população oriental nas lutas de independência: Jose Gervasio Artigas.

Já na cidade portuária, o final do período colonial vê o surgimento de um novo dinamismo, sobretudo após a invasão inglesa de 1807, que precipita uma liberalização do comércio similar à da abertura dos portos brasileiros em 1808, sob imposição política britânica. É a penetração definitiva da ideologia do livre-comércio, que se vincula ao novo protagonismo político do capital comercial das praças portuárias

importadoras de Buenos Aires e Montevideú, centros crescentemente associados ao capitalismo industrial estrangeiro.

Vasta literatura tem se dedicado às causas e principais acontecimentos ligados ao processo de independência na América Espanhola. Dentro da historiografia uruguaia, verifica-se a existência de pelos menos duas correntes antagônicas na interpretação dos fatos relativos às guerras de independência. A primeira, representada por Guillermo Vázquez Franco, aponta como protagonistas da revolução de 1810 aos comerciantes. Sua tese principal é a da revolução como obra intelectual da cidade, sem que houvesse um maior interesse, ou uma participação importante dos setores rurais no movimento. A corrente oposta tem na dupla J.Barrán e B.Nahum seus principais expoentes e, pelo contrário, defendem que o movimento liderado por Artigas era fundamentalmente agrário e anti-burguês, enfatizando a presença da herança espanhola nos ordenamentos de Artigas: *“la política económico-social artiguista se vinculaba con la más pura y justa tradición española, obteniendo de esta ligación imprescindible con el pasado que todo verdadero hecho revolucionario posee, una fuerza y una ‘realidad’ intrínsecas”* (Barrán e Nahum, 2010, p.200).

De acordo com a interpretação de Vázquez Franco, tratou-se de uma “revolução prematura” (Franco, 2006, p.26). Em sua leitura, a situação colonial por volta de 1800 era de relativa prosperidade, em uma conjuntura de ascensão do comércio internacional na esteira da primeira revolução industrial. Por isso, o autor considera algo “inesperada” a proposição de uma ruptura pela elite *criolla* de 1810, somente compreensível na medida em o movimento de 1810 foi obra dos comerciantes e contrabandistas. Na visão algo estreita aqui propugnada, perde-se de vista o papel das classes subalternas no processo, bem como suas decisivas implicações internacionais, já que o movimento independentista dificilmente pode ser separado da crise política representada pelas Guerras Napoleônicas na Europa. Entretanto, deve-se aqui reter a importância da relação entre o desenvolvimento do comércio e o movimento de Maio, e a função do comércio importador e exportador como pólo dinâmico das formações ibero-americanas nascentes, sobretudo no caso do Rio da Prata. Seguindo sua argumentação, Vázquez Franco ressalta a fragilidade intelectual do movimento, que não teria uma doutrina política clara, assim reforçando sua tese central sobre a Independência, de uma simples substituição no pessoal administrativo, na qual os *criollos* teriam se apoderado do

aparato político sem realizar mudanças de fato na estrutura da sociedade.

Boa parte das afirmações de G.Franco, por outro lado, parece ser feita com o objetivo de se opor ao que considera a visão “hagiográfica” e “populista” da historiografia uruguaia sobre José Artigas (Franco, 2006, p.57). Para ele, não obstante o famoso lema revolucionário artiguista “*que os mais infelizes sejam os mais privilegiados*”, as primeiras medidas tomadas pelo líder no curto período em que assumiu o controle político e militar da Banda Oriental implicaram na submissão da população rural. Exemplo importante seria o Artigo 27 do famoso Regulamento Provisório de Terras, de 1815, o programa político redigido por Artigas: “*Los hacendados daran papeletas a sus peones y los que se hallen sin este requisito y sin otro ejercicio que vagar serán remitidos en la forma dicha*” quer dizer, serão detidos ou alistados no Exército (Franco, 2006, p.47).

Ao contrário das teses de G.Franco, o que os acontecimentos de 1810 em diante parecem indicar, sobretudo para a Banda Oriental, é uma rebelião com uma plataforma e um conteúdo “agrários”, unificando grupos sociais diversos, de caudilhos estancieiros aos mais excluídos dentre todos, como a população negra e indígena. Embora esta aliança heterogênea não tenha sido capaz de articular com clareza as demandas concretas do campo neste momento, desde o início esteve evidente o antagonismo entre o projeto artiguista e os interesses dos comerciantes portuários de Buenos Aires e Montevideú. O historiador T.Donghi também destaca o apoio de todos os estratos sociais do campo a Artigas, na forma de um bloco político agrário unificado (Donghi, 1976, p.58).

Do ponto de vista econômico, verifica-se na raiz da independência a necessidade de os produtores diretos *criollos* se colocarem em contato direto com as manufaturas europeias, centro dinâmico da economia mundial tornando-se capitalista. Para isto era necessário livrar-se dos comerciantes monopolistas como intermediários, assim como de todo o arcaico aparato burocrático espanhol. Na verdade, esta contradição fundamental, que será um dos elementos principais para a ruptura revolucionária em maio de 1810 num momento de maior debilidade do império espanhol, permeia a maior parte do período colonial, só que de forma latente, como contradição econômica que não encontra expressão ideológica, incapaz por si só de levar a uma ruptura enquanto a correlação política e militar seguiu favorável às forças da velha sociedade.

Rodolfo Puiggrós demonstra que a competição entre o comércio espanhol e inglês pela supremacia mundial (que atinge seu ápice nos conflitos hispano-ingleses do século XVIII) – e é expressão geopolítica do avanço das relações capitalistas sobre as regiões ainda dominadas pelos impérios marítimo-comerciais ibéricos, e portanto da transição à fase de hegemonia global do capitalismo – correspondia a uma contradição interna na sociedade platina, opondo dois blocos de comerciantes-pecuaristas. O primeiro de comerciantes-pecuaristas ligados ao monopólio espanhol e ao mercado interno, produtores de carne salgada, principalmente para o mercado de Cuba. E um segundo de comerciantes-pecuaristas ligados ao comércio exterior, sobretudo com a América Portuguesa e a Inglaterra, também produtores de charque, mas ainda de couros demandados pela manufatura europeia, sebos, chifres, e impulsionadores de uma manufatura incipiente (curtumes, fábricas de sabão) (Puiggrós, 1957, p.260). Claro que estas considerações não excluem grande coincidência de interesses entre estes setores, solidários na manutenção do *status quo* pré-capitalista das relações de produção, e antagônicos apenas no que se referia à repartição do produto social do trabalho.

Os produtores do interior, assim como a manufatura doméstica nestas regiões, são primeiramente partidários da Coroa (mas certamente não todos no Uruguai, como se observa com Jose Artigas), e depois de consumada a independência, passam à primeira linha como inimigos do grande comércio portenho. Contribui certamente para este alinhamento o fato da pequena manufatura doméstica ter sido arrasada pelo livre-comércio, incapaz de se opor à competição inglesa. Ora, se estas observações são corretas, elas levam à conclusão de que Artigas representa, no fundo, a ala mais popular e radical deste “bloco agrário” antagonista do desenvolvimento das relações capitalistas. É aqui que encontra coerência a afirmação de J.Barrán e B.Nahum de que o chamado *Defensor dos Povos Livres* nutria-se da fonte do direito ibérico (Barrán e Nahum, p.146). No quadro mais amplo do desenvolvimento histórico, Artigas era um “feudal”. Inevitáveis sua derrota e exílio, nesta leitura.

Por outro lado, os comerciantes favoráveis ao livre-comércio contaram com o apoio popular das classes subalternas na cidade, em pequeno número, é certo, mas estrategicamente situadas do ponto de vista da tomada do poder político (Puiggrós, 1957, p.263). E também dos setores ligados à agricultura, como os tricultores em Buenos Aires, oprimidos pelo regime da estância e pelo comércio usurário.

A própria origem social de Artigas está ligada ao campo (consta que antes de tornar-se oficial no exército teria sido contrabandista de couro na região da fronteira com o império português). E seus seguidores até o último momento foram os mais despossuídos, inclusive indígenas, negros, *gauchos*, posseiros. Seu ideário político, conquanto nunca formulado em termos precisos, expressa um tipo de jacobinismo, um republicanismo radical, como se observa na consigna “*Que os mais infelizes sejam os mais privilegiados*”. Logo isto serviu de munição à burguesia radicada em Montevideu e aos grandes latifundiários do Litoral, classes que fartas dos anos de guerra, e temerosas do radicalismo do projeto revolucionário artiguista, terminam por derrotar o processo revolucionário, com o importante auxílio das tropas luso-brasileiras. Artigas procurou uma alternativa à hegemonia de Buenos Aires através da fórmula das Provincias Unidas. Na verdade, o primeiro desafio à hegemonia de Buenos Aires no antigo vice-reinado já partira do Paraguai, que derrotara as tropas de Manuel Belgrano em 1811. Neste caso, porém, não se tratava necessariamente de formar um outro Estado-Nacional que excluísse a influência portenha, mas de pressionar politicamente a burguesia comercial ligada à atividade portuária, sobretudo a de Buenos Aires, que detinha praticamente o monopólio do escoamento dos produtos dos países da região. Esta burguesia estava intimamente relacionada com o setor mais dinâmico do capitalismo da época, representado pelo capital industrial inglês, havendo muitos comerciantes deste país radicados em Buenos Aires e Montevideu, com importante peso político²². Por isso mesmo, uma das medidas pensadas no plano de governo de Artigas era justamente a restrição à atividade de comerciantes estrangeiros. Outra medida revolucionária prevista por Artigas era a adoção de uma política protecionista que propiciasse o desenvolvimento da manufatura.

As formações econômico-sociais latino-americanas manifestaram-se historicamente através de seu caráter periférico e complementar, que obrigava a um constante reajustamento às condições internacionais, em particular às transformações ocorridas no centro do sistema. Esse fato é fundamental para que se pense a questão da independência face à crise do *ancien régime* na Europa, mas com uma

²² Como indicação da importância da população estrangeira em Montevideu, basta observar que durante o sítio da cidade imposto pelas tropas de Manuel Oribe em 1843, a cidade contava com cerca de 20.000 estrangeiros em uma população de 31.000 habitantes (Barrán, citado por Ferreira, 2006, p.101).

ressalva importante. Ao contrário de uma visão simplista bastante generalizada, segundo a qual a independência é mera expressão da necessidade de ajustar o status político do continente a uma nova situação, representada pela crescente hegemonia do capitalismo industrial inglês; não é menos verdadeira a urgência com que estas formações sociais necessitavam ligar-se diretamente ao capitalismo industrial inglês em seu próprio benefício, no sentido de romperem a ossificada carapaça feudal-mercantilista dos impérios coloniais ibéricos, e perseguirem um caminho autônomo de desenvolvimento, movendo-se em compasso ao elemento mais dinâmico e progressista naquele período.

I.Rangel destaca ainda diferenças importantes entre o Brasil e as repúblicas hispano-americanas na independência. Segundo ele, apesar das já mencionadas demandas de mudança nas relações econômicas externas, comuns a todo o continente no período, *“a Coroa da Espanha jamais esteve tão identificada com o comércio quanto a portuguesa. A monarquia espanhola, essencialmente feudal, sempre esteve a serviço do feudalismo”* (Rangel, 2005, p.313). E principalmente, enquanto a economia da América Portuguesa era essencialmente escravista, a unidade básica da América Espanhola consistia já no latifúndio. No primeiro caso, o capital fundamental é o escravo; no segundo, é já a terra, riqueza imóvel. Na visão de Rangel, a circulação intensa de capitais associada ao escravismo cria condições propícias ao surgimento de formas políticas unitárias, ao passo *“que a ausência dessa circulação conduz ao exclusivismo regional que, entre nós, encontrou expressão no federalismo”* (Rangel, 2005, p.313). Não por acaso, o setor escravista da economia uruguaia – porto e indústria do charque – logo abandonou o federalismo artiguista. Como afirma o autor

O fato é que os outros países latino-americanos tenderam espontaneamente [sic] para a república federal, mesmo onde este último caráter não figura em texto de lei, ao passo que o Brasil se fez monárquico e unitário. Como contraprova, temos o fato de que quando o Brasil, por sua vez, se tornou latifundiário, com a abolição da servidão, tornou-se, igualmente, republicano e federalista (Rangel, 2005, p.313).

3 TRANSIÇÃO AO CAPITALISMO E DINÂMICA DO TERRITÓRIO NA FORMAÇÃO SOCIAL URUGUAIA

3.1 DO LATIFÚNDIO COLONIAL À EMPRESA AGRÍCOLA: MODERNIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MODELO AGROEXPORTADOR

A independência das formações latino-americanas está associada à emergência de um capital mercantil nacional, inovação que implicava na exigência de uma alteração substancial da estrutura político-econômica. Mas o mercado interno propriamente dito depende, para o seu surgimento, de que este capital mercantil, que num primeiro momento impulsionara a independência, deixe de servir apenas às relações com o mundo exterior e possibilite uma crescente divisão interna do trabalho. Em relação às dificuldades de formação de um Estado nacional no Uruguai, sempre na perspectiva de que a principal tarefa histórica, no momento da Independência, consistia na formação de um capital comercial nacional, deve-se lembrar da complexidade de fatores que isto implica. “*Montar o capital comercial de um país implica criar moeda, construir portos, formar quadros, abrir vias de comunicação, acumular riqueza monetária considerável e, sobretudo, lançar as bases de um verdadeiro mercado nacional*” (Rangel, 2005, p.312). Necessariamente, o papel de elementos estrangeiros, através de firmas, e fornecendo quadros dirigentes com *know-how* e capital, é grande neste período. No Brasil, a montagem desse aparelho comercial nas primeiras décadas após a Independência seria, por diversas razões muito mais bem-sucedida do que no resto da América do Sul, sobretudo pela escala da economia e sua capacidade de mobilizar recursos (Rangel, 2005, p.312). Segundo I.Rangel, a economia brasileira já neste período gerava um excedente de recursos ociosos, dada às reduzidas possibilidades de capitalização de um instituto arcaico como a fazenda de escravos, que possibilitava até mesmo um primeiro esboço de iniciativas industriais, como as do Visconde de Mauá. Este fato ajuda a entender algumas das aventuras imperialistas do Império, e a intervenção econômica direta e indireta (por meio de iniciativa privada) sobre alguns países vizinhos. Justamente, esse é o período (de 1830 até a Guerra do Paraguai) de maior ingerência brasileira na vida político-econômica do Uruguai, gerando graves distorções em suas estruturas, como a competição desigual entre proprietários brasileiros e uruguaios na Campanha, que afetava a composição de preços dos produtos exportáveis no mercado internacional; e o peso desproporcional

adquirido pelo partido que, nas lutas internas de consolidação do Estado uruguaio, tivesse o apoio do governo imperial.

Após a chamada *Guerra Grande*, que arruína grande parte das forças produtivas do país, segue-se um período de crescimento econômico, relacionado aos ciclos longos da economia mundial. É uma etapa de consolidação das instituições do Estado-nacional, liderada pela figura do general Latorre. Ocorre o surgimento de uma nova classe dirigente após a *Guerra Grande*: alto comércio, banca, indústria do charque e um novo tipo de unidade produtiva, a “estância-empresa”. A introdução de raças estrangeiras de gado e de ovinos, na década de 1860, representa uma revolução econômica. Os efeitos sociais da pecuária ovina (cujo aumento se deve relacionar à demanda da indústria têxtil dos países centrais) são o cercamento de campos, causando a extinção do “*gaucho livre*” e o surgimento da classe do “peão rural”, sedentarizado. Na outra ponta do processo dá-se o surgimento de uma nova classe de estancieiros, ligada à criação do gado ovino - “*abundaban en ella los apellidos ingleses y franceses*”(Vives, 1998, p.14) - especialmente na zona do rio Uruguai. Estes proprietários, que formam a base social do presidente Latorre, impulsionam a Associação Rural (1871) e a modernização da produção agropecuária. As primeiras indústrias processadoras de carne surgem de 1865 em diante, através de capitais ingleses e franceses associados a proprietários-comerciantes uruguaios. Tais medidas redundam na expansão da atividade pecuária extensiva, vantajosa neste contexto mesmo se realizada com pouca capitalização e baixo nível tecnológico. Por outro lado, elas inauguram uma “era dourada” para o comércio importador e exportador, no terceiro quartel do séc. XIX. Estes acontecimentos contribuem para o fortalecimento da classe dos comerciantes, os quais já se haviam beneficiado amplamente das oportunidades de negócios abertas pela Guerra do Paraguai, onde Montevidéu serviu como importante base logística para o esforço de guerra do Império brasileiro.

Surgem ainda, como elementos de antítese ao latifúndio pastoril, diversas colônias agrícolas próximas à Colonia, Canelones e Montevidéu, como parte do fenômeno mais amplo da imigração europeia e da formação precoce de uma importante classe média, característica diferencial do Uruguai na América Latina.

C.Azúa situa o surgimento de uma mentalidade burguesa já no final do período colonial, mas sobretudo é na segunda metade do séc. XIX que ela aparece como aspecto decisivo da modernização “pelo alto”, com indivíduos abrindo caminho frente à velha sociedade senhorial, e ao mesmo tempo ligando-se às estas elites como elementos

novos e dinâmicos, através do trabalho nas estâncias e, a partir de certo momento, associando-se aos grupos familiares tradicionais através da participação societária nos negócios e de matrimônios. Grande destaque tem o contingente de imigrantes bascos, que chegaram até a propriedade de estâncias em vários departamentos. Por outro lado, além do processo de ascensão social experimentado pelos imigrantes, há indicações de que alguns destes proprietários estrangeiros entram no meio rural como empreendedores já capitalizados no exterior, especialmente no caso daqueles que impulsionam a criação de ovinos. A. Pintos enumera diversos estabelecimentos deste último tipo presentes na segunda metade do século XIX, com destaque para os britânicos radicados em Salto, Florida, Colonia e Paysandú (Stirling, Lynch, Shaw, Heber, entre outros). Também merece destaque a atuação de proprietários brasileiros no norte do país (Pintos, 1973, p.209-210).

O processo de desnacionalização econômica é acentuado a partir da década de 1840 (Azúa, 1969, p.21), favorecendo principalmente a ingleses, franceses, alemães, bascos, catalães e italianos. Elemento “ativo” no esquema da revolução passiva uruguaia, difusores de ideologias liberais e modernizantes. Mas também, em grande medida, elemento “absorvido” pela lógica territorial implacável do latifúndio, e exitoso somente na medida em que tornou-se guardião da estância pré-capitalista e, dentro do movimento histórico das relações de produção, possibilitou a reprodução de relações servis no interior da estância empresarial, através das inovações técnicas e da incorporação das atividades produtivas ao mercado mundial capitalista. A tabela a seguir ajuda a elucidar o perfil deste empresariado, atuante entre meados do século XIX a meados do séc. XX.

Tabela 1. Origem e atuação dos principais grupos empresariais uruguaiois.

Grupo/Família	Origem e Ano de Emigração	Atividades Econômicas	Atividade Política
Algorta	País Basco, 1820 (?)	Comércio, Pecuária	Partido Nacional, Federação Rural

Aramendía	País Basco, 1860	Pecuária (1899); Rizicultura (1933); Indústria Agroquímica (anos 1920) e Têxtil (anos 1940)	Federação Rural, Partido Nacional
Arocena		Pecuária (1875); Frigoríficos (1927)	Federação Rural, Partido Nacional
Artagaveytia	País Basco, 1860 (?)	Pecuária (1887); Charque	Associação Rural, Advocacia
de Arteaga	1854 (?)	Construção e manutenção do saneamento público de Montevidéu (1854-1918);	Federação Rural, <i>terrismo</i>
Bordaberry	País Basco, 1860	Pecuária (1865); Comércio (1866); Vitivinicultura (1917); <i>Rádio Rural</i> (1943)	Partido Colorado “Riverista” (anos 1920); Federação Rural; <i>terrismo</i> (anos 1930); presidência da República exercida por Juan Maria Bordabery (1971-76)
de Brum	Catalunha (?); 1870 (?)	Pecuária (1880)	Presidência da República exercida por Baltasar Brum (1919-23).
Castellanos	<i>Criollo</i> (Chuquisaca, atual Sucre, na Bolívia)	Pecuária	Associação Rural, Partido Colorado “Riverista”

Caviglia	Itália, 1850 (?)	Fábrica de Móveis (1872); Pecuária; Agricultura, Avicultura, Vitivinicultura (todos estes a partir de 1892)	Federação Rural, Partido Colorado
Christophersen	Noruega, 1866	Agente Marítimo, Seguros (1866)	
Elorza	País Basco, 1875	Comércio (1880); Pecuária (1884); Charque (1927)	Associação Rural, Federação Rural, <i>terrismo</i> , Partido Nacional
Ferrés	Catalunha, 1850 (?)	Comércio importador e exportador (1906); Navegação; Pecuária; Indústria Têxtil; Rizicultura (anos 1940)	Federação Rural
Frick	Alemanha, 1860-70 (?)	Pecuária (1900)	Federação Rural
Gallinal	Asturias, 1871	Pecuária; Indústria Lanífera (1941) e Agroquímica (1953)	Advocacia, Partido Nacional, Federação Rural, <i>Unión Blanca Democrática</i> (1956), Alberto Gallinal Heber candidatou-se à presidência diversas vezes nos anos 1950 e 1960
Haedo Suárez	Cantabria, séc. XVIII	Pecuária, Frigoríficos (1902)	Federação Rural
Heber	Hesse (Alemanha)	Pecuária, Seguros, Cassinos	

de Herrera	<i>Criollo</i> (?)	Pecuária (1896)	O advogado Luis Alberto de Herrera foi dirigente da Federação rural e do Partido Nacional entre as décadas de 1910 e 1950, sendo seis vezes candidato á presidência neste período; Luis Alberto Lacalle Herrera exerceu a presidência da República (1990-1995)
Irureta Goyena	País Basco, 1860	Pecuária; Laticínios (1921); Indústria Agroquímica (1921)	Advocacia, Federação Rural (da qual José Irureta Goyena foi fundador e presidente honorário)
Larraechea	País Basco, ?	Comércio, Pecuária, Indústria Agroquímica	Federação Rural
Lussich	Dalmácia (Croácia), Séc. XIX	Armador, Serviços Portuários, Pecuária, Charque, Silvicultura	Federação Rural
Maclean	Inglaterra ou Escócia, 1890	Navegação (1900); Mineração (1927); Indústria Têxtil e Calçadista; Indústria Química (1935)	Jorge Maclean participou, em 1942, do Conselho de Estado do General Baldomir; Câmara Nacional de Comércio

Martínez de Haedo	País Basco, Séc. XVIII	Pecuária (Séc. XVIII); Indústria de Borracha (1923); Hotelaria (1925)	
Ordeig	Catalunha, 1860 (?)	Pecuária (1883)	
Pardo Santayana	Cantabria, 1880 (?)	Pecuária, Frigoríficos, Indústria de Bebidas (Fábrica Salus)	Federação Rural, Partido Colorado “Riverista”
Piria	Piemonte, 1810(?)	Comércio; Construção Civil; Imprensa; Turismo; Silvicultura (1890); Agricultura; Vitivinicultura (1900); Navegação	União Democrática, <i>terrismo</i> , União Industrial Uruguaia, Federação Rural
Plottier	Bélgica, 1870 (?)	Comércio (1872); Charque; Pecuária	Federação Rural
Santos		Crédito Bancário (1935)	Advocacia; Partido Nacional (<i>herrerista</i>); Federação Rural
Shaw	Inglaterra (?)	Construção Civil, Pecuária	Federação Rural
de Souza	Pelotas (?)	Pecuária	Associação Rural
Stirling	Escócia, 1823	Pecuária (1826)	Federação Rural
Urioste	País Basco, 1800 (?)	Pecuária (1850?)	Associação Rural, Partido Nacional
Vaeza Ocampo		Pecuária, Laticínios (1921)	Associação Rural; Partido Nacional

Victorica		Comércio, Matadouro, Compra e Venda de Gado e Terras	Federação Rural
Vidiella	Catalunha, 1860 (?)	Vitivinicultura (1870); Pecuária	Associação Rural
Wilson	Anglo- Argentina, 1850	Pecuária (1850?)	Associação Rural

FONTE: Azúa, 1969; Barrán e Nahum, 1974; Jacob, 2000.

3.2 MODERNIZAÇÃO E RUPTURA COM O MODELO AGROEXPORTADOR: INDUSTRIALIZAÇÃO, *BATTILISMO* E MOVIMENTO OPERÁRIO

Há evidências para a formação de um núcleo de empresários industriais, no Uruguai, tanto através do processo de diferenciação social no interior da pequena produção mercantil, como através da atividade de comerciantes que prosperam e se incorporam às fileiras das velhas elites. De acordo com C. Azúa

pode afirmar-se que não é clara a origem social e econômica do primeiro empresariado industrial. Aventuremos, a título de hipótese, que pode ter vindo em alguns casos do artesanato de oficina e em outros de uma imigração pequeno-industrial europeia com tradições artesanais. Isto no começo, talvez como traço dominante. Mas a ação empresarial de famílias como os Salvo permite inferir que bastante prematuramente (1897 neste caso) se marcou a passagem do comércio à indústria. O processo se intensificou em épocas posteriores, em especial durante as guerras mundiais com seu brusco incremento da atividade industrial impulsionada pela substituição de importações. É lógico que quem possua um estabelecimento mercantil que se vê privado um dia de suas fontes de fornecimento trate de providenciá-las por si próprio (Azúa, 1969, p.32).

Ainda para este autor, os protagonistas deste momento são elementos não-tradicionais, com predominância das nacionalidades italiana e catalã (mas também franceses e alemães). Como regra, a ascensão social era seguida do “*entrelaçamento com os grupos mais tradicionais da propriedade estancieira e comercial*” (Azúa, 1969, p.32).

J.Millot, C.Silva e L.Silva consideram que as condições objetivas que permitiram a continuidade do processo de modernização e industrialização do Uruguai no início do séc. XX, foram: a) a disponibilidade de força de trabalho; b) o surgimento do empresariado através da acumulação de capital no pequeno artesanato e no comércio; c) a provisão de matérias-primas e de divisas para a importação de bens de capital, por parte do setor agropecuário e d) a formação e expansão do mercado interno. Este último fator, por estar associado à urbanização, concentrava-se fortemente em Montevideu e arredores, determinando ali a localização das primeiras indústrias.

Por sua vez, os autores de *El Proceso Económico Del Uruguay* (1969), consideram que a origem dos capitais que impulsionam a industrialização seria, fundamentalmente, a pecuária e o comércio importador e exportador. Entretanto, observa-se que apenas uma minoria de representantes do setor agropecuário encontra ente os grupos mobilizadores de capital para a indústria, ou seja, a classe dos empresários industriais propriamente dita. Assim, é mais provável que a conexão da elite pecuária com o desenvolvimento industrial tenha se dado através de mecanismos indiretos e graduais: transferência de excedentes através de mercado de capitais e conexões familiares com os grupos capitalistas emergentes. Este modelo de formação de um bloco agrário-industrial se assemelha bastante ao de Santa Catarina no Brasil, e aliás, é aparentemente típico da combinação de áreas de latifúndio pastoril com áreas de pequena produção mercantil, com a transferência gradual do poder político do primeiro grupo (“patrimônio” que é em grande medida herança do poder militar privado) para o segundo, através de casamentos e participações societárias. Aparentemente, nestes casos, as antigas elites, cujo poder deriva da superestrutura, conserva a hegemonia através da aceitação das novas forças emergentes no terreno da estrutura – neste caso, a burguesia industrial ascendente. Ou seja: é de “revolução passiva” que se trata. É evidente também que este processo não beneficia igualmente a todas as antigas elites, mas somente a seus elementos mais dinâmicos, mais capazes de integração com o novo. Disto decorre, certamente, a existência de um grande número de famílias “decadentes”, “pensionistas da história econômica”, e o

desequilíbrio da composição demográfica no sentido da drenagem parasitária da renda nacional. Deve-se considerar também a importância do gasto improdutivo (viagens, filhos matriculados em universidades europeias, construções suntuosas) como fator da decadência da elite agrária.

No campo político, este contexto forma as bases sociais e conjunturais da ascensão do poder das classes médias urbanas, expresso nos ideais do *batllismo*²³, com o crescimento da indústria e da agricultura e fundamentalmente, a força social e demográfica da imigração. Pode-se encarar estes fatos na perspectiva de um “bloco histórico” em que o proletariado, ainda que politicamente antagônico aos setores capitalistas emergentes, participa de forma “solidária” do embate pela modernização da sociedade em seu conjunto. Uma boa descrição da composição social deste bloco pode ser encontrada a seguir:

A incorporação do elemento imigratório no marco das novas atividades produtivas surgidas em Montevideu e seu entorno, supôs a aparição e o desenvolvimento de uma ampla classe média: artesãos, pequenos comerciantes, pequenos proprietários e arrendatários de chácara, profissionais e funcionários. Esta classe se limita em seus estratos inferiores com um proletariado urbano crescentemente infiltrado de mentalidade e modos de vida pequeno-burgueses e se escalona em diferentes níveis até um topo em que se encontram uma burguesia entre industrial e comerciante, de pautas europeizantes e com um dinamismo aberto. Sobre esta ampla e complexa base social, a ideologia batllista – que era sua expressão, sua tomada de consciência – teve uma enorme atração (Instituto de Economia, 1968, p.41).

Henry Finch (em *Historia Económica del Uruguay Contemporáneo*, 1980) relaciona as políticas sociais redistributivas iniciadas pelo governo de Battle y Ordoñez à conjuntura econômica favorável do primeiro quartel do séc. XX, período marcado pela extraordinária expansão do mercado externo para as exportações

²³ Em referência a José Batlle y Ordoñez (1856-1929), presidente da República em 1903-1907 e 1911-1915.

agropecuárias, e pelo crescimento urbano acelerado de Montevideu como elemento dinamizador do mercado interno. Embora bastante adequada como análise de conjuntura econômica, a leitura de H.Finch incorre no equívoco de compreender o período *battlista* como solução de mera continuidade para as elites, como se na dialética da revolução passiva uruguaia somente o elemento “conservação” estivesse presente. Tal posição, fortemente influenciada pela doutrina “dependentista” e bastante comum entre os “revolucionários de cátedra” dos anos 1960 e 1970, assemelha-se a de boa parte da intelectualidade de esquerda brasileira que condena a era Vargas – e em seguida o governo Lula – em termos de “populismo” (F. Weffort, Fernando Henrique Cardoso), “conciliação burguesa de classes” etc. Com o agravante de que a política social de Jose Batlle era mais progressista e favorável à classe trabalhadora do que a de qualquer um de seus congêneres ditos “populistas” da primeira metade do séc. XX. Deve-se contrapor a este viés conservador de interpretação do fenômeno *battlista*, baseado em uma visão estreita da luta de classes e do papel do Estado (mero aparelho da burguesia, neste caso a serviço da “conciliação”) e em uma leitura economicista da sociedade (se há políticas sociais é simplesmente porque a condição econômica é favorável) as noções de “bloco histórico” e de revolução passiva “avançada”. Estas categorias permitem uma visão mais abrangente do ciclo de transformações iniciado em 1904 com o presidente Batlle, que considere o papel progressista do proletariado emergente, das novas classes médias de Montevideu, do empresariado industrial até mesmo de setores mais avançados do latifúndio pastoril (Vives, 1998; Souza, 2003). As reformas de Jose Batlle incidem sobretudo sobre a classe trabalhadora urbana, através da criação de instituições de previdência social e da limitação da jornada de trabalho, além de reformas de cunho socialmente progressista, como uma pioneira lei de divórcio, a laicização completa do Estado, direitos para as mulheres e filhos ilegítimos e a abolição da pena capital.

Em todo caso, as avançadas reformas sociais do período *battlista* encontram um limite com a derrota eleitoral desta corrente sofrida nas eleições de 1916, as primeiras com o instituto do voto secreto e universal (inclusive de analfabetos). Sintomaticamente, o voto anti-*battlista* concentrou-se principalmente no interior do país, em uma campanha em que a ala conservadora e ruralista do Partido Colorado (“riverista”) alia-se ao Partido Nacional, apelando para uma contenção nos “excessos” da política *battlista*. Esta situação leva a uma nova repactuação política, conhecida como o “alto de Viera”, em referência

ao presidente colorado Feliciano Viera que declara, em 1916, logo após o resultado das eleições:

As avançadas leis econômicas e sociais sancionadas durante os últimos períodos legislativos alarmaram a muitos correligionários e são eles que nos negaram seu apoio nas últimas eleições. Bem senhores; não avancemos mais em matéria de legislação econômica e social; conciliemos o capital com o operário. Marchamos com muita pressa: façamos um alto na jornada. Não patrocinemos novas leis desta índole e ainda devemos paralisar aquelas que estão em tramitação no Corpo Legislativo, ou pelo menos, se estas forem sancionadas, que seja com o acordo das partes interessadas (citado por Frega, 2007, p.47).

Mas, em seguida, a crise econômica de 1929 tem como consequência em nível mundial a desestruturação, ao menos temporária, das economias exportadoras de produtos primários, fortemente afetadas pela diminuição do mercado consumidor nos países centrais. Assim, é através de um fator exógeno (a crise no comércio internacional) que o Uruguai é atingido, impondo uma reestruturação da vida econômica do país bastante favorável à sua modernização. Em nível econômico, a resposta à nova conjuntura internacional se dá no sentido de uma reorientação dos investimentos produtivos para o setor industrial, desencadeando processos de substituição de importação de diversos itens. As medidas econômicas *battlistas* diante da crise, baseadas no protecionismo e no controle cambial, reorientam os investimentos em direção a indústria nacional resultando em sua viabilidade do ponto de vista capitalista, sobretudo nas áreas “protegidas”. No campo político, a crise gera uma ruptura conjuntural do compromisso existente entre os setores agroexportador e industrial, caracterizando-se pela quebra temporária do pacto de poder *battlista* e pelo esforço dos setores mais reacionários (burguesia pecuarista, alto comércio, banca e capital estrangeiro) reconquistarem a hegemonia com o golpe de estado liderado por Gabriel Terra em 1933 (Millot *et alii*, 1973, p.75). Entretanto, a hegemonia absoluta do setor pecuarista já não se faz possível no contexto uruguaio deste período, tornando logo necessária uma repactuação com o setor industrial mais dinâmico, e a continuidade da política econômica *battlista* de industrialização (embora por um intervalo que vai até o final da Segunda Guerra Mundial, expugnada de

seus elementos mais progressistas). Demonstra-se assim a necessidade da elite pecuária de compor com uma burguesia industrial já poderosa a esta altura, e sua preocupação com a estabilidade social diante de um poderoso movimento sindical, obtendo-se êxito no controle desta importante válvula de controle da ordem que é a taxa de ocupação da mão de obra urbana.

Como características gerais do governo de Gabriel Terra em política econômica destacam-se a consolidação da tendência ao crescimento “*hacia adentro*” e do modelo de industrialização por substituição de importações, através da continuidade da política de proteção industrial e do controle cambial (Millot *et alii*, 1973, p.83). Fato importante é a criação do chamado Fundo de Diferencias Cambiarias, em 1935 (Bertino *et alii*, 2005, p.41), que significava a adoção de um sistema de câmbios múltiplos, semelhante ao que o Brasil conheceria, dezoito anos depois, através da célebre Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) em 1953. Fica claro desta forma que a política econômica aplicada após o golpe de Terra não implicou em uma ruptura com o *battlismo*, mas somente em um redirecionamento, e até mesmo em um aprofundamento do modelo de crescimento econômico industrial com protagonismo do Estado, que aliás consiste no modelo clássico de modernização capitalista das formações sociais periféricas. Estas características são consolidadas nos governos seguintes (civis) de Baldomir e Amézaga, que iniciam o ciclo chamado *neo-battlista*, agora com mais liberdades democráticas (d’Elia, 1986).

Durante a primeira década após a Segunda Guerra Mundial ocorre o auge do crescimento industrial, baseado no mercado interno, sendo por outro lado muito baixa a participação da produção industrial manufatureira nas exportações. Tal crescimento ocorre em grande medida financiado por capital nacional e, segundo H.Finch, através de reinversões do setor agroexportador, favorecido por um período de alta das *commodities* durante o imediato pós-guerra e o conflito da Coréia, o qual lhe teria permitido acumular reservas de divisas (Finch, 1980, p.26). Outro fato notável, e que se pode considerar um indício da vontade política de realizar transformações estruturais na composição da formação social, é o estímulo dado pelos governos *neo-battlistas* à agricultura no pós-guerra, redundando no crescimento da área cultivada, chegando-se a exportar trigo nos anos 1950 (Bertino *et alii*, 2005, p.34). Henry Finch, com base em dados de 1956, divide as zonas de produção agrícola no Uruguai durante este período em: 1) arredores de Montevideu: horticultura, fruticultura e vinhedos; 2) a norte e a leste de Canelones: alguma horticultura, milho, aves e suínos; 3) San José,

Colonia e sul de Florida: bacia leiteira; 4) Litoral (de Colonia até Salto), Rio Negro, Soriano, Paysandu: trigo e outros cereais; 5a) franja leste das zonas 2, 3 e 4, do Noroeste ao Rio da Prata: região intermediária, que combina a pecuária com outras áreas de cultivo, como a cana de açúcar (noroeste) e cereais; 5b) Leste, ao redor da Laguna Merín: pecuária combinada à rizicultura; 6) de longe, a mais extensa, ao longo da fronteira com o Brasil, desde o Norte até a costa atlântica: pradarias utilizadas exclusivamente para a pecuária bovina e ovina (Finch, 1980, p.56-63).

Se a zona de pecuária segue sendo de longe a mais extensa²⁴, parece ser também a menos dinâmica, orientando-se os investimentos dos capitalistas-pecuaristas para fora do próprio setor, que por isso mesmo conhece pouca inovação no período. A ausência de inovações na pecuária, por outro lado, longe de constituir um problema meramente econômico, ou de derivar de uma mentalidade “atrasada” da classe do latifúndio pastoril, está intimamente relacionada à estrutura do poder político do latifúndio. Como é evidente, o aumento da produtividade por hectare, dado pela possibilidade técnica de intensificação da criação, representaria uma clara ameaça à hegemonia dos produtores de riquezas em grandes extensões de terras. De fato

deve recordar-se que a estrutura da propriedade rural (baseada no caráter extensivo da produção) faz da terra a chave do processo de apropriação de mais-valia do setor. Quando a tecnologia se faz intensiva, o caráter monopólico da terra e sua situação estratégica na produção se deterioram relativamente. Começa a ter maior importância o investimento adicional e posse da terra deixa de ser a causa fundamental da apropriação de mais-valia (Instituto de Economia, 1968, p.116-117).

Apesar de sua importância, as mudanças do período *neo-battlista* não conseguem se consolidar ao ponto de transformações estruturais. Pelo contrário, a força de permanência do latifúndio pastoril se verifica no fato de que ao longo do século XX o Uruguai praticamente não modifica sua pauta de exportações, baseada na atividade pecuária: lã, carne, couro. Da mesma forma, o destino preferencial das exportações

²⁴ Em 1969 ocupará ainda quinze, de um total de dezessete milhões de hectares produtivos no país (Instituto de Economia, 1969, p.63).

em 1900, a Europa, segue sendo o mesmo em 1970 (Finch, 1980, p.116). O fato de que destino da exportação agropecuária do Uruguai siga sendo basicamente a Europa equivale a dizer que o Uruguai, à diferença do Brasil, não reorientou plenamente o pólo externo de sua economia em direção a uma associação mais direta com o novo centro dinâmico da economia mundial no séc. XX, os EUA, eles próprios importantes produtores agropecuários.

A hegemonia da elite agropecuária, ainda que entrelaçada à burguesia comercial e industrial, permanece durante todo o período um fato incontestável. Como demonstra C.Azúa, mesmo a acumulação de capital gerada pelo desenvolvimento industrial na primeira metade do séc. XX termina, em grande parte, retida e imobilizada pela propriedade fundiária. E a fórmula também se aplica ao incipiente desenvolvimento agrícola, quando este foi estimulado pela política econômica *neobatllista* (Azúa, 1969, p.27).

Sua atuação política articula-se em torno a entidades de classe, notadamente a Associação Rural (1871) e a Federação Rural (1916). Mais importante que a existência dos partidos *blanco* e *colorado* é a existência concreta deste “Partido Rural”, que ao se fazer presente nas duas legendas tradicionais, atua como o verdadeiro operador político do bloco hegemônico, com papel dirigente face aos outros sócios eventuais: o comércio importador e exportador, a burguesia industrial emergente, os trabalhadores e pequenos e médios proprietários, incluindo arrendatários criadores de ovinos, que formam a classe média do campo.

3.3 MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA COMO TRIUNFO DA “TESE”: CRISE, DITADURA MILITAR E NEOLIBERALISMO

Na segunda metade dos anos 1950, o Uruguai mergulha em severa crise econômica, ocorrendo o estancamento da industrialização e o consequente esgotamento do processo de substituição de importações²⁵. A importância econômica do setor industrial, que chega a atingir 22% de participação no PIB em 1955, começa desde então a decrescer continuamente (Bertino, 2005, p.36). Na raiz da crise está a estagnação do setor agropecuário, ainda o mais importante da economia

²⁵ Segundo informações do Banco Central do Uruguai, a taxa de crescimento médio do produto interno bruto cai de 4,2% ao ano no período de 1946 a 1955, para 0,6% no período de 1955 a 1973 (Astori, 2005, p.78).

nacional, e que entra em processo de reprodução simples de capital, ocasionando uma drenagem de investimentos para o exterior e para o setor financeiro. Estes fatores explicam a precocidade do capitalismo financeiro – e aliás, do neoliberalismo – no Uruguai. No período ocorre importante expansão da rede bancária para o interior do país.

A crise também se traduz em pressão redistributiva dos grupos agroexportadores prejudicados pela baixa rentabilidade das exportações primárias. A vitória eleitoral do setor mais reacionário do Partido Nacional, a União Blanca Democrática (ruralista) em 1958 leva a uma reorientação (neo)liberal da economia, no sentido da agropecuária exportadora e do desmonte da política de proteção industrial. Politicamente, estes fatos são precedidos por conflitos entre o estado *neo-battlista* e o setor agroexportador, no período 1954-58. Ocorrem episódios de *lock-out* e de retenção de produção visando melhores preços. É frequente no período a paralisação da indústria frigorífica, levando ao desabastecimento de carne em Montevideu, e por outro lado, à reivindicação de um “frigorífico nacional” estatal como agenda do Partido Comunista Uruguaio e outros setores da esquerda (Gutierrez, s/d). Outra alternativa para os pecuaristas uruguaiois é o contrabando na fronteira brasileira.

O triunfo eleitoral do Partido Nacional, em 1958 revela a força política do interior uruguaio, e dos setores agroexportadores tradicionais. Segue-se um pacote de reformas do FMI em 1959, e a denúncia e abandono do “dirigismo” e “proteccionismo” da política *battlista* de subsídios industriais e agrícolas (que incidiam sobre o trigo, o linho e o girassol), e o estabelecimento de uma nova política cambial, que extingue o câmbio múltiplo.

O resultado mais direto destas políticas é a inflação e a deterioração do tecido social nos anos 1960. No campo ideológico, dá-se a disputa entre interpretações para a crise uruguaia e a inflação de tipo monetarista (FMI) e dependentista (cujo melhor exemplo é o estudo *El Proceso Económico del Uruguay*, produzido por uma equipe do Instituto de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, em 1968)

Outro fenômeno social importante do período são as mudanças de caráter demográfico, que ocupam toda a segunda metade do século passado. O censo da CIDE, de 1963 revela o envelhecimento da população, o incremento da urbanização, baixo crescimento populacional, alta emigração. Entre 1963 e 1975 o país perde 8% de sua população total. Em Montevideu o fenômeno chega a atingir 31,4% da população na faixa de 20 a 29 anos. Impressionante também é a

chamada “fuga de cérebros”: a emigração entre a população de nível superior atinge 53,5% entre 1973 e 1976 (Nahum et alii, s/d, p.175).

Como consequência deste quadro, o período é de rupturas na esfera da sociedade civil, com o surgimento do terrorismo de Estado (no contexto das doutrinas militares de contenção ao comunismo da Guerra Fria) e o apogeu da violência política. A escalada entre governo e a guerrilha do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros leva por fim à declaração do “estado de guerra interno”, em 1972. As diferentes interpretações da formação social levam a divisões da esquerda uruguaia. A principal delas opõe a esquerda revolucionária inspirada no foquismo guevarista e na teoria da dependência, à doutrina do caminho pacífico ao socialismo (aliança com setores nacionais da burguesia e revolução nacional-democrática) defendida pelo PCU dirigido por Rodney Arismendi desde o seu XVII Congresso de 1958 (Tristán, 2005, p.73). A experiência da revolução cubana e o trabalho de intelectuais marxistas que negam o caráter feudal das formações sociais latino-americanas, assim como o impacto do socialismo cristão e da teoria da dependência, modificam a correlação de forças ao questionarem a hegemonia dos partidos comunistas tradicionais e sua tese de uma revolução nacional-popular anti-imperialista como etapa necessária para a construção do socialismo. No Uruguai, as diferenças de concepção se traduziram em duas alternativas diferenciadas. No campo da esquerda democrática procurou-se formar uma frente popular de amplo espectro (a Frente Ampla) a qual disputou a hegemonia através do sistema eleitoral em um primeiro momento, sendo que após o golpe militar de 1973 seus adeptos optaram pela resistência civil à ditadura. Já no campo da esquerda revolucionária, a opção pela luta armada levou à formação do vigoroso e organizado movimento guerrilheiro dos Tupamaros, derrotado militarmente entre 1971 e 1973. Com a redemocratização do país que, como no Brasil, se deu através de um amplo movimento de resistência civil que abrangeu mesmo setores ditos de “direita”, mas comprometidos com a democracia política, os Tupamaros reavaliam a opção armada e passam também a integrar a via eleitoral, no interior da Frente Ampla. Mas é somente em 2004 que o médico socialista Tabaré Vazquez torna-se o primeiro presidente eleito pela Frente Ampla, sendo sucedido em 2010 pelo outrora dirigente tupamaro Pepe Mujica.

Se o ciclo de estagnação e crise vivenciado no final dos anos 1960 se caracteriza por uma intensa fuga de capitais, os anos 1970, graças à “estabilização política” (terrorismo de Estado mediante) do Uruguai após 1973 se caracterizam pela afluência de capitais de tipo

especulativo, mas também por algumas inversões produtivas. De um modo geral, o período que vai do Golpe de 1973 até a crise de 1981 é caracterizado pela afluência de capitais e por algum crescimento com liberalismo econômico e autoritarismo político. A política econômica do regime militar, segundo Alberto Couriel, era de tipo neoliberal e monetarista, aproximando-se desta forma do modelo das ditaduras chilena e argentina, e em contraponto com o caso da ditadura brasileira (Couriel, 1988, p.52). Pode-se observar essa diferença na forma como no Brasil, ao contrário dos países citados, a implantação da ordem neoliberal teve de ser precedida pelo desmonte do aparelho político militar, de corte nacionalista, no processo conhecido como “Abertura”. O autor lembra que estes três países (Argentina, Chile e Uruguai) foram os que tiveram o maior desenvolvimento relativo nos anos 1950, e também o menor dinamismo econômico na década seguinte, criando desta forma um âmbito político propício para a implantação da ordem neoliberal: processos agudos de instabilidade social e violência política, seguidos pela conquista do poder do Estado para setores extremistas e filofascistas das Forças Armadas, equivalentes à “linha dura” do Regime Militar brasileiro que, no entanto, nunca conquistou plena hegemonia política no interior do Estado.

O fim da ditadura não encerra o longo ciclo de crise iniciado nos anos 1950. Entre 1981 e 1986 ocorre a pior crise da economia uruguaia desde os anos 1930, superada apenas (talvez) pela de 2001. Seguem-se novas propostas de ajuste do FMI e o aumento da dependência político-econômica dos EUA. Segundo Alberto Couriel, em 1985 a dívida externa se iguala ao PIB (e o desemprego chega a 16,1%). Em 1987, já não existe nenhum banco privado nacional no Uruguai. A gravidade se revela na queda abrupta das taxas de investimento no período 1981-1986, como se observa na tabela abaixo (baseada em A.Couriel, 1988):

Tabela 2. Declínio dos investimentos na economia uruguaia entre 1981 e 1986.

Investimento	Queda no período 1981-1986
Bruto interno	57%
Público	46%
Privado	64%
Bens de capital	57%
Sector de construção	61%

FONTE: Couriel, 1988.

O primeiro governo eleito após a ditadura, do *colorado* Julio Maria Sanguinetti, dá continuidade às reformas neoliberais do período anterior, que se acentuam nos anos 1990, tendo como consequências uma violenta decomposição do tecido social, o aumento da miséria, do desemprego e da violência urbana.

Como se observa, incapazes de manter sua hegemonia mediante os meios tradicionais, dada a gravidade da crise político-social e ao fortalecimento da antítese a sua dominação, que ganha uma força substancial com a formação da Frente Ampla, as elites uruguaias, aproveitando-se de uma conjuntura internacional favorável às soluções autoritárias na América Latina, utiliza-se do expediente do golpe militar em 1973. Justamente, como já observara C.Azúa em 1969: “*a elite militar é a que mantém vínculos mais estreitos com a ‘variável externa’ de nosso sistema de poder*” (Azúa, 1969, p.41).

Fazendo agora uma breve digressão, constitui elemento importante para a análise das formações sociais latino-americanas considerar este fato crucial que é o vínculo político das forças armadas com o pólo externo destas formações, representado sempre pelo setor mais dinâmico do sistema capitalista global. Este fator sem dúvida facultou aos militares a tomada de poder em tantos países no contexto da Guerra Fria. Pense-se no caso brasileiro, em que o Golpe de 1964 é realizado por um oficialato que tem fortes laços, mesmo pessoais, com as Forças Armadas dos EUA (com os quais muitos haviam convivido na FEB durante a campanha da Itália), construídos em cursos de formação, pactos de assistência militar, na transferência tecnológica e compra de material bélico. Também no caso uruguaio, é possível que se possa

também verificar a tendência das Forças Armadas a comportarem-se como “partido estrangeiro”, em virtude de laços privilegiados e diretos com o centro do sistema devidos à necessidade de cooperação geoestratégica, de formação de quadros e absorção de doutrinas de segurança e defesa; mas sobretudo devido à incontornável necessidade de transferência tecnológica desde os países-centro, pois mesmo as forças mais “nacionalistas” dependerão da aquisição de material bélico e *know-how* estrangeiro, e preferencialmente de ponta, neste setor. Por isso a indústria armamentista reveste-se de grande conteúdo político hegemônico. Embora este não seja o caso de aprofundar este ponto, não é absurdo considerar que as forças armadas de uma nação periférica tenderão, muitas vezes, a se comportar como partido estrangeiro e a solidarizar-se com o centro do sistema na manutenção de um *status quo* favorável à potência hegemônica em nível global²⁶. Ao menos, isto é o que se verificou neste momento da história uruguaia.

²⁶ Há exceções importantes na América Latina, como o *tenentismo* brasileiro, Velasco Alvarado no Peru, e o oficialato reunido em torno da figura de Hugo Chávez, na Venezuela.

4 REVOLUÇÃO PASSIVA E TRANSFORMAÇÕES DO BLOCO HISTÓRICO NA FORMAÇÃO SOCIAL URUGUAIA: ENSAIO DE UMA PERIODIZAÇÃO

No primeiro período de sua existência, a formação social uruguaia conhecia de forma generalizada somente ao modo de produção comunal primitivo praticado milenarmente pela população indígena, e posteriormente adaptado pelos primeiros povoadores europeus, dedicados à captura do gado *cimarrón*. Esta forma particular de economia natural tinha como características essenciais a prodigalidade do meio, a praticamente ilimitada disponibilidade de recursos, o baixo nível tecnológico e de complexidade social do trabalho, e a manufatura limitada ao âmbito doméstico. Entretanto, sobrepunha-se e combinava-se a esta realidade a gradual imposição de uma superestrutura com características feudais, cuja influência, centralizada nos pequenos núcleos urbanos situados às margens do Prata, irradiava-se pelo campo e procurava organizar este território com vistas à sua inserção à uma economia mercantil em processo de expansão global.

Entretanto, com a decadência do império colonial espanhol, a pressão exercida pelo capitalismo industrial inglês contra os monopólios coloniais de comércio, e sob o peso de seus próprios conflitos internos, esta estrutura social começa a entrar em colapso, conhecendo uma crise social generalizada. Esta crise se inicia nas lutas pela independência em 1810, tem seu momento político mais avançado no programa agrário anti-burguês da rebelião federalista artiguista, derrotada com o auxílio do império luso-brasileiro, e cuja consequência mais importante é a própria criação do Estado uruguaio sob influência dos interesses comerciais ingleses; e culmina com o fim das guerras civis e a unificação nacional sob a égide de um militarismo “modernizante” nas décadas de 1860 e 1870.

Este primeiro período também inaugura a divisão regional entre cidade e campo. Montevidéu, neste momento, possui as funções primordiais de porto e fortaleza militar espanhola, a que se soma a função comercial no último quartel do séc. XVIII. O campo é o universo da criação extensiva, da economia natural *gaucha* e indígena. Entretanto, a formação e consolidação das primeiras estâncias, processo liderado por uma classe de latifundiários-comerciantes associados ao aparato burocrático espanhol, sediada em Montevidéu, submete e organiza progressivamente este território “livre” em função do setor urbano.

As forças que desestruturaram definitivamente esta combinação da primeira etapa da formação social uruguaia tornam-se hegemônicas com o êxito da “modernização” do último quartel do séc. XIX. Os fenômenos sociais na esfera da produção que se fazem sentir neste momento são o cercamento dos campos, a consolidação da propriedade fundiária, e a transição das formas de trabalho “livres” (semi-nomadismo *gaucho*) para formas servis como o trabalho nas estâncias. Na esfera institucional é feito um esforço de modernização e centralização administrativa no sentido da criação de instituições necessárias a um estado capitalista coerente com a ideia de nação, e de unificação do território através da pacificação e submissão dos poderes militares locais.

Ganha grande importância neste segundo momento a imigração europeia e surgem importantes elementos de antítese ao latifúndio pastoril tradicional de extração *criolla*: a pequena produção, a introdução do gado ovino e de técnicas modernas de manejo do rebanho bovino, o cercamento dos campos. Todos estes fenômenos associados à inserção da totalidade do território à divisão internacional do trabalho e à presença de investimentos estrangeiros, sobretudo ingleses, que ajudam a incorporar os avanços da segunda revolução industrial.

Montevideu, então, ganha contornos definidos de praça comercial e financeira cosmopolita, e centro difusor do “moderno”, que atua sobre o campo no sentido da subordinação e da formação de poupança.

Essa modernização encontra sua forma mais avançada, e também seus limites, no ciclo *batllista* que domina a maior parte da primeira metade do século XX. Com a derrota definitiva do caudilhismo em 1904 e a consolidação de instituições democráticas avançadas, o bloco social urbano de antítese ao latifúndio pastoril consegue conquistas importantes para alguns setores sociais subalternos, como as mulheres, o incipiente operariado e o artesanato urbano. Ainda, lança as bases para que se desencadeie a industrialização por substituição de importação em alguns setores da economia, além de melhorar as condições de existência da pequena e média produção agrícola.

Entretanto, enquanto este movimento transformava Montevideu no núcleo de um pequeno Estado com contornos de capitalismo bem-sucedido (e inclusive pioneiro do bem-estar social), e de uma sociedade civil moderna e ocidentalizada, a realidade do trabalhador do campo continuava a ser de miséria, e o produto social do trabalho nas áreas rurais era continuamente drenado para a cidade portuária. Isto facilitou, em um momento de crise, a emergência do bloco agrário conservador como solução de modernização autoritária a partir dos anos 1950, bloqueando por décadas o desenvolvimento social uruguaio, sob

comando do latifúndio pastoril. Não por acaso, e de forma bastante coerente, os setores que saíram triunfantes na eleição vencida pela ala ruralista do Partido Nacional em 1958 reivindicavam a memória do levante *blanco* de Aparício Saraiva de 1904, líder popular rural derrotado por Jose Batlle, no que foi então considerado pelas elites urbanas um marco para a modernização e o triunfo da civilização europeia.

A título de hipótese, pode-se aqui afirmar que a modernização do campo uruguaio no séc. XIX, que equivale à sua inserção e associação ao mercado mundial capitalista, leva a uma espécie de “feudalização” das relações sociais de produção. Concorde-se neste ponto com G. Franco, para quem:

por volta da Baixa Colonização, começam a insinuar-se formas de violência extra-econômica nas tendências da legislação e na política do *arreglo de los campos*, embrionárias de uma involução, de um salto atrás para um estatuto quase servil para a “peñozada” [peonaje], que se acentuarão durante o período republicano, paralelamente à tardia pauperização do gaúcho e à polarização da sociedade (Franco, 2006, p.209).

Ele lembra que após 1810 a situação do *gaúcho* piora, na medida em que os governos *criollos* passam a perseguir os “vagos e errantes”, entre outras coisas, pelas necessidades militares das guerras de independência e conflitos civis, mas sobretudo no sentido de sua transformação em mão de obra servil na estância.

Essa observação permite ensaiar uma hipótese para o desenvolvimento contraditório das relações de produção no campo uruguaio.

Considerando que a colonização espanhola tem o feudalismo como pressuposto, observa-se que este só se realiza de fato como relação predominante no interior das unidades produtivas quando se criam condições objetivas para a transformação da estância tradicional em estância-empresa, ou seja, quando a campo uruguaio passa a estar associado, através de suas relações externas, ao movimento dinâmico da economia capitalista mundial.

Mas a estância-empresa nascida desta forma, baseada internamente em formas de trabalho servis, tem o capitalismo que é sua determinação externa como um pressuposto, que só pode realizar-se de fato, e generalizar-se também internamente – com isso marcando definitivamente o fim da transição ao capitalismo – com a crise do modelo agroexportador tradicional. Ou seja, a condição para o capitalismo maduro no Uruguai é o fim do trabalho servil na estância-empresa, demanda gerada pelo surgimento do capital industrial em Montevideu, que luta para fortalecer o Estado centralizado em detrimento dos poderes locais, forçando a existência de um incipiente proletariado rural disponibilizado para o trabalho assalariado. Mas, a derrota das forças progressistas, e a crise do modelo econômico nacionalista e industrializante nos anos 1950 retardam a realização desta última etapa – e desta forma consegue impor o latifúndio pastoril sua determinação hegemônica, comandando com viés conservador um processo de modernização autoritário e excludente.

A. Gramsci, na célebre passagem dos *Cadernos do Cárcere* em que escreve sobre a análise das situações e das relações entre as forças sociais atuantes no interior de uma formação social, interpreta criativamente o problema da famosa contradição entre forças produtivas e relações sociais de produção tal como ele se apresenta no prefácio de 1859 à *Crítica da Economia Política* de K. Marx, fornecendo assim indicações metodológicas valiosas.

É o problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas. É necessário mover-se no âmbito de dois princípios: 1) o de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações (...) Todavia, no estudo de uma estrutura, devem-se distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de

conjuntura (e que se apresenta, como ocasionais, imediatos, quase acidentais) (Gramsci, 2007, p.36).

Como um critério, A.Gramsci sugere distinguir os movimentos orgânicos dos conjunturais, através da duração dos períodos e da abrangência de crises: econômica, institucional, política, fugindo ao critério meramente economicista²⁷.

Aqui parece ser possível, e também proveitoso, relacionar este método de análise das relações de força proposto por Gramsci à visão da sucessão de “dualidades” que marcam o desenvolvimento da formação social brasileira na visão de Ignácio Rangel, considerando que o sistema explicativo rangeliano pode ser generalizado, com ressalvas sempre que necessário, a outras formações sociais da América Latina; e que à “crise orgânica” gramsciana devem-se fazer corresponder os momentos de transformação nos “pactos de poder”, tal como definidos por I. Rangel.

A “dualidade”, para I.Rangel, consiste no

fato de que as categorias explicativas de uma dada economia nacional (latifúndio, indústria, comércio, capital etc; e a própria economia nacional em conjunto) são mistos, tem dupla natureza, e se manifestam como coisa diversa se analisados do interior ou do exterior (Rangel, 2005, p. 286).

Já a dinâmica das transformações em uma sociedade caracterizada por este tipo de formação implica em que: “*o aspecto interno e o externo podem envelhecer em momentos diferentes ou, noutros termos, a substituição de uma estrutura por outra não se processará obrigatoriamente no campo externo e interno ao mesmo tempo*” (Rangel, 2005, p.304).

A dualidade não implica em mera coexistência entre as formas econômicas básicas, mas em conflito e em modificações na estrutura de cada uma delas. Desta forma é que as relações de produção mais concretas, aquelas que se dão no próprio interior da unidade produtiva, irradiam-se transformando o conjunto da formação socioespacial e

²⁷ “Economicismo”, de acordo com a leitura gramsciana, consiste no equívoco metodológico de se superestimarem as causas meramente mecânicas na análise da relação social de forças, geralmente considerando que a dinâmica das forças produtivas conduz por ela mesma as transformações históricas, subordinando as esferas política, jurídica, cultural etc. (Gramsci, 2007, p.36).

determinando seus aspectos mais abstratos, como a produção da cultura e o regime jurídico. O exemplo a seguir é eloquente:

No caso do latifúndio, por exemplo, o mercado capitalista pressiona constantemente para modificar as relações vigentes no interior do instituto, ao mesmo tempo e, que a presença, nesse mercado, de uma produção e de fatores de produção (inclusive homens), oriundos do latifúndio, modifica sua estrutura. Assistimos, assim, em nossos dias, à generalização do salariado na vida interna do latifúndio e também a certa desvirtuação do caráter do salariado fora do latifúndio, graças aos homens por ele expelidos (Rangel, 2005, p.298).

Para Gramsci, o reajuste da relação de forças a uma nova “estabilidade” (ou seja, a superação dialética da crise, que implica em um novo-velho “pacto de poder”, uma recomposição do bloco histórico) revela-se não somente quando as forças da reação (em geral o setor mais retardatário da velha sociedade) são suplantadas, mas também quando a nova força hegemônica consegue se impor face aos elementos “novíssimos” que já a consideram superada. Neste caso, o exemplo histórico citado por Gramsci é a repressão à Comuna de Paris (Gramsci, 2007, p.39)²⁸.

Crises conjunturais importantes, mas não orgânicas, seriam os conflitos entre diferentes facções de caudilhos, ocorridos ao longo de todo o primeiro período, incluindo as guerras de Aparício Saraiva; e no século XX, a ruptura institucional promovida pela ditadura de Gabriel Terra, na esteira da crise de 1929. Relacionadas ao esquema exposto para o desenvolvimento das relações de produção, verificam-se no Uruguai a ocorrência de duas crises que são verdadeiramente orgânicas, no sentido de encaminharem efetivas transições e darem origem a novas relações de força. A primeira delas teria seu ápice, no século XIX, no período da *Guerra Grande* (década de 1840), como momento da desagregação definitiva da economia e das relações coloniais (iniciada

²⁸ Outro exemplo mais próximo, também ilustrativo desta dinâmica, pode ser a revolução de 1930, no Brasil. Seguindo esta metodologia, poder-se-ia dizer que esta só pode ser considerada definitiva com a derrota das forças sociais mais progressistas que dela haviam participado, reagrupadas em torno da ANL de Prestes, em 1935-37. E não, como se costuma pensar, com a vitória em 1932 sobre o movimento constitucionalista patrocinado pela velha oligarquia agroexportadora.

com o movimento de Artigas em 1810), ainda predominantemente baseadas na “economia natural” *gaucha*, e que encontra uma saída “modernizante” simbolizada na figura do general Latorre após 1870. No século XX, tem-se a extensa agonia da sociedade uruguaia no período que se inicia com a crise político-social dos anos 1950/60, passando pelo regime militar até os governos neoliberais do período democrático. Na crise do séc. XX, deve-se notar que sua longa duração está relacionada ao impasse político representado pela hegemonia político-militar do latifúndio, que em dois momentos distintos sai vencedor no embate com as forças mais progressistas (nas eleições vencidas pelo Partido Nacional em 1958 e no golpe militar de 1973), retardando o ritmo das inevitáveis transformações que deveriam levar à maturidade o modo de produção capitalista no Uruguai. Fica claro, assim, que esta dinâmica não pode ser explicada por critérios meramente economicistas, e que uma determinada relação de forças desfavorável ao movimento histórico progressista gerou um prolongado impasse. Com efeito, “*a crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer*” (Gramsci, 2007, p.136).

REFERÊNCIAS

ABADIE, Washington Reyes. **Latorre, la forja del Estado**. Montevideo: Ed. Banda Oriental, 1977.

ASTORI, Danilo. Estancamientos, desequilibrios y ruptura. 1955-1972. In INSTITUTO de Economía. **El Uruguay del siglo XX: la economía**. Montevideo: Ed. Banda Oriental, 2005.

AZÚA, Carlos Real. **La clase dirigente**. Ed. Nuestra Tierra: Montevideo, 1969.

BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. **La formación de los estados en la Cuenca Del Plata: Argentina, Brasil, Uruguay, Paraguay**. Buenos Aires, Norma, 2006.

BARRÁN, José Pedro. **Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco 1839-1875**. Montevideo: Ed. Banda Oriental, 1974.

BARRÁN, José Pedro e NAHUM, Benjamin. **Bases económicas de la revolución artiguista**. Montevideo: Ed. Banda Oriental, 2010.

BERTINO *et alii*. La larga marcha hacia un frágil resultado. 1900-1955. In INSTITUTO de Economía. **El Uruguay del siglo XX: la economía**. Montevideo: Ed. Banda Oriental, 2005.

BRENNER. Robert. Estructura de clases agraria y desarrollo económico en la Europa preindustrial. In **El debate Brenner**. ASTON, T. H. y PHILPIN, C. H. E. Barcelona: Editorial Crítica, 1988

COURIEL, Alberto. **El Uruguay empobrecido: Deuda Externa y Modelo Neoliberal**. Montevideo: Ed. Banda Oriental, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson, **De Rousseau a Gramsci**. São Paulo: Boitempo, 2011

DEFFONTEINES, Pierre. **Caminhos de Gado e Tipos de Feira no Uruguai**. In Boletim Geográfico Ano XI, n.115. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1953.

DEL ROIO, Marcos. **O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo.** São Paulo: Ícone, 1998.

D'ELIA, Germán. **El Uruguay neo-Battlista, 1946-1958.** Montevideo: Ed. Banda Oriental, 1986.

D'ELIA, Javier Vázquez. **Battle, Democracia y Reforma del Estado.** Montevideo: Ed. Banda Oriental, s/d.

DONGHI, Túlio H. **História da América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial.** São Paulo: Hucitec, 2006.

FINCH, Henry. **Historia económica del Uruguay contemporáneo.** Montevideo: Ed. Banda Oriental, 1980.

FRANCO, Guillermo Vázquez. **Formas de vida en el latifundio colonial.** Montevideo: Mendrugo, 2006.

FREGA, Ana. La formulación de un modelo.1890-1918. In FREGA *et alii*. **Historia del Uruguay en el siglo XX (1890-2005).** Montevideo: Ed. Banda Oriental, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **A Questão Meridional.** São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. **Cadernos do Cárcere Vol. 5: O Risorgimento. Notas sobre a História da Italia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Cadernos do Cárcere Vol. 4: Temas da Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro: Graal, 1991.

GUTIÉRREZ, José. **Los frigoríficos: prontuario para su nacionalización.** Montevideo: Ed. Pueblos Unidos, s/d.

HOBBSAWM, Eric. **The age of capital: 1848-1875**. New York: Vintage Books, 1996.

IANNI, Octavio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

INSTITUTO de Economia. **El proceso económico del Uruguay**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1968.

LACLAU, Ernesto. Feudalismo e Capitalismo na América Latina. In: SANTIAGO, Théo A. **América Colonial**. São Paulo: Ícone, 1988.

LENIN, V.I. **O Programa Agrário da Social-Democracia na Revolução Russa de 1905-1907**. São Paulo: LECH, 1980.

LOSURDO, Domenico. **Gramsci: “do liberalismo ao comunismo crítico”**. Rio de Janeiro: Revan, 2006

LÖWY, Michael (org.). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MAMIGONIAN, Armen. A geografia e a “formação social como teoria e como método”. In SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.). **O mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec 1996.

_____ **Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço**. Geosul, Florianópolis, v. 14, n.28, jul./dez. 1999

MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política (Livro 1)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____ **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **The German Ideology**. Moscow: Progress Publishers, 1976

MILLOT, Júlio; Silva, Carlos e SILVA, Lindor. **El desarrollo industrial del Uruguay: de la crisis de 1929 a la posguerra**. Montevideo: Universidad de La Republica/ Instituto de Economía, 1973.

NAHUM *et alii*. **El Fin del Uruguay Liberal**. Montevideo: Ed. Banda Oriental, s/d.

PINTOS, Aníbal Barrios. **Historia de la ganadería en el Uruguay 1574-1971**. Montevideo: Biblioteca Nacional, 1973.

PORTELLI, Hughes. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PUIGGRÓS, Rodolfo. **De la Colonia a la Revolución**. Buenos Aires: Leviatán, 1957.

RANGEL, Ignácio. Dualidade Básica da Economia Brasileira In **Obras Reunidas** (vol. 1). Rio de Janeiro: Contraponto, 2005

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço**: A Formação Social como Teoria e como Método. São Paulo: Boletim Paulista de Geografia, n.54, jun. 1977

_____. O Estado-Nação como espaço, totalidade e método. In **Espaço e Sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979a

_____. **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1982

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SWEETZY *et alii*. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. São Paulo, Paz e Terra, 2004.

SOUZA, Marcos Alves. **A cultura política do “battlismo” no Uruguai (1903-1958)**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

TRISTÁN, Eduardo Rey. **La izquierda revolucionaria uruguaya, 1955-1973**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2005.

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VIEIRA, Maria Graciana E. **Formação social brasileira e geografia:** reflexões sobre um debate interrompido. Florianópolis: UFSC/CFH, 1992. (Dissertação de Mestrado em Geografia)

VIVES, Enrique Mendez. **El Uruguay de la modernización 1876-1904.** Montevideo: Ed. Banda Oriental, 1998.

WILIMANN, Jose C. e PONS, Carlos P. **La Banda Oriental en la lucha de los imperios.** Montevideo: Ed. Banda Oriental, s/d.

WILSON, Jose de Torres. **Caudillos y partidos políticos.** Montevideo: Ed. de la Planta, 1986.

APÊNDICE A - Uruguai: breve síntese cronológica

1536. Fundação de Buenos Aires, assentamento espanhol na margem ocidental do Rio da Prata.

1624. Padres jesuítas fundam a redução de Santo Domingo Soriano, na confluência entre os rios Negro e Uruguai.

1680. Fundação de Colonia do Sacramento pelos portugueses. No mesmo ano os espanhóis tomam a praça, mas o Tratado de Lisboa, de **1681**, determina sua devolução ao império português, posição consolidada pelo Tratado de Utrecht, de **1713**.

1723-24. Fundação de Montevidéu, como pequeno povoado ao redor de uma fortaleza militar que os portugueses haviam começado a construir, sendo em seguida expulsos por forças espanholas. A maior parte de sua população é composta por militares espanhóis, escravos de origem africana e indígena, e imigrantes das Ilhas Canárias.

1726-1730. Repartição de terras ao redor de Montevidéu.

1750. Tratado de Madrid, em que Portugal e Espanha definem grande parte dos limites de suas possessões na América do Sul. Pelo Tratado, Colonia do Sacramento é cedida aos espanhóis, em troca da hegemonia portuguesa sobre a região dos Sete Povos das Missões, na margem oriental do Rio Uruguai.

1776. Criação do Vice-Reinado do Rio da Prata.

1777. O Tratado de San Ildefonso confirma a possessão espanhola sobre Colonia e o restante da Banda Oriental, definitivamente cedidos em troca da devolução da Ilha de Santa Catarina, ocupada neste mesmo ano pelos espanhóis.

1807. Invasão inglesa de Montevidéu e Colonia do Sacramento. Os ingleses enfrentam feroz resistência em San Carlos de Maldonado. A ocupação é encerrada neste mesmo ano.

1809. O Vice-Rei Liniers é deposto em Buenos Aires, e uma junta provisória assume o poder, em nome do rei espanhol Fernando VII, deposto e em guerra contra a invasão da Península Ibérica por Napoleão.

Em **1810** a Revolução de Maio depõe as autoridades espanholas de Buenos Aires. Assume o poder uma nova junta de governo provisória, agora composta por elementos *criollos*, reunidos no chamado Cabildo, uma assembleia de notáveis. É o ponto de partida do processo de Independência no Vice-Reinado do Rio da Prata. Em junho, forma-se o Cabildo de Montevidéu. A Espanha nomeia Francisco Javier de Elío, governador de Montevidéu, como Vice-Rei do Rio da Prata, fazendo da cidade seu baluarte na luta contra o movimento independentista de Buenos Aires. Em **1811**, o capitão Jose Gervasio Artigas deserta da guarnição de Colonia, e passa ao outro lado do rio, indo oferecer seus serviços à Junta de Buenos Aires. Em poucas semanas, diversos caudilhos do interior pronunciam-se a favor do governo rebelde de Buenos Aires, retirando a quase totalidade do atual território uruguaio ao controle espanhol. Artigas desembarca de volta na Banda Oriental, com apoio de Buenos Aires, e dá início a uma campanha militar que culmina no sítio de Montevidéu. Em julho, o Império Português, cujo monarca encontrava-se instalado no Brasil desde 1806, invade a Banda Oriental pelo norte, sob o pretexto de “pacificar” a região. Artigas levanta o cerco a Montevidéu, a frente de 3.000 soldados. Em **1812**, as tropas rebeldes voltam a cercar Montevidéu.

1813. Representantes da facção independentista de José Artigas na Banda Oriental participam do Assembleia Constituinte reunida em Buenos Aires. Seu programa político, sintetizado nas *Instruções do Ano XIII*, contém uma forte conotação agrária e popular que diverge da linha adotada pelos dirigentes da Junta de Buenos Aires, oriundos do alto comércio portenho. Em **1814** ocorre a ruptura entre o movimento de Artigas e o governo independente de Buenos Aires. Entretanto, os portenhos reconhecem a autonomia da Província Oriental. Em junho deste ano, as forças espanholas em Montevidéu rendem-se, e a cidade é ocupada pelas forças de Buenos Aires, sob comando de Carlos Maria de Alvear. Artigas torna-se Comandante Geral da Campanha, e cria um governo *de facto* autônomo no interior. Nesta condição, o líder determina, através de seu célebre *Regulamento Provisório para Fomento da Campanha*, de **1815**, uma série de medidas em favor dos trabalhadores do campo, inclusive o confisco e a repartição de terras de proprietários realistas, sob o lema “*que os mais infelizes sejam os mais privilegiados*”. O documento também sugere uma série de medidas protecionistas para a manufatura doméstica. Neste ínterim, produz-se uma reviravolta política em Montevidéu, e o Cabildo, passando-se ao lado de Artigas, expulsa as autoridades portenhas. O caudilho Fructuoso

Rivera assume o comando da capital. Forma-se a Liga Federal, sob liderança de Artigas, uma coalizão entre as províncias argentinas de Córdoba, Corrientes, Entre Ríos, Misiones, Santa Fé e a Banda Oriental contra o governo unitário de Buenos Aires.

1816. Invasão luso-brasileira, com o apoio tácito do governo unitário de Buenos Aires. Artigas mantém a luta no interior do país. No final deste ano, a Argentina trocava de lado, passando a apoiar a Banda Oriental em troca do reconhecimento do governo unitário de Buenos Aires, medida que isola politicamente Artigas.

1817. Ocupação portuguesa de Montevidéu.

1820. Exílio de Artigas, derrotado na batalha de Tacuarembó. O líder mantinha uma guerra de duas frentes contra o Império Português e os unitários de Buenos Aires. Após uma cisão ocorrida no interior da Liga Federal, o líder refugia-se no Paraguai de Gaspar Rodríguez de Francia.

1821. O território uruguaio é incorporado ao Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves como Província Cisplatina.

1825. Com o apoio de Buenos Aires, os caudilhos orientais Juan Antonio Lavalleja e Manuel Oribe lideram um pequeno exército (conhecido como “os 33 orientais”) numa guerra contra a ocupação brasileira da Banda Oriental, Sua intenção é reintegrar o território às Províncias Unidas do Rio da Prata. As forças orientais derrotam o exército brasileiro em sucessivas batalhas. As Províncias Unidas do Rio da Prata declaram guerra ao Brasil.

1828. A Convenção Preliminar de Paz, série de reuniões entabuladas entre representantes das Províncias Unidas e do Império do Brasil para por fim ao conflito entre estes dois estados pela posse do território da Banda Oriental (ou Cisplatina), decide pela criação da República Oriental do Uruguai na área.

1830. Primeira Constituição da República Oriental do Uruguai. Rivera é escolhido como o primeiro presidente em lugar de Juan Lavalleja, que tinha a oposição do Brasil.

1830-1834. Primeiro governo da república uruguaia, presidido por Fructuoso Rivera.

1831. Rivera organiza a chacina de Salsipuedes contra o povo charrúa, que praticamente extermina a totalidade da população indígena remanescente no Uruguai.

1835-1838. Presidência de Manuel Oribe.

1836. Levante fracassado de Rivera contra seu antigo aliado Manuel Oribe. Derrotado, o caudilho passa-se ao Rio Grande do Sul, onde oferece apoio à Revolução Farroupilha. O conflito entre os dois caudilhos dá origem aos dois partidos tradicionais uruguaios: os blancos (de Manuel Oribe) e os colorados (de Rivera).

1838. Acossado por nova investida de Rivera, que invade o país a partir do Rio Grande do Sul, e pela presença da marinha francesa no Rio da Prata, Manuel Oribe refugia-se na Argentina, onde se declara presidente constitucional, com o apoio do presidente argentino Rosas.

1839. Frutuoso Rivera é eleito presidente em Montevidéu, e imediatamente declara guerra a Rosas. O presidente argentino já enfrentava a oposição militar do caudilho de Corrientes, Pedro Ferré.

1839-1851. *Guerra Grande.* O conflito opõe Montevidéu, sob o governo colorado da “Defesa” liderado pelo presidente interino Joaquín Suárez (Rivera encontrava-se combatendo no interior) e apoiado pelos unitários argentinos, pela Inglaterra e pela França; a Oribe, que tem o apoio de Rosas e dos federalistas. Termina definitivamente com a derrota de Oribe, motivada pela intervenção do Império brasileiro, empenhado na queda de Rosas na Argentina. A pacificação do país é seguida pela assinatura de tratados versando sobre assuntos militares, limites territoriais, comércio e navegação com o Império do Brasil, amplamente desvantajosos para o Uruguai.

1843-1851. Sítio de Montevidéu. Destruição ou abandono de diversos empreendimentos de salga de carne, existentes na zona de conflito nos arredores da cidade. Participa da defesa da cidade o revolucionário italiano Giuseppe Garibaldi.

1844. Manuel Oribe controla quase a totalidade do território uruguaio.

1845. Oribe derrota Rivera na batalha de India Muerta. O caudilho colorado refugia-se no Brasil.

1845-1850. Bloqueio naval anglo-francês do Rio da Prata, durante o qual é fechado o comércio dos portos da Confederação Argentina no estuário. Apenas o porto da cidade de Montevidéu, sob controle dos colorados, é mantido fora do bloqueio.

1849. Criação da Universidad de La República.

1850. Intervenção brasileira no conflito, em apoio à facção colorada sitiada em Montevidéu.

1851. O Governador de Entre Ríos, Justo de Urquiza, em guerra contra Rosas, invade o Uruguai em apoio ao governo colorado de Montevidéu.

1852. Batalha de Caseros na Argentina, em que forças conjuntas do Império, das províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes e do Uruguai derrotam a Juan Manuel de Rosas, líder da Confederação Argentina que governava desde Buenos Aires. Neste ano, Juan Francisco Giró é eleito presidente do Uruguai.

1853. Triunvirato provisório preside o país, formado por Venâncio Flores, Fructuoso Rivera e Juan Antonio Lavalleja. Com a morte dos dois últimos, Flores assume sozinho a presidência até **1854**.

1857. Criação do Banco e Emissão e Descontos de Montevidéu, de propriedade do Barão de Mauá.

1863. O caudilho colorado Venâncio Flores, invade o país desde a Argentina, com o apoio do governo deste país, e desata mais um conflito entre as facções blanca e colorada. Seu objetivo é depor o governo blanco de Bernardo Berro.

1864. Intervenção brasileira no conflito, em favor de Flores. O presidente Berro declara nulos os acordos firmados entre a República do Uruguai e o Império ao término da *Guerra Grande*. Entre 1864 e **1865** ocorre o cerco e sangrenta invasão da cidade de Paysandú por tropas brasileiras, que bombardeiam a cidade às margens do Rio Uruguai. Os acontecimentos contribuem decisivamente para que o governo paraguaio de Solano López, aliado da facção blanca de Berro, declare guerra ao Brasil em 1864. Em fevereiro, tropas brasileiras ocupam Montevidéu e Venancio Flores assume o governo, colocando novamente em validade os tratados de 1851.

1865-1868. Segundo governo de Venancio Flores, marcado pelo autoritarismo, assassinatos e perseguições contra simpatizantes do Partido Blanco. Sob o governo de Flores, o Uruguai participa da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

1868. Assassinato de Venancio Flores, poucos dias após deixar a presidência da República, após uma tentativa frustrada de golpe liderada pelo ex-presidente Bernardo Berro, que é preso, e também assassinado, na mesma data.

1868-1872. Presidência de Lorenzo Batlle.

1870-1872. Rebelião do caudilho blanco Timoteo Aparicio, chamada de “A Revolução das Lanças”.

1871. Criação da Associação Rural.

1872. Fim da “Revolução das Lanças” com a “Paz de Abril”: grande acordo de divisão do poder entre os dois partidos tradicionais, pelo qual os grupos dividiam entre si a chefia política dos departamentos no interior do país. O Partido Blanco é renomeado como Partido Nacional.

1873. Crise financeira mundial derruba os preços da lã uruguaia.

1876-1880. Governo de Lorenzo Latorre. Tem o início o ciclo de modernização autoritária conhecido como o período do “militarismo”, que dura até 1890. Embora ligados ao Partido Colorado, os presidentes do período apóiam-se sobretudo no Exército e na classe dos grandes latifundiários.

1878. Código Rural impulsiona o cercamento dos campos.

1882-1886. Governo do militar colorado Maximo Santos.

1886. Revolução do Quebracho, fracada tentativa insurrecional contra o governo militar de Maximo Santos.

1886-1890. Governo de Maximo Tajes. Período de transição de volta ao poder civil, e de reorganização dos partidos tradicionais.

1897. Levante blanco de Aparicio Saraiva. O conflito termina com um novo acordo de divisão dos poderes locais entre os dois partidos tradicionais.

1903-1907. Governo colorado de Jose Batlle y Ordoñez.

1904. Levante de Aparicio Saraiva, em razão do que este considerava o descumprimento dos acordos de 1897. O governo de Jose Batlle mobiliza cerca 30.000 homens armados com equipamentos militares modernos, e após uma série de sangrentas batalhas derrota completamente as forças de Saraiva, que foge para o Brasil, aonde morre em razão de ferimentos recebidos em combate.

1907-1911. Presidência de Claudio Williman. Eclusão de diversas greves operárias, duramente reprimidas, inclusive com a dissolução de sindicatos.

1911-1915. Segunda presidência de Jose Batlle.

1911. Estatização da banca.

1915. Aprovação de importantes leis trabalhistas, incluindo a jornada de trabalho de oito horas.

1916. Criação da Federação Rural. Eleição de uma Assembleia Constituinte.

1918. Promulgada nova Constituição, que incorpora projeto de reforma do poder executivo, idealizada por Batlle, substituindo a figura do poder centralizado no presidente da república por um Conselho Nacional de Administração.

1919-1923. Presidência de Baltasar Brum.

1929. Criação da Federação de Estudantes Universitários do Uruguai.

1930. Eleição do *batllista* Gabriel Terra. Realização, em Montevideú, da primeira Copa do Mundo de futebol.

1931. Adoção de um sistema de controle de câmbios. Criação da ANCAP, empresa estatal que passou a deter o monopólio nos setores de derivados de álcool, petróleo, e cimento.

1933. Golpe de Gabriel Terra, com o apoio de setores do Partido Nacional e da polícia da capital, dirigida por seu cunhado, Alfredo Baldomir. É suspensa a Constituição de 1918.

1934. Promulgada nova Constituição, que extingue a figura do Conselho Nacional de Administração.

1935. Criação do Ministério da Pecuária e da Agricultura.

1937. Construção da refinaria de La Teja. Criação do Instituto Nacional de Habitação que impulsiona o desenvolvimento dos bairros operários ao redor do Cerro de Montevideú.

1938. Eleição de Alfredo Baldomir, do Partido Colorado.

1942. Golpe de Alfredo Baldomir suprime a constituição autoritária de 1934. É promulgada nova Constituição.

1946. Vitória de Tomás Berreta da facção *batllista* do Partido Colorado nas eleições. Com a morte deste em **1947**, assume a presidência Luis Batlle Berres. Tem início o período de governos progressistas do *neobatllismo*, que dura até 1958.

1951. Setores conservadores do Partido Colorado e do Partido Nacional conseguem impor a volta da presidência colegiada, como forma de conter a influência de Luis Batlle.

1952. Tratado de assistência militar com os EUA.

1954. Vitória de Luis Batlle Berres nas eleições.

1956. Greve dos trabalhadores dos frigoríficos. Criação da Federação Anarquista Uruguiaia.

1958. Vitória do Partido Nacional nas eleições, com a fração Liga Federal de Ação Ruralista, liderada por Luis A. de Herrera, rompendo com 93 anos de hegemonia colorada.

1959. Medidas econômicas liberais do governo do Partido Nacional, sugeridas pelo FMI. Fim da política protecionista de controles cambiais.

1962. Novo triunfo eleitoral do Partido Nacional.

1966. Eleições marcam a volta ao poder do Partido Colorado, com a vitória de Oscar Gestido. Na mesma ocasião, um plebiscito termina com o sistema colegiado de governo.

1967-1972. Presidência de Pacheco Areco, que assume na condição de vice após a morte de Oscar Gestido, em seu primeiro ano de mandato.

1967. Nova Constituição.

1968. Grandes mobilizações estudantis e conflitos sindicais, com destaque para o setor bancário. O governo de Pacheco Areco decreta o congelamento de preços e salários diante do descontrole inflacionário, e começa a fazer ampla utilização do recurso às “medidas urgentes de segurança”, previsto na nova Constituição, o qual facultava poderes excepcionais para reprimir os movimentos sociais, tais como o fechamento de jornais e a mobilização compulsória de funcionários públicos em greve. Greve geral em junho demonstra a polarização política do país, com a declaração das entidades patronais de apoio às medidas repressivas do governo de Pacheco Areco.

1968-1972. Auge das ações revolucionárias do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros, uma agrupação armada surgida em meados da década, agrupando diferentes correntes da esquerda uruguiaia.

1969. Os Tupamaros ocupam por algumas horas a cidade de Pando, a 32 km de Montevidéu.

1971. Criação da Frente Ampla, coalizão abrangente de esquerda, integrada pelos partidos comunista, socialista, democrata-cristão e por setores progressistas dos dois partidos tradicionais, que disputam as eleições com a candidatura de Líber Seregni. Os Tupamaros declaram “apoio crítico” à Frente Ampla, e participam indiretamente através de seu braço político, o Movimento 26 de Março (M26). As eleições são vencidas por Juan M. Bordaberry, com escassa maioria sobre o Partido Nacional, que faz acusações de fraude. Bordaberry, de uma das mais tradicionais famílias pecuaristas do país, representa a ala conservadora

do Partido Colorado. Mais de uma centena de presos políticos, a maioria tupamaros, fogem em massa da prisão de Punta Carretas. O governo de Pacheco Areco determina que as Forças Armadas se encarreguem do combate à luta armada.

1972. O governo declara “estado de guerra interno”, o que permite aprofundar as medidas de exceção. Prisão de todos os principais dirigentes tupamaros. Até fins desse ano, a repressão consegue praticamente desarticular a guerrilha.

1973. Golpe cívico-militar: o presidente Bordaberry dissolve o Parlamento e concede amplos poderes às Forças Armadas em 27 de junho. Em resposta, a Convenção Nacional de Trabalhadores (CNT) convoca uma greve geral de resistência ao golpe, a qual apesar de ferozmente reprimida estende-se por 15 dias.

1975. A ditadura uruguaia participa do Plano Condor, de coordenação entre os regimes militares da América do Sul e o governo dos Estados Unidos na repressão continental à oposição de esquerda. Diversos uruguaios refugiados em países vizinhos são assassinados ou sequestrados, incluindo, em **1978**, o caso dos militantes Universindo Díaz e Lilian Celiberti e de seus dois filhos, capturados em Porto Alegre.

1980. O governo militar convoca um plebiscito para reformar a Constituição de 1967, buscando legitimar o regime. Mesmo mantendo o controle sobre os principais meios de comunicação, e reprimindo a campanha opositora, os militares perdem o plebiscito, o que acelera a crise do governo militar e detona o processo de redemocratização do país. Reconhecendo a derrota, os militares adotam um programa de transição gradual que previa eleições em **1984**. Neste ano, o processo de abertura política culmina no “pacto do Clube Naval”, em que o regime e a oposição negociam o retorno à normalidade institucional. Os militares impõem que as eleições aconteçam sem a participação de políticos proscritos pela ditadura, o que leva à retirada do Partido Nacional das negociações. Vitória eleitoral de Julio Maria Sanguinetti, do Partido Colorado, em eleições sem a participação de candidatos naturais, como os líderes históricos da Frente Ampla (Líber Seregni) e do Partido Nacional (Wilson Aldunate). Começa a libertação dos presos políticos.

1985. Assume a presidência Julio Maria Sanguinetti. Libertação dos dirigentes tupamaros mantidos como “reféns” desde 1972 pela ditadura, em condições de isolamento e sob tortura, após a decretação de uma lei de anistia. Entre eles, Raúl Sendic, o maior líder da organização.

1989. A Frente Ampla conquista a prefeitura de Montevidéu com Tabaré Vázquez, do Partido Socialista.

1990-1995. Governo de Luis Alberto Lacalle, do Partido Nacional.

1991. – O Uruguai participa da criação do Mercosul, através do Tratado de Assunção. Promulgada a Lei de Empresas Públicas, visando preparar a privatização de serviços públicos do Estado. A Lei enfrentara forte oposição no parlamento, e é alvo de grande contestação pública, que culmina na campanha pela organização de um plebiscito sobre sua invalidação. Em **1992** realiza-se o plebiscito e a Lei é anulada, uma vitória sem precedentes em meio à onda de privatizações que se dava na América Latina.

1993. Greve de 83 dias no setor da construção civil.

1995-2000. Segundo mandato de Julio Maria Sanguinetti.

2000-2005. Presidência de Jorge Batlle.

2002. Colapso do sistema bancário, como consequência da crise financeira argentina do ano anterior.

2004. Vitória eleitoral da Frente Ampla, com Tabaré Vázquez.

2005-2010. Governo de Tabaré Vázquez.

2007. O parlamento aprova a legalização do aborto, mas a medida é vetada pelo presidente Tabaré Vázquez.

2010. Eleição do ex-dirigente tupamaro Pepe Mujica, do setor Movimento de Participação Popular, da Frente Ampla, para suceder Tabaré Vázquez na presidência.